

FERNANDA VELOSO LIMA

**PRODUÇÃO DO CORPO E PRODUÇÃO DA CIDADE: UM ESTUDO  
SOBRE OS ESPAÇOS SOCIAIS E SIMBÓLICOS DA PROSTITUIÇÃO  
FEMININA EM MONTES CLAROS/MG (1940-1970)**

Montes Claros/MG

2008

FERNANDA VELOSO LIMA

**PRODUÇÃO DO CORPO E PRODUÇÃO DA CIDADE: UM ESTUDO  
SOBRE OS ESPAÇOS SOCIAIS E SIMBÓLICOS DA PROSTITUIÇÃO  
FEMININA EM MONTES CLAROS/MG (1940-1970)**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra Sarah Jane Alves Durães

Montes Claros/MG

2008

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Dissertação intitulada “Produção do corpo e da cidade: *um estudo sobre os espaços sociais e simbólicos da prostituição feminina em Montes Claros/MG* de autoria da mestranda Fernanda Veloso Lima, \_\_\_\_\_ pela banca examinadora, em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_, pelos seguintes professores:

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Sarah Jane Alves Durães – Orientadora

---

Prof. Dr. João Batista de Almeida Costa - Examinador

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Sarah Feldman - Examinadora

---

Prof. Dr. Herbert Toledo Martins – Suplente



## AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG - pela concessão de bolsa para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço ao meu filho, amado, por seu carinho e admiração, e por preencher a minha existência com sua ternura.

Ao Flávio, pela dedicação, amor, cumplicidade e por fazer de mim uma especial.

À minha mãe, Elizabeth e irmã Nayara, por cuidarem de meu filho enquanto eu estudava.

Ao meu pai, Adalberto e irmão Danilo, por também desempenhar o papel de pai do Lucas e por tantas noites sem dormir para concluir a correção e revisão ortográfica deste trabalho.

Às amigas Cláudia Niquini e Raquel Maia, minhas colegas de Mestrado, por compartilharem comigo a dor e a alegria do percurso em torna-se Mestre.

À amiga Cassianne Campos pelo auxílio na pesquisa de campo e carinho com o qual transcreveu as entrevistas que realizei.

À minha professora Dra. Sarah Jane Alves Durães pela orientação, não só neste trabalho, mas também pelo apoio dado nos momentos difíceis pelos quais passei.

Ao Prof. Dr. Herbert Toledo Martins pelo auxílio nos trabalhos de campo.

**DISPARATE**

(Rapariga do Bonfim)

Elthomar Santoro e Ismoro Da Ponte

Meu amor, se você for embora  
Vou morrer de tristeza e de desgraça  
Vou enterrar meu dente na cachaça  
Se você me abandonar  
Te dei carinho, um nome e um lar  
Uma baita de um anel de grau  
Um disco do Sidney Magal  
E uma conta no Banco do Brasil  
Quinhentos contos de perfume Jatobá  
Um litro de licor de pequi  
Um jegue importado do Iraque  
E o sutiã da Jaqueline Onassis  
Mas se tu queres ir embora para sempre  
Me mate, me mate, me mate  
Porque viver sem você será um disparate  
Me lembro o dia em que nos conhecemos  
Era domingo à tarde na Praça da Sé  
Você corria alegremente atrás dos pombos  
E eu chupava um pauzinho de picolé. Pois é...  
Avancei um canivete de um paioso  
Meio nervoso quase pisei no seu pé  
Atravessamos o viaduto do Chá  
Fomos lanchar pão moiado com café  
Me contaste que seus sonhos eram tantos  
Conhecer Paris, Guarapari e o Silvio Santos  
Se envergonhava de ser uma lavadeira  
Uma mãe solteira  
To be or not be  
Mas agora que tu tens uma casa com jardim  
Manicure, pedicure, curriola do Ibraim  
Me abras la puerta la fuera  
E me diz que vai embora pero non e pero sim  
És indigna, marvada, infuzada  
Rapariga do Bonfim  
Mas se tu queres ir embora para sempre  
Me mate, me mate, me mate  
Porque viver sem você será um disparate.

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de (re)construção e sua relação com os conceitos de território e territorialidade, especialmente no que diz respeito à organização espacial da prostituição feminina. Considerando que existem vários fatores de ordem econômica, social e política, que intervêm no processo de consolidação de um território. Nesse sentido, elegemos a cidade de Montes Claros no período de 1940 a 1970, como universo do estudo ora proposto. Assim, para a consecução da pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os temas supracitados, bem como consultas a jornais e documentos da referida cidade, publicados em 1925 a 1959. Além disso, procedemos a um levantamento de dados pautado na realização de entrevistas com mulheres (na sua maioria ex-donas de casa de prostituição) e homens (freqüentadores das casas), que viveram no período estudado, com a finalidade de perceber as interpretações que essas pessoas realizam tanto de suas histórias, quanto dos processos que (re)ordenaram os locais de prostituição na referida cidade. A principal conclusão é que existe um *imbricamento* de relações sociais, que acaba por gerar, ou pelo menos intensificar, conflitos, concorrendo para a existência de um constante (re)ordenamento dos espaços sociais e simbólicos. No caso estudado, esse processo materializou-se com o traslado do território da prostituição do centro à periferia.

Palavras-chave: território, territorialidade, espaço social, espaço simbólico, medicina social, prostituição feminina.

## ABSTRACT

This study aims to examine the process of construction and its relationship with the concepts of territory and territoriality, especially with regard to the spatial organization of female prostitution. Whereas there are many factors of the economic order, and social policy, which intervenes in the process of consolidation of a territory, elected the city of Montes Claros in the period of 1940 to 1970, accordingly to the achievement of the research, a survey was conducted on the issues above bibliographic as well as consultations with newspapers and documents of the city published in 1925 until 1959. Also, we had a survey of data guided in the conduct of interviews with women and men who lived in the period studied, in order to understand the interpretations that are both subjects of his stories, about the processes that ordered the places of prostitution in Montes Claros. The main conclusion is that there are various social relations, which ultimately generate, or at least intensified, conflicts, contributing to the existence of a constant (re)planning areas of social and symbolic. n the case study, this process produced with the transfer of the territory of prostitution from the centre to the periphery.

Key- words: territory, territoriality, social space, space symbolic, social medicine, female prostitution.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Mercado Municipal 1910.....	35
GRÁFICO 1 – Crescimento da população urbana e rural de Montes Claros de 1950 -1970.....	56
MAPA 1 – Localização do Estado de Minas Gerais e região do Norte de Minas Gerais:.....	32
MAPA 2 – Área de abrangência do município de Montes Claros (1916): Sede municipal e Distritos.....	32
MAPA 3 – Montes Claros de 1910-1930:Identificação da Rua de Baixo e Rua de Cima.....	62
MAPA 4 – Montes Claros década de 1920-1940: Identificação da Rua de Baixo, Rua de Cima e Zona Lafaiete.....	89
MAPA 5 - Montes Claros: Pontos de Localização, Representação da Zona Lafaiete na década de 1920-1940 e Zona Lafaiete na década de 1950-1960.....	113
MAPA 6 - Montes Claros-MG: Pontos de Localização, Representação Zona Lafaiete na década de 1920-1940 e Zona Lafaiete na década de 1950-1960 e Zona Zé Coco 1965-1970...	115
MAPA 7 – Trajetória da migração das Zonas de Prostituição da cidade de Montes Claros: Zona Lafaiete na década de 1920 -1940, Zona Lafaiete na década de 1950-1960, Zona Zé Coco 1965-1970, Zona Bonfim 1970 – 1980.....	117

**LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 - Distribuição do contingente populacional do município de Montes Claros/MG, em 1910.....	33
--	----

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 (RE)CONSTRUINDO A CIDADE DE MONTES CLAROS/MG: ORDENAMENTO TERRITORIAL E TERRITORIALIDADE.....	24
1.1 A formação das cidades e sua relação com os territórios e territorialidades.....	
1.2 Montes Claros: as duas primeiras décadas do século XX.....	26
1.3 A ocupação do espaço urbano e a idéia de progresso.....	31
1.4 Do progresso ao incentivo desenvolvimentista.....	49
CAPÍTULO 2 HOMENS E MULHERES NA TRAMA DA CIDADE.....	58
2.1 A cidade e as representações simbólicas.....	59
2.2 A medicina social e higienização dos corpos.....	64
2.3 Movimento higienista, sexualidade e sexualização dos corpos.....	72
2.4 Espaços de homem e espaço de mulher.....	78
CAPÍTULO 3 A PROSTITUIÇÃO, A MEDICINA SOCIAL E A (RE)PRODUÇÃO DA CIDADE.....	91
3.1 Considerações acerca da prostituição.....	92
3.2 A medicina social e a prostituição .....	99
3.3 O território e a territorialidade da prostituição.....	110
3.4 Do centro à periferia: alguns aspectos do traslado da prostituição.....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS.....	131
ANEXOS.....	136

## INTRODUÇÃO

A cidade, no formato em que a encontramos, passou por diversas transformações, cujas concepções perpassam desde o seu entendimento como *cidade virtude*, até a percepção de *cidade vício* (Cf. SCHORSKE, 1989). Assim, com o advento do capitalismo e o surgimento das *cidades industriais*, o processo de urbanização se torna acirrado, conseqüentemente, tem-se o deslocamento das pessoas do campo para a cidade, o que corroborou para a elevação dos conflitos sociais.

Nesse sentido, as relações sociais no espaço citadino passam a ser uma preocupação da classe dominante. Segundo Beguin (1991), pesquisas realizadas no século XVIII apontavam a classe pobre trabalhadora como o principal responsável pela *desordem e insalubridade* da urbe. Por conseguinte, medidas sanitárias, baseadas na medicina social, são adotadas a fim de controlar o *caos* nas cidades européias do século XIX.

Não obstante, as políticas higienistas invadem as fronteiras do espaço doméstico, moldando a conduta e o comportamento da classe pobre com o intuito de torná-la seres *moralizados*. Fomentou-se, portanto, a idéia de família higiênica, em que homens e mulheres devem assumir as figuras de *pai higiênico* e *mãe higiênica* (DONZELOT, 1978; ENGEL, 2004; COSTA, 1983).

Nessa direção, as mulheres que se prostituíam, ou seja, a forma anti-higiênica da mulher-mãe-esposa-dona-de-casa, passaram a ser objeto de estudo da medicina e submetidas aos saberes médicos, que, em nome da *ciência*, tentam

controlar seus corpos, fixando limites entre *normalidade* e *doença* no campo da sexualidade.

No Brasil, a medicina social contribuiu para o discurso da construção de um Estado Moderno. Para tanto se fez necessário a civilização e a moralização dos indivíduos. Desse modo, o saber médico traduziu cientificamente como poderia ser dada vida a uma nação mediante controle dos corpos dos cidadãos (MACHADO et. al., 1978; COSTA, 1983).

Não obstante, o conceito de territorialidade está diretamente vinculado às práticas territoriais do Estado-nação. Isso porque, no primeiro quarto do século XX, a entidade Estado-nação emergiu como nova forma de agrupamento territorial. Entretanto, esse conceito oculta outros tipos de territórios sociais (LITTLE, 2004; BRAGA, 2004; EGLER, 1998).

Esses territórios sociais constituem-se em espaços que são construídos social e simbolicamente pelos grupos e indivíduos que coabitam a cidade. Naqueles, os sujeitos aproximam-se ou distanciam-se uns dos outros a partir das relações que mantêm entre si e com os espaços da urbe. Portanto, a sensação de pertencimento ao grupo determina, social e simbolicamente, os espaços em que as pessoas estão e/ou são alocadas (CORRÊA, 2005; ELIAS, 2000).

Diante disso, as perguntas que norteiam este trabalho são as seguintes: Como a medicina social influenciou no processo de (re)produção das cidades? Em que região de Montes Claros/MG viviam as mulheres prostitutas no início do século XX? O crescimento que ocorreu na cidade de Montes Claros entre o período de 1940 e 1970 favoreceu o deslocamento espacial dessas mulheres? Concomitante a esse processo, houve alguma alteração quanto às representações hegemônicas que

a sociedade tinha acerca delas? Seriam essas mulheres prostitutas um dos alvos do processo de (re)ordenação da cidade?

Partimos do pressuposto que entre o período de 1920 -1940 o processo de crescimento/modernização da cidade de Montes Claros\MG sofreu influências das medidas sanitaristas propostas a partir da segunda metade do século XIX e especialmente nas três primeiras décadas do século XX (GAZETA DO NORTE, 1925 - 1930). Além disso, a idéia de progresso e incentivo desenvolvimentista contribuiu, sobremaneira, com as proposições da medicina social no processo de (re)produção da cidade. (GAZETA DO NORTE, 1930 - 1959). Outra hipótese seria a de que, a partir do modelo de cidade moderna, sucedeu-se em Montes Claros um (re)ordenamento espacial, fazendo com que grupos sociais, dentre eles as prostitutas femininas, que viviam em uma determinada região, fossem trasladados para outra.

Diante o exposto, o presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre o processo de (re)ordenamento territorial de Montes Claros, no período de 1940 – 1970, e sobre suas interfaces com o deslocamento da prática da prostituição na referida cidade. Procuramos identificar alguns aspectos desse (re)ordenamento pelas medidas sanitaristas adotadas pelos poderes públicos, na época em estudo, cujo discurso centrava-se em um “meio profícuo de se caminhar rapidamente o progresso” (VIANNA, 1916, p. 239).

Para tanto, utilizaremos, como fonte histórica, fundamentalmente, exemplares do jornal Gazeta do Norte e as obras de alguns memorialistas. Na tentativa de observar o desenho da cidade, nas primeiras décadas do século XX, pensamos na utilização de mapas, entretanto, esses constituíram em uma das primeiras dificuldades da pesquisa empírica. Assim sendo, encontrei nos arquivos do

Centro de Documentação da Unimontes uma cópia, desenhada à mão, datada em 1920, daquilo que seria as primeiras alterações das ruas, praças, jardins e de outros serviços públicos que caracterizaram esse (re)ordenamento da cidade. Entretanto, não foi possível acompanhar essas alterações, através de mapas, nas décadas subseqüentes -, uma vez que o primeiro mapa registrado na Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Montes Claros – SEPLAM - é de 1979.

Outra dificuldade foi tentar perceber o traslado da prostituição feminina, de uma região para outra, através das fontes documentais. De acordo com Thompson (1935), a análise de dados históricos baseados somente em fontes escritas é passível de limitações. Isso porque, as lacunas desse material não são preenchidas, além da sua dificuldade de acesso. Um pesquisador que deseje buscar as peculiaridades do período estudado deve lançar mão de entrevistas, pois o material de fontes orais é “abundante”. Deste modo, fez-se necessário a construção dos mapas a partir dos relatos dos entrevistados deste trabalho, bem como de alguns autores pesquisados como Parrela (1996), Vianna (1916), Figueiredo (2008) e Ribeiro (2001).

Assim, a metodologia para a coleta de dados consistiu, não somente as fontes documentais, mas, também, entrevistas<sup>1</sup> despadronizadas, ou semi-estruturadas. Nessa modalidade de entrevista, o pesquisador-entrevistador tem a “liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada” (MARCONI; LAKATOS, 2004, p. 279). Ademais, “é uma forma de poder explorar mais amplamente a questão” proposta ao entrevistado (MARCONI;

---

<sup>1</sup> Com o intuito de dar ênfase às falas dos entrevistados e/ou às fontes documentais, bem como à literatura pesquisada no corpo do texto, as “aspas” serão utilizadas como recurso gráfico. Não obstante, o recurso gráfico em *itálico* destacará minhas percepções, eufemismos, e demais figuras de linguagem da língua portuguesa.

LAKATOS, 2004, p. 279). No que concerne à amostra das entrevistas, será utilizada a *Bola de Neve* em que um entrevistado indica espontaneamente um outro.

Nesse sentido, o suporte conceitual utilizado ampara-se na idéia de história de vida que, como discute Haguette (2003), pode ser compreendida por duas perspectivas distintas: primeiro como documento e, na segunda, como técnica de coleta de dados. A corrente pesquisa adota o segundo viés e parte do pressuposto que a história de vida pode se constituir em importante ponto de referência para avaliar teorias que tratam do mesmo problema para cujo propósito as informações serão colhidas.

É claro que isso não significa que os dados tenham caráter generalizante, mas que colocam em suspeita a teoria e contribuem para a abertura de novos questionamentos e estudos. Ainda, segundo Haguette (2003), a história de vida proporciona importantes pistas, uma vez que, lida com a subjetividade de atores envolvidos no processo, permite ao pesquisador captar as interpretações elaboradas desses atores sobre seu próprio mundo. Ademais, o êxodo rural, de modo que, a população urbana elevou-se para 64,9%, no qual uma delas, o pesquisador, objetiva colher informações por parte do outro, o entrevistado. Tais informações são obtidas através de um roteiro de perguntas previamente estabelecidas e interligadas a uma problemática central.

Para Thompson (2002), a melhor maneira de iniciar um trabalho dessa natureza, além da leitura de material bibliográfico, consiste na realização de entrevistas que são também exploratórias e contribuem para mapear o campo e colher mais informações. Nessa direção, o procedimento utilizado para a seleção dos entrevistados consiste no método “bola de neve”, segundo o qual em cada



entrevista obtemos maiores informações que levam a outros entrevistados considerados fundamentais para o processo investigativo.

Nesse sentido, pensei em entrevistar somente *ex-prostitutas* e/ou *donas* de antigas casas de prostituição, no intuito de que elas mesmas relatassem sobre o traslado de seus territórios. Contudo, dentre as nove mulheres que me foram apontadas<sup>2</sup> como possíveis informantes, cinco já haviam falecido e uma recusou-se a conceder entrevista. Assim, restaram-me três mulheres: *Dona Flor*, *Capitu*, *Jacira*.

Dona Flor nasceu em 1937; era dona de casa de prostituição em Montes Claros nas décadas de 1950 a 1970. Em entrevista gravada em 16 de dezembro de 2007, a senhora narrou-me que começou a “mexer com isso” depois que seu marido morreu. Declarou-me, ainda, que era somente a dona da casa e que não “misturava” as coisas.

Ao término da entrevista, quando me preparava pra desligar o gravador, a senhora saiu para tentar convencer uma vizinha, que também foi dona de casa de prostituição, a conversar comigo. Enquanto isso, a neta de Dona Flor, que sabia o motivo de minha presença na casa da avó, e estava por perto, disse-me o seguinte: “Diz que vó era muito bonita na época dela. Os homens falam! Na época de *escrotidão* dela!” Diante disso, perguntei: “Por que você falou *época de escrotidão*?” E ela respondeu-me: “Pra não falar da época dela de... Prostituta! (risos)”.

O acesso às informações de Capitu foi abstruso, em relação às demais entrevistas. A primeira vez que fui à casa da entrevistada, em 2006, estava acontecendo uma festa. Sendo que a minha entrada somente foi possível mediante intervenção de uma pessoa que freqüenta o estabelecimento, esse é registrado como bar e restaurante.

---

<sup>2</sup> Tratam-se professores da própria Unimontes que estudaram sobre outros aspectos da cidade de Montes Claros; pessoas com quem conversei sobre o estudo que pretendia realizar quando ingressei no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social pela Unimontes, em 2006.

A senhora, dona do estabelecimento, permaneceu na cozinha preparando *tira-gosto* durante a festa e quando queria conversa com seus amigos, pedia a alguém para chamá-los. Conheci Capitu, uma senhora de 68 anos, no momento em que estávamos saindo do estabelecimento. Na oportunidade, apresentaram-me e relataram sobre o meu trabalho. Retornei outras vezes, mas Capitu, que não deixa estranhos entrar na sua cozinha, sempre se despedia com a promessa de conceder-me entrevista. Por fim, em 29 de dezembro de 2007 Capitu procurou-me e tomei seu depoimento na sala de visitas daquela senhora.

Outra dona de casa de prostituição que me concedeu entrevista foi Jacira<sup>3</sup>. Nascida no ano de 1925, Jacira relatou-me que abriu sua “pensão” logo após o falecimento de seu cônjuge. No seu estabelecimento fornecia alimentação para 42 soldados durante o dia. E, à noite as “mulheres” trabalhavam na pensão que funcionava como “boate”. Além disso, Jacira morava na “pensão” com outras “16 mulheres” que só faziam o que ela “mandava” e cada qual tinha um quarto para si, “sua cama”, “tudo separadinho”.

Outras entrevistas fizeram-se necessárias para compreender as imagens que homens e mulheres tinham da cidade e da prostituição em Montes Claros. Para tanto, julguei pertinente estabelecer diálogo com pessoas que freqüentaram as casas de prostituição: *Macunaíma*<sup>4</sup> e *Vadinho*<sup>5</sup>. Assim como, relatos de uma *mulher de família* que viveu nesse período: *Iracema*.

Iracema nasceu em 1937 e relatou-me que seu irmão mais velho *retirou* da *zona* a sua esposa. Essa última, por sua vez, é prima de um cantor, reconhecido

---

<sup>3</sup> Indicada por sua sobrinha que na ocasião era aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social .

<sup>4</sup> Indicado por Iracema.

<sup>5</sup> Indicado por Dona Flor.

profissionalmente em Montes Claros. Ademais, a família da entrevistada tinha grandes influências políticas na cidade.

Outro entrevistado, cuja família possuía influência política, foi Macunaíma; nasceu em 1955; e freqüentou casas de prostituição na década de 1970. No que diz respeito a Vadinho, o motorista de taxi, nascido em 1938, prestou serviços de transporte para algumas mulheres que se prostituíam, no final da década de 1950. Além disso, desde os 18 anos de idade, freqüentou como cliente as zonas de prostituição de Montes Claros.

Diante do exposto, a estrutura da dissertação dar-se-á em três capítulos. O capítulo um foi dividido em quatro partes. A primeira diz respeito à formação das cidades e a sua relação com o território e territorialidades. Serão apresentados alguns princípios de ordenamento das cidades, a forma como se compreende o conceito de território, territorialidade e localidades centrais.

Na segunda parte, demonstrei alguns aspectos históricos da cidade de Montes Claros, nas duas primeiras décadas do século XX. O intuito é tentar compreender como eram as relações econômicas, políticas e sociais da cidade, uma vez que essas influenciaram, sobremaneira, a construção da *idéia de progresso*.

Posteriormente, na terceira parte, discorri que foi no período de 1920 a 1950 que se iniciaram as primeiras transformações do espaço citadino em função desse progresso. Portanto, parto do pressuposto que, embora incipiente, essas mudanças foram responsáveis pelo estabelecimento de conflitos entre a situação em que a cidade se encontrava e pelos diversos projetos urbanos veiculados no Brasil e Europa.

Por fim, na quarta parte relatei sobre as décadas de 1950 a 1970. Nesse período, os discursos acima elencados foram ratificados e proporcionaram medidas

efetivas de higienização com o intuito de desenvolver a cidade. Nessa época, Montes Claros apresentou seus maiores índices, não somente populacionais, mas também nos setores de indústria e comércio. Além disso, Montes Claros tentou ser inserida em uma política nacional de desenvolvimento proposta pelo Governo de Juscelino Kubitschek (1957-1961), cujo mandato foi marcado pelo *slogan*: “50 anos em cinco”. Para tanto, foram necessários investimentos em energia e transporte com o desígnio de promover a industrialização, não somente em Montes Claros, mas também em todo o país (OLIVEIRA, 2002; RODRIGUES, 2000; PEREIRA, 2002).

Diante disso, o capítulo dois versou o ordenamento territorial de Montes Claros e as representações simbólicas dos espaços considerados de homens e de mulheres. Além disso, procurei compreender como a medicina social inglesa influenciou na construção dessas representações de *pai higiênico e mãe higiênica* para controlar a prostituição feminina.

Primeiramente, a cidade e as representações simbólicas no espaço urbano foram tratadas como fatores fundamentais para instituição de territórios dos grupos e indivíduos. Nesses espaços, os sujeitos aproximam-se ou distanciam-se de acordo com as relações que mantêm uns com os outros. Segundo Bourdieu (2002), as dimensões simbólicas do espaço dizem respeito às construções dos estudiosos para compreender a sociedade de classes, sendo que essa se constituiu de diversas maneiras e não somente através do antagonismo de interesses da *burguesia e proletariado*. Assim, as relações de gênero, as diferenças étnicas, por exemplo, devem ser consideradas. Portanto, outras variáveis de mensuração devem ser consideradas na compreensão das relações sociais, a saber: *capital social, capital econômico e habitus*.

Desse modo, o espaço é caracterizado por um campo de lutas e conflitos sociais que segrega os territórios da *urbe*. Por conseguinte, a cidade torna-se produto e produtora desses espaços e compõe-se por uma diversidade de sujeitos com as mais variadas formas de pensar, agir e sentir os espaços em que estão ou são alocados (BRAGA, 2004; SANTOS, 1997).

Considerarei, ainda, que os comportamentos dos grupos e indivíduos são moldados à medida que a cidade sofreu alterações conduzidas sob o prisma da higienização. Assim, o Estado passou a conduzir não somente a salubridade do espaço citadino, mas também os comportamentos dos indivíduos que vivem na cidade (FOUCAULT, 1982).

Essas medidas sanitaristas, que se originaram na Europa, no século XIX, corporificaram aos saberes médicos no Brasil. Nesse sentido, o discurso concentrou-se na higienização dos corpos, ou seja, na normatização dos comportamentos e constituição do modelo de *família higiênica*. Assim, essas medidas interferiram nas relações familiares, postulando o casamento como instituição higiênica. Ademais, diante da (re)produção dos papéis de homem e de mulher dentro dessa família, o saber médico instituiu a forma anti-higiênica da mulher e adotou práticas de controle da prostituição feminina (COSTA, 1983; ENGEL, 2004; DONZETOT, 1978).

Dessa maneira, a moralização dos corpos e as regras sociais incidiram na sexualidade dos indivíduos de tal modo que a *mulher de família* passou a ser privada da utilização do corpo como instrumento de prazer e as prostitutas perseguidas por não se resguardarem à função de reprodutoras. Portanto, a fim de compreender essas relações em Montes Claros, relatei a percepção dos entrevistados a respeito do ideal feminino construído socialmente e a relação que eles mantiveram com a sexualidade de seus corpos.

A segregação dos espaços freqüentados pelos grupos e indivíduos em Montes Claros contribuiu para uma representação diferenciada dos comportamentos sexuais de homens e mulheres. Nesse contexto, a *zona boêmia* emergiu como um espaço de circulação de homens para *descarregar* as suas *necessidades biológicas*, sendo que isto não seria possível no mesmo espaço freqüentado pelas *mulheres de família*.

Dado ao exposto, o capítulo três iniciou-se com uma análise de algumas perspectivas teóricas acerca do fenômeno da prostituição. De acordo com Richards (1983), desde a Idade Média, as cidades serviam de cenário para a atividade de prostituta e o “aluguel de seus corpos” era considerado trabalho. Caso essas mulheres demonstrassem algum arrependimento de suas práticas sexuais, o dinheiro arrecadado com a atividade de prostituta poderia ser reservado à caridade. Entretanto, se o sexo fosse realizado somente por fornicação, o pagamento por sua atividade não era considerado “salário”. Logo, o dinheiro proveniente da prostituição era indigno, tanto quanto a atividade de prostituta.

Posteriormente, discorri sobre as medidas sanitaristas e as estratégias de controle da prostituição no espaço citadino. Segundo Machado (1978), o saber médico considerou a atividade de prostituta como o perigo físico e moral. Primeiramente, porque a prostituição era considerada como veiculador de doenças, portanto, passível de controle. O outro argumento pautou-se no discurso da moralização dos corpos, pois a prostituta, com sua prática de sexo “desenfreada”, representava influências nocivas às “moças de família”. No que diz respeito à cidade de Montes Claros, essas imagens da prostituição também foram relatadas pelos entrevistados à medida que associaram as doenças sexualmente transmissíveis à

atividade de prostituta, bem como ao descreverem os valores morais vigentes nas décadas de 1940 a 1970.

Assim, com intuito de compreender a hipótese que tínhamos sobre a influência da medicina social na constituição do território da prostituição em Montes Claros, descreverei onde as zonas de prostituição estiveram localizadas na cidade. Percebeu-se que o território da prostituição esteve imbricado à localidade central da referida cidade, entretanto, as transformações econômicas e os preceitos morais vigentes, contribuíram, sobremaneira, para a (re)ordenação desse território.

Nas considerações finais, retomarei as discussões teóricas que nortearam este trabalho a fim de constatar, ou não, as hipóteses levantadas.

## CAPÍTULO 1

### (RE) CONSTRUINDO A CIDADE DE MONTES CLAROS/MG: ORDENAMENTO TERRITORIAL E TERRITORIALIDADE

Diversos são os conceitos de cidade. Autores como Carlos (1994) e Singer (1998) definem o seu surgimento a partir do momento que o homem deixa de ser nômade e passa a ter a agricultura como fonte de subsistência. Para outros, as cidades constituem-se num centro de trocas mercantis; espaço em que as relações sociais se acirram (DAMIANI, 2005).

Segundo Egler (1998), a história das cidades e o processo de urbanização são permeados de transformações econômicas as quais plasmam na produção do espaço. E dessa ordem espacial sucedem as cidades: colonial, mercantil e industrial. Esse último modelo, a cidade industrial, funcionou como catalisador da migração de pessoas do campo para as cidades, fenômeno esse que gerou um inchaço no espaço urbano e mudanças nas dinâmicas sociais.

Não obstante, a urbanização apresenta-se como um dos fatores para a formação das cidades; consolidando um espaço que agrega um grande número de pessoas e, por conseguinte, uma enorme diversidade de indivíduos com hábitos sócio-culturais distintos.

Nesse sentido, *(re)construir* a cidade não consiste em um processo findado ou estático. Trata-se, portanto, da dinâmica organizacional de um



determinado espaço pautado em conflitos materiais e simbólicos os quais engendram, constantemente, (re) produção desse espaço.

Desse modo, a partir do exposto acima, o presente capítulo discorre sobre alguns aspectos da vida urbana montesclareense que passaram a ganhar contornos e contrastes. Ademais, essas transformações são marcadas por lutas e conflitos ao se definir o conceito de território e pela busca de uma identidade territorial dos indivíduos que coabitavam no espaço citadino. Nesse sentido, a pretensão é entender como essa lógica diferenciada deu início ao processo de (re) construção da cidade de Montes Claros.

Para tanto, iniciamos o capítulo apresentando algumas discussões em torno do processo de formação das cidades e, inserida nela, a constituição dos territórios e territorialidades. Em seguida, mencionamos algumas características da história da cidade de Montes Claros nas duas primeiras décadas do século XX. Posteriormente, argumentamos que foi no período compreendido entre as décadas de 1920 e 1940, através dos ideais de progresso, que se iniciam na cidade as primeiras mudanças do seu ordenamento. Partindo do suposto que, mesmo consideradas incipientes, essas mudanças permitiram o estabelecimento de confrontos entre o que se encontrava estabelecido e os diferentes projetos urbanos que eram veiculados em demais partes do Brasil e Europa. Para finalizar o capítulo, discorreremos que no período compreendido entre 1940 e 1970 a cidade de Montes Claros sofreu, de fato, alterações significativas em seu ordenamento, especificamente, porque passou a fazer parte da política desenvolvimentista nacional.

## 1.1 A produção das cidades e sua relação com os territórios e territorialidades

O processo de formação das cidades foi marcado por dinâmicas territoriais, que dizem respeito não somente aos conflitos por demarcações de fronteiras, mas, também um campo de lutas e representações simbólicas. Nesse sentido, para discorrer sobre a cidade e, mais especificamente, como se deu o seu processo de (re)construção, faz-se necessário discutirmos o que vem a ser território, espaço, espaço social e espaço simbólico.

Algumas considerações devem ser apontadas no sentido de compreender o significado desses conceitos uma vez que, no decorrer da história das civilizações ocidentais, as representações sociais atribuídas a tais conceitos se modificaram.

O termo território, para Braga (2004, p. 26), origina-se de uma expressão que vem do latim, *territorium*, que por sua vez deriva de *terra* cujo significado consiste em pedaço de terra apropriado. Por outro lado, na língua francesa *territorium* deu origem às palavras *terroir* e *territoire*. O primeiro não se reduz somente à noção física de uma determinada área, mas também os atributos que distinguem e agregam valor aos produtos de uma dada região ou localidade. Ao passo que, o segundo, *territoire*, significa “o prolongamento do corpo do príncipe. Aquilo sobre o qual o príncipe reina, incluindo a terra de seus habitantes” (BRAGA, 2004, p. 27).

Nesse sentido, de acordo com o autor supracitado, a formação de diversos Estados na Europa, bem como as transformações ocorridas no mundo

feudal<sup>6</sup> constituiu a instauração de um conceito de territorialidade centrada na delimitação de *Estados soberanos*.

Assim, percebe-se que a noção de território, em sua gênese, foi associada estritamente à de território nacional, ou seja, uma entidade que representa o estabelecimento de uma *territorialidade* fundada no conceito legal de soberania, que postulava a exclusividade do controle de seus territórios nas mãos do Estado.

Como descrito por Braga (2004, p. 27), o conceito de território, em princípio, foi associado no mundo ocidental, à base física dos Estados, “incluindo o solo, o espaço aéreo e as águas territoriais”. Entretanto, a territorialidade contempla mais do que um “significado jurídico e não diz respeito apenas à territorialidade do Estado” (BRAGA, 2004, p. 27).

Assim, o conceito de territorialidade consiste nas:

relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de dado espaço geográfico (BRAGA, 2004, p. 28).

Ainda sob o prisma do autor supracitado, as definições de *espaço* e *território* são distintas. Em outras palavras, o território consiste em um campo de forças de significados, ou seja, uma rede de relações sociais. Isso porque:

O espaço representa um nível elevado de abstração<sup>7</sup>, enquanto o território é o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões. Cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre um determinado espaço (BRAGA, 2004, p. 25).

---

<sup>6</sup> Essas transformações concernem à separação de jurisdições, ao estabelecimento de uma autoridade política em comunidades territoriais autônomas, à acomodação de diversidade cultural em fronteiras territorialmente soberanas e a sua condição mediante a legislação (BRAGA, 2004).

<sup>7</sup> Egler, C. A. G. Questão Regional e Gestão do Território no Brasil. In: \_\_\_\_\_ CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. C. CORRÉA, ROBERTO L. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

Em outras palavras, o território diz respeito não somente à sua dimensão material ou concreta, mas também ao campo de forças e de lutas que se projetam no espaço. À medida que a ação dos indivíduos transforma e modifica um espaço geográfico, mediante a criação de estradas, por exemplo, ou mesmo a própria utilização do solo para o plantio, substitui-se a idéia de uma *natureza naturalizada* por uma natureza inteiramente humanizada e parte integrante das relações sociais (Cf. SANTOS, 1997).

Não obstante, a territorialidade, também, apresenta aspectos de diferenciação social que representa uma série de dimensões, tais como, físicas, econômicas, político-organizacionais e simbólicas.

Segundo Braga (2004), a dimensão física compreende os aspectos climáticos, composição do solo, relevo, vegetação, ou seja, os recursos naturais de um determinado espaço geográfico. Por outro lado, a dimensão econômica versa sobre a “capacidade diferenciada de oferecer competitividade e rentabilidade aos investimentos, traduzindo assim distintas vantagens de localização produtiva” (BRAGA, 2004, p. 51).

Por outro lado, a dimensão política divide-se, ainda, em dois aspectos: os conflitos e as alianças entre grupos socialmente distintos; e a composição entre grupos especialmente diferenciados. Assim, o domínio do espaço assume conotações que constituem relações de poder, sendo que a espacialidade torna-se um campo de contradições e conflitos, ou seja, um campo de luta e estratégia política em que os indivíduos agem, ou reagem, para a transformação deste espaço (Cf. BRAGA, 2004).

Os resultados dessa territorialidade podem ser observados a partir de uma segregação espacial dos grupos. De acordo com Herrera (2005), a segregação

urbana fundamenta-se em um sentido de ordem que condiciona o desenho e a forma da cidade. Portanto, trata-se de uma contínua (re)organização do espaço, acompanhada por um *devenir* da ordenação urbana, em que os grupos são alocados de forma direta, ou indireta, em espaços social e/ou simbolicamente determinados.

Diante disso, a organização do território institui-se a partir dessas estruturas de poder, onde os indivíduos ao apropriarem-se desse espaço decidem “por um conjunto de intervenções cuja natureza está relacionada às suas concepções éticas, às suas ações políticas e ou seu nível tecnológico” (BRAGA, 2004, p. 42).

Essas intervenções, ainda sob o prisma de Braga (2004, p.42), desenham-se em caminhos de “estruturação, organização, subdivisão e gestão do território, envolvendo um conjunto de ações – nos planos materiais e imaterial – cujo resultado é a produção de um território dotado, no tempo, de certa estabilidade e unicidade”. Assim, designar um território constitui uma das “primeiras marcas” de “empoderamento” de uma identidade territorial que estabelece e manifesta sua existência a outros, fazendo, portanto, a representação material de “uma porção precisa da superfície terrestre”.

Não obstante, o conceito de localidades centrais, também, dispõe sobre a forma como espaço citadino é produzido, ou seja, a fragmentação das atividades, bem como das relações sociais desenvolvidas e apreendidas na cidade dependem do arranjo estrutural e espacial tanto do sistema capitalista quanto da herança do passado no sentido de:

a) existência prévia de uma rede urbana que, ainda que tivesse sofrido modificações em termos de funções novas em seus aspectos e visto a emergência de novos centros, representava uma base já implementada que seria, ao menos parcialmente, recuperada; b) necessidade de se implantar progressivamente, à medida que a ocupação do espaço progredisse, uma rede urbana a partir de pontos estrategicamente localizados em face das necessidades de defesa, penetração e conquista de território (CORRÊA, 2001, p. 28).

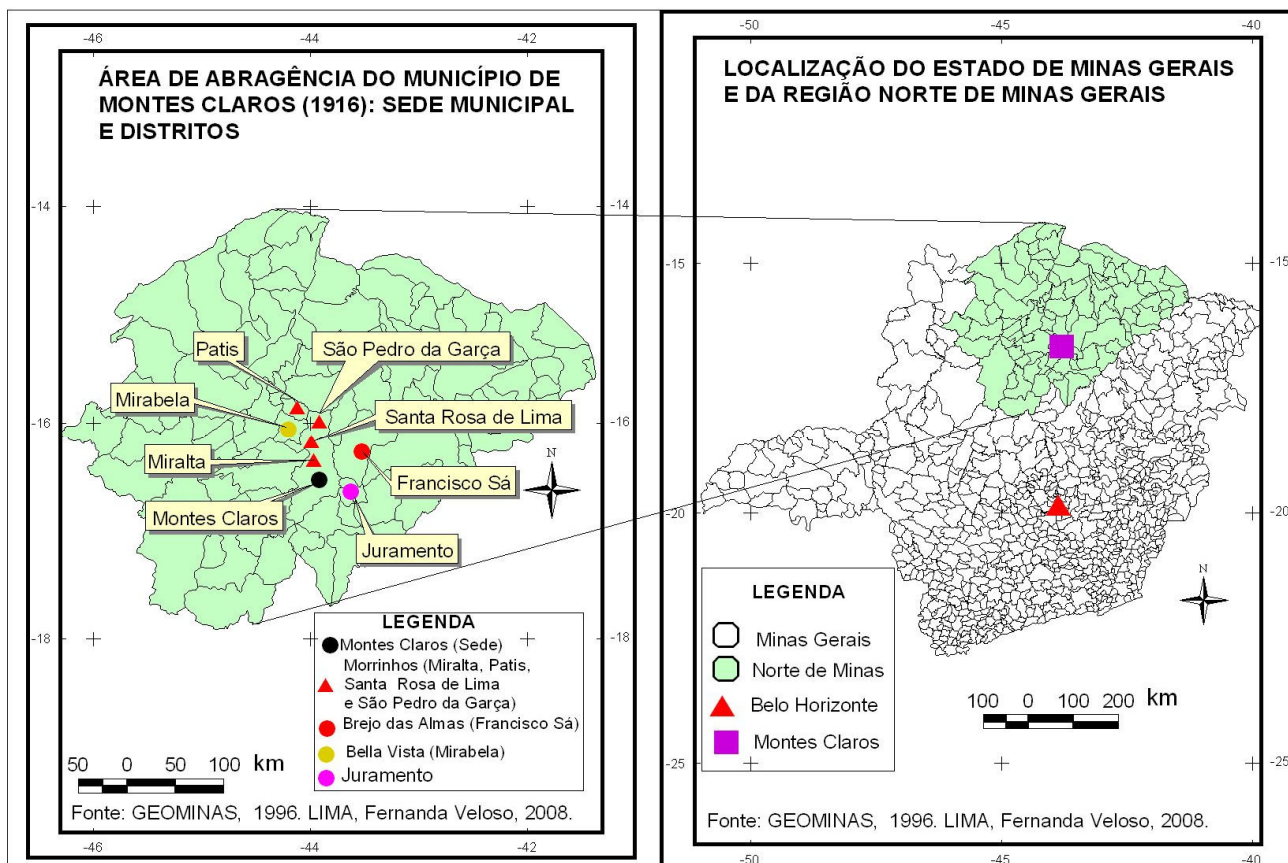
Além disso, a definição de localidades centrais possui variáveis independentes, quais sejam as densidades de população, renda e padrões culturais. Sem embargo, as transformações e acirramento da produção no curso do desenvolvimento das forças produtivas são de fundamental importância na definição das localidades centrais (Cf. Corrêa, 2001).

Dado ao exposto, o conceito de território perpassam por acepções tanto de espaço social quanto simbólico. Ou seja, são nesses espaços que o território se constitui em identidades individuais e coletivas, despertando a sensação de pertencimento e de especificidade. Portanto, na dimensão simbólica têm-se as representações sociais de imagens, símbolos e mitos que se projetam e se materializam de acordo com o *tempo* e o *espaço*, configurando-se, então, a identidade territorial. Assim, em um determinado território, as territorialidades dos espaços são (re) produzidas social e simbolicamente.

## 1.2 Montes Claros: as duas primeiras décadas do séc. XX

A formação do Município de Montes Claros, bem como sua ocupação territorial, processou-se através das fazendas de gado de Antônio Gonçalves Figueira e Matias Cardoso. Posteriormente, na então Fazenda Montes Claros, em 1769, foi construída uma capela e seu entorno as primeiras casas para vaqueiros, agregados, dentre outros. Assim, a cidade de Montes Claros foi denominada, cronologicamente, por *Arraial das Formigas*, Arraial de Nossa Senhora da Conceição e São José das Formigas, Vila de Montes Claros, sendo que em 1857 foi elevada à condição de Município (Cf. COSTA, 2003; OLIVEIRA, 2000; BRITO, 2006).

Em suma, de acordo com Vianna (1916), até chegar a ser considerada uma *cidade*, Montes Claros sofreu diversos desdobramentos na consecução de seu espaço geográfico e, somente no início do século XX, a Lei n. 556, de 30 de agosto de 1911, anexou o distrito de Sapé ao Brejo das Almas, concomitantemente, retirou-se Bela Vista da Vila Brasília e juntou a Montes Claros (Cf. MAPA. 1).



Mapa 01 – Localização do Estado de Gerais e da região do Norte de Minas Gerais.  
 Mapa 02 – Área de abrangência do município de Montes Claros (1916): Sede Municipal e Distritos.

Fonte: Geominas, 1996. Org. Lima, Fernanda Veloso, 2008.

No que diz respeito ao contingente populacional do município de Montes Claros, em 1910, 53,8% dos habitantes residiam na sede da cidade, ao passo que 46,2% em distritos (Cf. TAB 1).



TABELA 1

Distribuição do contingente populacional do município de Montes Claros/MG, em 1910.

LOCALIDADE	NÚMERO DE HABITANTES	PERCENTUAL
Da cidade, sede do município	28.000	53,8
Brejo das Almas	12.000	23,0
Morrinhos	5.000	9,7
Juramento	4.000	7,7
Bella Vista	3.000	5,8
<b>TOTAL</b>	<b>52.000</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Vianna (1916, p.190).

A principal atividade econômica da cidade consistia no comércio de produtos agrícolas. Segundo Vianna (1916, p. 226):

[...] no sertão se pratica geralmente, a lavoura, igual à dos tempos primitivos, não tem abandono a rotineira prática das *roçadas* e *queimadas* [...] A absoluta falta de ensino agrícola, a ausência mesmo da instrução primária, entraves à introdução de boas práticas, somente foram removidas, darão lugar às úteis reformas, reclamadas pelas necessidades prementes que pesam sobre o sertanejo. É geral o atraso, embora já comece uma reacção de progresso inaugurada com a criação do Ensino Agrícola Ambulante.

Assim, a presença do *bruaqueiro*<sup>8</sup>, no primeiro Mercado da cidade, oferecendo suas mercadorias - a saber: farinha de milho, queijo, requeijão, farinha de mandioca, dentre outras - constituiu em um *espetáculo colorido* no cenário citadino. As ruas no entorno do Mercado<sup>9</sup>, em dia de feira, ficavam cheias e não

<sup>8</sup> Segundo Vadinho, o termo referia-se às pessoas que traziam mercadorias em uma espécie de balaio denominado *bruaca*.

<sup>9</sup> O primeiro Mercado foi construído em 1899. Segundo Vianna (1916, p. 301) era uma “construção de bello aspecto, vasto, confortável e solido, acha-se na parte leste da praça Dr. Carlos, ladeado pelas ruas Tiradentes e Affonso Penna, uma ao sul outra ao norte, tendo os fundos para a praça coronel Costa, ultimamente aperta ao logradouro publico [...] o torreão e o relógio que se vêm embellezando o Mercado e que tanto serve dando a hora regular [...] o Mercado é dividido em três lances: um central com cinco grandes portões, e dois laterais com duas portas cada qual [...] nos fundos foram puxados dois commodos para negocio [...]. O edificio mede 29 metros de frente e 32 de fundo, sendo que o salão central é de 14 metros por 30. Dentro contamos de cada lado 6 commodos para negócio, afora os dois externos. Vimos ahi duas grandes balanças e seus respectivos ternos de peso”. Além do mais, ele se localizava no “Largo de cima”, hoje Praça Dr. Carlos Versiani. Tratou-se de uma “construção imponente, com uma torre bem alta, onde o relógio, doado por D. Carlota Versiani, badalava as horas, não deixando ninguém perder o horário” (COLARES; SILVEIRA, 1995, p. 48).

havia lugar para passar, um “zum-zum” proveniente das “conversas de todos” (Cf. GRAÇA, 1986).

De acordo com Colares e Silveira (1995, p. 48), “aos sábados, havia uma grande feira, na qual se encontrava toda a produção da zona rural, desde os cereais ao pequi, à rapadura, à cachaça, às frutas silvestres e cultivadas, até as raízes para os muitos males de todos”.

Segundo Graça (1986), no fundo do mercado, do lado de fora, ficavam os animais dos bruaqueiros e muitas bruacas, com mercadorias, espalhadas no chão. O Mercado possuía “espaço suficiente para os cargueiros serem aliviados das cargas e refazerem as forças com alimentação” (COLARES; SILVEIRA, 1995, p. 48). Quando perguntamos sobre os animais dos tropeiros que ficavam no mercado, duas entrevistadas nos responderam com os seguintes relatos (Cf. FIG. 1):

Iracema: Tinha! Tinha na porta do Mercado ficava os animais, os cargueiros, né! Que eles vinham da roça trazendo a mercadoria e ficava ali amarrado na porta do mercado... ainda tinha... Que o transporte se não era o maior pelo menos era o mais acessível, o pessoal da roça era o cavalo dele mesmo, eles punham a carga em cima e traziam... Eles iam muito levando balaio na cabeça, de verdura, né!

Jacira: Tinha um mercado grande, um mercadão, mas grande mesmo viu! Muito movimento, aquele mercado antigo, aquelas casas antigas, muito diferentes. Não tinha aquela Praça de Esportes que tem hoje, não tinha nada ali. Ali [a Praça Dr. Carlos era uma rua, um largão de rua, chamado largo. O povo chegava a cavalo e colocava o cavalo lá, botava gado pra ficar lá!



FIGURA 1 - Mercado Municipal 1910  
Fonte: Colares; Silveira(1995)

Os tropeiros também fizeram parte deste cenário com “chapéu e alparcata de “couro cru”, vestes grosseiras de algodão, uma chibata e um cigarro de palha, assim acompanhavam o tropeiro a preciosa mercadoria, levada estrada fora no lombo dos burros que formavam tropa” (COLARES; SILVEIRA, 1995, p. 19).

Embora as atividades econômicas de Montes Claros estivessem voltadas ao comércio de produtos agrícolas, de acordo com Vianna (1916, p. 229), “novos horizontes” se abriram em “pról da prosperidade e do bem commum”: a indústria e o comércio. No que diz respeito à indústria, essa foi:

[...] representada pelos estabelecimentos existentes na cidade destinados a preparar o algodão, fiar a linha e tecer o panno, manufacturando, por conseguinte o produto da lavoura e entregando-o ao comércio, estabelecimentos que sob a determinação de Empresa Industrial Sertaneja pertencem a firma Costa & Comp.; pela Fabrica do Cedro, hoje de propriedade do Sr. Coronel Francisco Ribeiro; e assim pelos estabelecimentos em construção e montagem na fazenda “Cascata” de propriedade do Sr. Coronel João Martins da Silva Maia, ex-proprietario da Fabrica do Cedro [...] (VIANNA, 1916, p. 229-230).

O comércio, por sua vez, foi realizado pela importação de artigos estrangeiros e nacionais, de manufatura ou *fabrico*. Os representantes comerciais, ou caixeiros viajantes, traziam em determinadas épocas, periodicamente, e cada qual por sua vez, os produtos tanto do Rio de Janeiro, quanto da Bahia. Montes Claros foi uma “praça” onde se vendia por preços reduzidos, por essa característica, tantos outros revendedores circunvizinhos-, de Itacambira, Bella Vista, Ponte, dentre outros lugares - abastecia-se de mercadorias na cidade objeto deste estudo (Cf. VIANNA, 1916).

No que concerne aos aspectos políticos, esses foram responsáveis, até meados de 1930, por delimitar, não somente o espaço geográfico, mas também os espaços simbólicos e sociais de Montes Claros. Isso porque a cidade dividia-se, politicamente, em dois partidos - Estrepes e Pelados -, sendo que o Mercado constituiu a materialidade dessa divisão. De acordo com Brito (2006, p. 133),

A divisória da cidade era a Praça da Matriz e sua divisória política era o mercado. O mercado foi um verdadeiro símbolo político na cidade, pois foi construído longe do comércio, na parte sul. Sua localização satisfazia somente os interesses do grupo e aliados do Doutor Honorato Alves (Pelados) gerando insatisfação de grande parte da população que se tornou opositora [...] essa oposição (Estrepes) era, essencialmente, dos moradores da parte norte da cidade, ligados ao Deputado Camilo Prates [...]

Outro aspecto pertinente à territorialidade dos espaços em Montes Claros diz respeito às relações sociais e serviços prestados na cidade, fenômeno esse que pôde ser observado a partir da exposição de Macunaíma:

E a cidade se dividia politicamente. Quase assim a parte de baixo e a parte de cima... E as pessoas não conviviam, então, eram inimigos políticos. E o grupo ligado a esse pessoal freqüentavam um tipo de ambiente e o outro, outro tipo de ambiente. Tanto que se tivesse um médico de um lado, do outro também tinha [...] Uma facção não tinha contato com a outra.

Assim, percebemos como o ordenamento de Montes Claros produzia-se, sendo que as relações dos grupos sociais e o seu meio de referência influenciaram, sobremaneira, na territorialidade da *urbe*. Para Braga (2004), tais características expressam um sentimento de pertencimento do grupo e a forma como ele age em um determinado espaço geográfico. Em outras palavras, cada territorialidade constitui-se no espaço o qual é definido e delimitado por e a partir de relações de poder.

Corrêa (2005, p. 09) acrescenta que o espaço citadino apresenta-se fragmentado e ao mesmo tempo articulado; é reflexo e condicionante social, permeado de conflitos e símbolos que:

[...] envolve o cotidiano e o futuro próximo, bem como as crenças, valores e mitos criados no bojo da sociedade de classes e, em parte, projetados nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, uma rua em especial e etc. O espaço urbano assim uma dimensão simbólica que, entretanto, é variável segundo os diferentes grupos sociais, etários, etc.

Montes Claros, ainda no início do século XX, diante da movimentação de tropeiros, bruaqueiros e a expansão de outras atividades econômicas, como as descritas anteriormente, cresceu e diversos problemas surgiram, como por exemplo, a escassez de água potável e a insalubridade. De acordo com Vianna (1916), Montes Claros não era iluminada e a respeito disso Macunaíma discorreu que até a década de 1960 a cidade tinha problemas com energia: “Oh! A luz de Montes Claros, quando eu era bem pequeno, era muito fraca! Tem, tem até uma piada quando acendia o fósforo a luz já tava acesa!”.

A coleta de lixo, nas ruas, passou a ser feita somente em 1914, por varredores e dois carroções que, de acordo com Vianna (1916, p. 294) “deixavam muito a desejar”. Além disso, segundo o mesmo autor, a prática de criar porcos nas ruas deixou de ser realizada pouco antes da escrita de sua monografia.

Ainda sob o prisma do autor supracitado, a cidade era:

Relativamente salubre, o seu quadro nosológico se resume no paludismo que é endêmico nas margens, dos rios mais caudalosos, lagoas, brejos e pantanaes; vindo depois, as molestias dos aparelhos circulatorio, digestivo e respiratorio; sendo que a tuberculose pulmonar é raramente observada, não assim as tracheites, bronquites, catarnhos, defluxos, etc. O paludismo leva ás moléstias hepaticas, ás anemias nas sua modalidades varias; reduzindo organismos fortes a uma miseria physiologica que contrista. A ancylostomiase é observada entre os habitantes dos logares onde a agua não é recorrente, ou quando o seja, pouco cuidadosos das fontes de abastecimento. O systema glandular – lymphatico degenerado, a suphiles, o alcoolismo, augmentam as molestias. [...] Existe molestia de “Chagas”, como em toda região norte mineira, embora somente atacado aos descuidadosos e ignorantes, residentes nas margens dos rios tributarios do São Francisco, ou ribeiros a elle.

Embora, Vianna (1916) aponte Montes Claros como uma cidade “relativamente salubre”, ainda assim, diversas foram as doenças que assolaram a cidade neste período devido à escassez de água potável, às moléstias do corpo, à ignorância e descuidados das populações ribeirinhas. Nesse sentido, a falta de água potável se constituiu um dos maiores entraves à marcha progressiva da cidade, posto que, a água que existia nos arredores da cidade, no início da década de XX, era inadequada para o consumo humano (Cf. BRITO, 2006; VIANNA, 1916).

Vianna (1916, p. 293) descreve, ainda, sobre o descaso do governo do Estado diante das necessidades de água na cidade e denuncia que os contínuos contratos nos quais foram “defraudada a fortuna pública sem bem positivo para a população”.

### 1.3 A ocupação do espaço urbano e a idéia de progresso

O desejo de que a *Princesa do Norte*, como foi e ainda é *apelidada* a cidade de Montes Claros, alcançasse os níveis de progresso<sup>10</sup> de outras regiões importantes do país esteve presente nos discursos dos memorialistas e imprensa da primeira metade do século XX. Assim, Colares e Silveira (1995, p. 59) narraram a “chegada do progresso” que se realizou mediante inauguração, em 20 de janeiro de 1917, da luz elétrica na cidade. A energia, proveniente da Fábrica do Cedro, trouxe

---

<sup>10</sup> Segundo Nisbet (1998), a ideia de progresso pode ser observada em vários momentos da história da humanidade e, diferente do que se acreditava essa não diz respeito somente à Era Moderna (Revoluções francesa e inglesa). Em outras palavras, desde a Antiguidade Clássica é perceptível, nos discursos de Hesíodo, Xenófanes, dentre outros, “as primeiras idéias de progresso”. Tal pensamento também pôde ser observado nos discursos de outros filósofos, como exemplo, em Platão: “Prometeu, numa passagem notável, reclama do terrível castigo que infligiu Zeus para o ‘crime’ de ter dado o fogo aos homens, encorajando-os a subir intelectualmente e culturalmente e imitar os próprios deuses”. Assim, na Antiguidade Clássica, a ideia de progresso versou sobre aquisição de conhecimento; o progresso da humanidade consistia em “níveis cada vez maiores de cultura, economia e política”; bem como “a grandeza de tudo que o homem havia feito na terra” (casas instrumentos de navegação e etc.). Com o advento do Cristianismo, *a priori*, negam-se quaisquer progressões do espírito humano que não fossem provenientes da ação divina. Por outro lado, Santo Agostinho introduziu o “conceito de uma história que, embora determinada por Deus no início, teve um desenvolvimento, uma realização de sua essência, uma luta para a perfeição através de forças imanentes da humanidade”. Ou seja, o progresso, para Santo Agostinho, implica em “uma série de estágios fixos de desenvolvimento” em que “tudo o que aconteceu” (e vai acontecer) é necessário. Eis que surge a ideia de tempo: Antes e Depois de Cristo. No que diz respeito à Idade Média e início do XVIII, a ideia de progresso pautou-se no fato de que o domínio da razão e da ciência procederia do “progresso religioso concebido como uma realização divina” (Renascimento; Reforma Protestante). Ademais, o amor de Deus à humanidade e as Eras pelas quais a humanidade passaria (do Pai, do Filho e do Espírito Santo) livraria a Europa da barbárie. Assim, os pressupostos que desvincularia a humanidade da ideia de progresso proveniente do “divino” consistiu na “racionalização” (no positivismo), ou seja, “a humanidade progrediu culturalmente hoje e continuará avançando por um longo tempo por vir” e “este progresso é resultado exclusivamente das causas naturais e humanas”. Nessa perspectiva, o progresso representaria não somente o “desenvolvimento” da arte, da ciência, mas, também, de toda a cultura: “usos e costumes, instituições, códigos e leis, economia, etc.”. Não obstante, a noção de “tempo histórico”, definido por Santo Agostinho, foi substituída por “estágios de progresso social e cultural, cada um dos quais emerge a partir da anterior”. Dito de outra maneira, o progresso possui causas mais humanas do que divina. Desse modo, a ideia de progresso abordada nesta pesquisa consiste no pensamento hegemônico que permeou a Europa e os Estados Unidos no século XVIII e XIX. Essa perspectiva concerne nos estágios pelo qual a humanidade *teria* passado: selvageria, barbárie e civilização. Assim, a barbárie recuaria “diante do progresso constante de melhoria”, ou, ainda, as medidas sanitárias proporcionariam a “civilização” dos corpos e da cidade. Ademais, a ideia de progresso foi apropriada pelo discurso desenvolvimentista da década de 1950, portanto, o progresso foi percebido, tanto na literatura consultada, quanto na fala dos entrevistados como algo que traria “melhorias” nas vidas das pessoas, bem como para a re(produção) do espaço cidadão .

diversos “melhoramentos” para Montes Claros, dentre eles outras inaugurações, inclusive os cinemas.

Um dos aspectos que as autoras mencionam como primórdios do progresso para Montes Claros foram os primeiros veículos de motor a explosão - os “fords-de-bigode”- os quais transportariam as mercadorias em um menor espaço de tempo. Assim, os tropeiros começaram a ser substituídos<sup>11</sup> pelos caminhoneiros e esses últimos emergiram nos discursos como um “novo elemento, imprescindível na condução de uma das máquinas que iriam dominar o mundo moderno” (COLARES; SILVEIRA, 1995, p. 61).

Contudo, em decorrência do aparecimento dos veículos motorizados, surgiu a preocupação de construir as estradas de rodagem. Para Colares e Silveira (1995, p. 61):

[...] os caminhões obrigaram a abertura de estradas mais largas [...] outras foram abertas, ligando vários municípios a Montes Claros, aproveitando as que já existiam, com algumas modificações, transportando mercadorias até os terminais das estradas de ferro, que demorou a chegar até Montes Claros.

Além disso, uma reivindicação que ocorria desde a década de 1910 era a de construção de uma estrada de ferro. Acerca dela, o Jornal Gazeta do Norte publicou em 1924 uma crônica sobre a vinda do Ministro Francisco Sá a Montes Claros. Isso porque o Ministro havia prometido “apressar a chegada da Estação de Ferro”:

---

<sup>11</sup> Apesar de as autoras afirmarem essa substituição em nome do progresso, as mesmas ainda descrevem o seguinte: “[...] Contudo, até depois de 1950 os tropeiros passavam pelo Norte de Minas e faziam pouso em Montes Claros” (COLARES; SILVEIRA, 1995, p. 61).



#### A vinda do Ministro

É assunto do dia. No cinema, nos cafés, e nas farmácias, onde haja gente que converse, só se ouve esta frase: a vinda do Ministro. [...] Novos automóveis, fofonando, cruzando as ruas, impregnando-as de um cheiro forte de civilização, enquanto passam as carroças entulhadas de seixo de capina. E à noite, quando as lâmpadas electricas abrem os olhos fascinantes, atônitos, como se acordassem do seu sono diurno, é intenso o vai e vem de nossa urbs.

Assim, o Jornal Gazeta do Norte anunciava, em 28 de novembro de 1925, o processo de construção da linha férrea:

Foram assentados os primeiros trilhos de Bocayuva a Montes Claros. Dia a dia se firma para nós mais forte a convicção de que o muito longe veremos em a nossa cidade a estrada de ferro, essa extraordinária conquista pela qual sonhamos a dezenas de annos. E essa convicção ainda se torna maior quando sabemos que á frente dos serviços da construção se encontram pessoas cujo devotamento a causa de amor ao progresso deste norte surprehendente de possibilidades, são credoras de nossa maior e imperecível gratidão. Em um dos nossos últimos números fornecemos ao publico que nos lê, a noticia do embarque, do Rio á Bocayuva, dos primeiros trilhos destinados a nossa via férrea. Aditamos hoje a essa informação, a grafa noticia de que já havendo chegado, há dias, em nossa vizinha cidade esses primeiros trilhos, foi immediatamente iniciado o serviço de assentamento, havendo hontem, ficado prompto esse trabalho até a ponte do Macahubas, um kilometro e pouco aquém de Bocayuva. Como ainda necessitem alguns retoques sobre essa ponte os esforçados constructores, no louvável intuito de não retardar a obra, continuarão o assentamento do outro lado do rio, sendo que para esse serviço já se encontram em Bocayuva, seguramente 4 Kilomentros de trilhos. Para Montes Claros essa noticia apresenta motivo das mais vivas e justas demonstrações de alegria.

Segundo Ribeiro (2001), Montes Claros viveu, nas décadas de 1920 e 1930, uma intensa movimentação devido à construção do ramal ferroviário que interligava o Sudeste com o Nordeste do País - via Belo Horizonte/Bahia. Nessa época, foram contratados cerca de 15 mil empregados. Concomitantemente a esse fenômeno, cresceu o correlativo necessário ao trabalho assalariado: a prostituição feminina. As *damas da noite*, como eram denominadas as prostitutas, chegaram a representar mais de 10% da população do Município, ou seja, cerca de 3 mil mulheres, num contingente de 26 mil habitantes (Cf. RIBEIRO, 2001).

A Estrada de Ferro Central do Brasil proporcionou a integração, não somente do sertão montesclarensense com as demais regiões do Estado de Minas Gerais, mas também, com outros centros comerciais do país. Assim, “o domínio do território por intermédio do uso das ferrovias compunha o ideal de progresso, desenvolvimento e civilização”, ou seja, “o progresso e o desenvolvimento” passou a ser levado “para o interior do país” (LESSA, 1993, p. 75).

A respeito da idéia de progresso, Colares e Silveira (1995, p. 64-65) discorrem que o trem de ferro trouxe:

um grande impulso ao desenvolvimento comercial-social de Montes Claros [...] e com isso, movimentou-se, cresceu cordialmente e em população. ‘Ponta de Linha’ como diziam, trazendo forasteiros que, como os primeiros do Arraial, muito contribuíram para o desenvolvimento do município. Homens que, pelo trabalho e capacidade, tornaram-se ilustres política e intelectualmente [...].

Oliveira (2000, p. 27) assinalou outra perspectiva após a chegada da Estrada de Ferro Central do Brasil, a saber, o “desenvolvimento do comércio em todos os setores”. Assim, ocorreu um incremento do fluxo comercial e o sistema atacadista imperou na cidade, pois existiram “cem (100) atacadistas de gênero, noventa e dois (92) armazéns e trinta e sete (37) vendas (que são armazéns de pequenas proporções).

Outros aspectos também faziam parte das estratégias de progresso e, também, permitiam um (re)ordenamento da cidade. As denúncias das condições insalubres da cidade e, concomitantemente, e os argumentos da necessidade de água potável e da construção de uma rede de esgoto foram constantes no transcurso da década de 1930. Sobre isso, o Jornal Gazeta do Norte, de 04 de abril, informou o seguinte:

O problema da água potável  
De todos os problemas que têm a atenção dos nossos poderes públicos, nenhum houve ainda de maior amplitude do que a

canalização da água potável para a nossa cidade, problema este que tem sido estudado por todos os Presidentes da nossa Municipalidade, sem resultado seguro, diante da innumerável série de obstáculos que têm entravado a sua realização. Houve época em que quase o tivemos realizado. Ahi estão as obras que se construíram, como sejam a barragem do Pacuhy, o tanque sobre a collina Dgermana, e o grande número de canos de ferro espalhados em toda a extensão do rego, mas tal serviço foi suspenso depois de quase concluído com enorme prejuízo para a união, que o estava construindo em virtude de um contracto com a nossa Municipalidade. Resolvido o magno problema, nada faltara a Montes Claros, para que tenha a primazia entre todas as cidades co-irmãs, pois é admirável que a nossa cidade tenha progredido tanto, apesar de lhe faltar o principal elemento, indispensável em todas as casas, que é água potável até hoje ainda colhida de cisternas anthygienicas e perigosas. Resolvamos esta questão e Montes Claros será de facto, a *Princeza do Norte de Minas*.

O que apresentamos até o presente momento denota a preocupação com o controle da cidade para obtenção do progresso. Não obstante, diante dessas transformações do espaço citadino, desde o final do século XVIII, na Europa, medidas de controle social já vinham sendo implementadas as quais, de acordo com Foucault (1982), se constituíram em três etapas da formação da medicina social: a *medicina de Estado*<sup>12</sup>, *medicina urbana* e a *medicina de força de trabalho*<sup>13</sup>.

Segundo Foucault (1982), a medicina urbana consistiu em estratégias de controle das coisas, isto é, do ar, da água, da decomposição, dos fenômenos. Dito de outra maneira, uma medicina voltada para o melhoramento das condições de

<sup>12</sup> A medicina de Estado desenvolveu-se na Alemanha no começo do século XVIII. Consistiu num conhecimento que tinha por objetivo o Estado, ou seja, o funcionamento geral de seu aparelho político. Isso ocorreu devido ao fato da Alemanha só ter se tornado um Estado unitário durante o século XIX e justamente quando as formas de Estado se iniciaram, desenvolveram-se esses conhecimentos estatais e a preocupação com o funcionamento do próprio Estado. Além disso, o “não-desenvolvimento econômico” ou a “*estagnação* do desenvolvimento econômico” da Alemanha, no século XVII, depois da guerra dos 30 anos e dos grandes tratados entre França e a Áustria corroboraram para o desenvolvimento da ciência do Estado (Cf. FOUCAULT, 1982). A prática médica realizada na Alemanha centrava-se na melhoria do nível de saúde da população. Essa política consistiu na observação da morbidade, ou seja, a contabilidade de nascimento e morte nos hospitais de diferentes cidades e regiões. Igualmente, observam-se os diferentes fenômenos de epidemias e endemias; o ensino médico nas Universidades passa a ser normatizados pelo Estado e a prática médica subordinada a um poder administrativo superior. São criados, portanto, funcionários médicos, nomeados pelo Governo, os quais são responsáveis por uma região, em outras palavras os médicos tornam-se administradores da saúde (Cf. FOUCAULT, 1982).

<sup>13</sup> Para o presente estudo, interessa-nos a medicina urbana e a medicina de força de trabalho sendo que esta última será abordada no segundo capítulo.

vida e do meio ambiente cujas estratégias pretendiam organizar os diferentes elementos necessários à vida comum nas cidades.

O modelo francês, ou seja, a medicina urbana entendia que a pobreza seria a principal responsável pela insalubridade da urbe e que o crescimento das cidades provoca o acirramento das tensões sociais. Porquanto, o *medo urbano* segundo Foucault (1982, p. 87) seria o:

[...] medo das oficinas e das fábricas, do amontoamento de pessoas, das casas altas, da população numerosa de mais; medo, também, das endemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade; medo dos esgotos, das *caves* sobre as quais são construídas as casas que estão sempre correndo perigo de desmoronar [grifos do autor].

Esses fenômenos ganharam intensidade e agravaram os problemas sociais sendo, portanto, necessário um poder capaz de vigiar a população urbana. A partir de um modelo médico e político de quarentena, as pessoas contaminadas pelas endemias foram isoladas; a sociedade era imobilizada em suas casas; a cidade passa a ser dividida em bairros, sendo esses imobilizados pelas autoridades, caso houvesse indícios de epidemias; as casas contaminadas tinham que ser desinfetadas; e os doentes expulsos das cidades (Cf. FOUCAULT, 1982).

Além disso, os profissionais envolvidos nas estratégias da medicina urbana analisavam os lugares propícios às doenças no espaço citadino; além da tentativa de solapar a difusão de endemias e epidemias. Isso porque ocorriam grandes incidências de infecções causadas pelos cemitérios. Em outras palavras, “para que os vivos estejam ao abrigo da influência nefasta dos mortos, é preciso que os mortos sejam tão bem classificados quanto os vivos, ou melhor, se possível” (FOUCAULT 1982, p. 90). Por conseguinte, os mortos passam a ser enterrados em caixões a fim de evitar o amontoamento de cadáveres e conseqüentemente as doenças.

Além dessas medidas descritas acima, a sociedade era imobilizada em suas casas; a cidade foi dividida em bairros os quais estariam sob a responsabilidade de autoridades que deveriam zelar pela imobilização da sociedade; através dos registros os doentes eram expulsos das cidades; e desinfecção das casas contaminadas. Embora pareça uma medicina dos corpos na medida em que a população, de certa maneira, também se beneficiaria com as políticas sanitaristas, ainda assim, essas estratégias estavam voltadas às condições de insalubridade da urbe (FOUCAULT, 1982).

Assim, as proposições dessas medidas podem ser observadas em Montes Claros, em 1929, a partir da criação de uma Delegacia Distrital de Higiene. O programa desse órgão foi dividido em oito medidas centrais para combater a insalubridade. Dentre essas medidas destacamos o programa de educação e sanitarismo o qual previa:

- a) conferencias publicas e palestras particulares;
- b) publicação na imprensa em boletins e folhetos, de artigos de educação sanitária;
- c) projecção de polliaulas cinematographicas sobre assumptos sanitários;
- d) distribuição de folhetos postaes e cartazes de propaganda sanitária;
- e) organização de uma secção de consultas sobre hygiene e saúde publica;
- f) organização de pequenos museus de hygiene (JORNAL GAZETA DO NORTE, 13 de jun. de 1929).

A segunda medida adotada pela Delegacia Distrital de Higiene versava sobre o saneamento da urbe, cadastro e recenseamento das casas, estabelecimentos comerciais e da população. Desse modo, uma polícia sanitária foi criada para desempenhar essas atividades cujas atribuições versaram em:

- a) visitas de policia sanitária;
- b) cadastro das habitações e recenseamento da zona em trabalho;
- c) intimações sobre installações sanitárias e higienicas nos domicílios e sollicitação de medidas relativas às redes de esgoto;

- d) medidas sobre o abastecimento d'água;
- e) providencias no sentido de serem melhoradas as condições higienicas das habitações em geral e das casas commerciaes, principalmente das que negociam em gêneros alimentícios;
- f) verificação e destruição das nocividades;
- g) drenagem dos terrenos pantanosos, aterros, limpeza e construção de vallas;
- h) serviço de "habite-se";
- g) intimações, ceminações de multas e apprehensões, quando necessário (GAZETA DO NORTE, 13 de jun. de 1929).

Outra medida da Delegacia Distrital de Higiene, que se assemelhou à prática sanitaria da Europa, foi a determinação de isolamento domiciliar e hospitalar de pessoas contaminadas, bem como coleta de dados sobre nascimentos e óbitos (Cf. GAZETA DO NORTE, 13 de jun. de 1929).

Sobre a circulação do ar, bem como as moléstias que poderiam ser causadas devido à permanência em locais fechados o Jornal Gazeta do Norte, em 27 de janeiro de 1946, publicou o seguinte:

Informações úteis

Ar parado e saúde

Nos locais cujas portas e janelas permanecem fechadas, o ar não se renova, é parado quente e úmido. O organismo dos que vivem nesses ambientes oferece pouca resistência as infecções. Aumente a resistência do organismo permanecendo em locais arejados – SNES.

A notícia acima descreve uma das medidas de controle dos corpos e das cidades. Segundo Foucault (1992), a medicina urbana consistia, também, no controle da circulação da água - por meio de levantamentos dos lugares em que se poderia retirar água não contaminada pelos esgotos; do ar, arejando as cidades, através da abertura de longas avenidas nos espaços urbanos a fim de manter o bom estado de saúde da população.

Sobre a água, o jornal Gazeta do Norte, em 10 de janeiro de 1947, em seção denominada *Informações Úteis*, orientava a população sobre o consumo da água:

Preceito do dia

#### AGUA, VEICULO DE DOENÇAS

Desde épocas remotas se atribui a água usada na alimentação a propagação de certas doenças. Estão neste caso, entre outras, as febres tífica e paratífias. Hoje está comprovado experimentalmente que a água de consumo é um dos fatores da propagação dessas moléstias.

Evite as febres tíficas e paratíficas fervendo ou, pelo menos, filtrando a água destinada a beber: - SNES.

A informação descrita acima, acerca do uso da água de forma que se evite contaminação de doenças, fez parte de discursos relacionados à *questão urbana* e práticas de intervenção nas cidades. Conseqüentemente, preocupações relativas à salubridade foram levantadas, assim como outras questões pertinentes ao crescimento e o progresso da cidade, a qual começava a se destacar como referência regional.

Convergindo para a proposta de salubridade, em 1947, um candidato a Deputado Estadual de Minas Gerais propôs o seguinte:

Execução de um programa nacional de combate à verminose, ao mal de Chagas, ao impaludismo, à úlcera de Baurú, ao fogo selvagem, a proporções mínimas, a capacidade individual e o potencial econômico-social do povo brasileiro.

Propaganda extensiva, intensiva e sistemática dos conhecimentos práticos de higiene e de educação sanitária e criação do Instituto Nacional de Nutrição, que terá por fim pesquisar a composição dos alimentos e orientar o povo, em bases científicas e práticas, nos conhecimentos indispensáveis a uma alimentação racional.

Assim, na expectativa de se obter progresso, o aspecto da cidade de Montes Claros se modificava, algumas ruas foram calçadas com pedras redondas e duas praças principais existiam, Dr. Carlos Versiani e Dr. Chaves, entretanto, ainda sem jardins e sem calçadas. Somente na gestão de Mario Versiani Velloso, de acordo com Colares; Silveira (1995, p. 65), que mais ruas foram calçadas e a praça Dr. Carlos Versiani foi “coberta de um jardim cheio de rosas, dalias, jasmins-de-cabo e inúmeras folhagens, cercado de arame farpado, para evitar a invasão dos cavalos

e burros dos feirantes, que ficavam à frente do mercado, nos dias de feira”. Sobre os calçamentos Iracema relatou:

[...] era um calçamento com blocrete que era chamado blocrete! [...] que era um tijolo uma pedra de cimento grande assim que era chamado de blocrete [...] é já tinha a Catedral, Matriz e Catedral né! Já era... Tava terminada?... Num tinha Catedral... E o centro comercial se resumia ali onde é praça Dr. Carlos né! E a aquela rua que era chamada de Rua Quinze [Atual Simeão Ribeiro]!

Aquela cidade com aspectos rurais, paulatinamente, transformava-se. , “mais ruas e becos foram abertos, casas velhas eram demolidas, [...] construção e reforma de várias praças, novas casas comerciais, bancos, agência de correios”, ou seja, inaugurou-se um “novo tempo marcado pela aceleração da era mecânica”. Com isso, ocorreram mudanças de comportamento e nos costumes (COLARES; SILVEIRA, 1995, p. 65).

A idéia de progresso manifestou-se não somente através da preocupação em resolver os problemas de falta de água, esgoto e iluminação, mas, também, pela expectativa com a chegada da estrada de ferro a qual encurtaria a distância entre Montes Claros e os demais centros comerciais de procura e oferta. Além de facilitar o transporte diminuindo, portanto, os custos dos gêneros de produção e consumo (Cf. BRITO, 2006).

Outro fenômeno pertinente à idéia de progresso manifestou-se nos discursos que os partidos políticos proferiram em seus programas. Isso porque coligações foram formuladas em prol desse projeto de melhoramento da cidade e o ideal de “todos por um”. Ou seja, “não um partido, ou simplesmente por um candidato, mas por um Município que aí está por exigir de todos os homens de boa vontade um pouquinho de atenção e sacrifício pelo seu progresso estagnado há anos [...]” (GAZETA DO NORTE, 1947, p. 03).



#### 1.4 Do progresso ao incentivo desenvolvimentista

Vimos na seção anterior, através dos registros de memorialistas e da imprensa do início do século XX, alguns fatores considerados como fundamentais para que Montes Claros deixasse de ser uma cidade considerada “atrasada”. Além disso, a importância da implementação da ferrovia no processo polarização regional de Montes Claros como centro comercial, bem como as transformações do espaço citadino a partir da medicina social.

Não obstante, a idéia de atraso e pobreza conferiu uma nova significação em contextos globais. Os discursos de modernização passaram a ser proferidos a partir das antinomias *desenvolvimento* e *subdesenvolvimento*. Isso porque, nos Estados Unidos, o Presidente Truman, em 20 de janeiro de 1949, inseriu o conceito de subdesenvolvimento argumentando que “é preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas” (TRUMAN<sup>14</sup>, 1949 *apud* ESTEVA, 2000).

De acordo com Pereira (2001, p. 03),

Para Montes Claros, o desenvolvimento representou uma grande esperança: faltava energia não só para industrialização como também para consumo doméstico, e as estradas da região eram precaríssimas. As elites locais, predominantemente agrárias, mobilizaram-se para inserir o município nos programas de investimentos públicos.

Nesse sentido, serviços de abastecimento de água foram ampliados e diversas outras atividades foram desenvolvidas em prol do “embelezamento da cidade” (PEREIRA, 2002, p. 56).

---

<sup>14</sup> Sem notas tipográficas.

A nova ordem hierárquica das atividades culturais, ou seja, a distinção entre as artes liberais e artes mecânicas, engendrou o esboço, dentro do corpo social, uma classe de projetistas e uma classe de executantes. Tal distinção foi de fundamental importância para a fundação de uma ciência urbanística e com isso torna-se possível:

Imaginar e projetar uma cidade inteira, como forma unitária, sem levar em conta as dificuldades, os meios financeiros e técnicos, a mão-de-obra, o tempo [...] a *cidade ideal*, de fato, é uma invenção artística e política ao mesmo tempo, porque se funda no pressuposto de que a perfeição da forma urbanística e arquitetônica da cidade corresponde à perfeição de sua organização política e social, concebida e realizada pela sabedoria do príncipe, assim como a geometria do traçado e da beleza dos edifícios são concebidas pela sabedoria do arquiteto (grifos do autor. ARGAN, s/d, p. 58).

Convergindo para a idéia de embelezamento, Herrera (2005) discorre que o urbanismo representou uma nova leitura do processo de transformação arquitetônica das casas, do comércio, das praças, igrejas e, conseqüentemente, uma reformulação do desenho urbano, bem como o disciplinamento espacial. Além disso, o desenvolvimento artístico, através do urbanismo, trouxe uma nova concepção de beleza associada ao aperfeiçoamento das técnicas de construção e reformas dos espaços citadinos.

Por outro lado, apesar dos esforços engendrados para a modificação paisagista de Montes Claros, as questões pertinentes ao desenvolvimento eram recorrentes nos discursos políticos, ainda, no século XX. Segundo Pereira (2002), uma das bases do desenvolvimentismo consistiu no Planejamento Econômico o qual deveria ser feito com a intervenção do governo do Estado de Minas Gerais. Logo, foi formulado o Plano de Recuperação Econômica e Fomento à Produção pelo Governo de Milton Campos (1947-1951) o qual consistiu em investimentos nos setores de energia e transporte.

O ano de 1952 foi considerado, pelo Jornal Gazeta do Norte, como sendo a época da “execução vitoriosa entre o binômio energia e transporte”. Isso porque foi publicado uma entrevista de Juscelino Kubitschek, então governador de Minas Gerais, em que ele narra suas visitas às obras rodoviárias em todo o Estado (Cf. GAZETA DO NORTE, 22 de maio de 1952, p. 01).

No que concerne aos melhoramentos para Montes Claros, o Jornal Gazeta do Norte, em 12 de junho de 1952, publicou quatro telegramas de Juscelino Kubitschek encaminhados ao Diretor do Departamento Nacional do Café, Milton Prates, que diziam:

Dr. Milton Prates Diretor Depto Nacional do Café – Rio. Tenho prazer levar conhecimento prezado amigo que autorizei execução obras reconstrução hangares aeroporto de Montes Claros vg orçadas noventa oito mil cruzeiros PT. Sds. Cds.

Dr. Milton Prates Diretor Depto Nacional Café – Rio  
Venho comunicar prezado amigo que tive prazer autorizar concessão auxilio cem mil cruzeiros vg pela loteria do Estado vg destinado construção sede social Montes Claros Tênis Clube pt. Sds. Cds.

Dr. Milton Prates Diretor Depto Nacional Café – Rio  
Venho comunicar prezado amigo que tive prazer autorizar execução obras estrada Montes Claros – São João da Ponte, a construção Ponte sobre córrego Vieira vg na estrada Montes Claros Brasília vg orçadas respectivamente cento quinze mil cruzeiros e trezentos oitenta oito mil cruzeiros pt Sds

Dr. Milton Prates Diretor DNC – Rio  
Venho comunicar prezado amigo que tive prazer autorizar execução obras melhoramentos Prédio Grupo Escolar “Gonçalves Chaves” de Montes Claros vg orçadas duzentos quarenta cinco mil cruzeiro pt Sds Cds.

Na tentativa de ampliar os investimentos em Montes Claros, o setor imobiliário, que crescia na década de 1950, foi alvo nos discursos desenvolvimentistas cujo noticiário recebeu o título *A Caixa Econômica Federal: Contribuindo poderosamente para o desenvolvimento da cidade*. Deste modo, o referido banco ofereceu créditos, garantidos pelo Governo Federal, para o auxílio de

construção de casas próprias, assim como a construção da sede da Associação Comercial de Montes Claros (Cf. Jornal Gazeta do Norte, 20 de mar. de 1952).

Como descrito anteriormente, o problema com a água potável, assim como o saneamento básico, apresentou-se como entrave ao desenvolvimento de Montes Claros. Nesse sentido, o Jornal Gazeta, de nove de fevereiro de 1958, publicou uma nota escrita por, então prefeito, Geraldo Athayde que dizia:

Recursos para obras urgentes no município  
[...] “O empréstimo que pleiteamos, operação definitivamente assentada, ainda dessa vez não pôde ser concluído, ficando, no entanto, dependente unicamente da entrega do projeto do serviço de água e esgoto que esta sendo concluído pelo SESP [...] Ao iniciarmos os trabalhos deste ano, o principal objetivo será o saneamento por parte da cidade cortada pelas inúmeras barrocas, problema de estética, circulação e saneamento, livrando os moradores de suas imediações da sujeira, mosquitos, mau cheiro e até doenças que ocasionam [...] quanto aos serviços de calçamentos, temos que aguardar a conclusão do projeto do SESP, já citado, do serviço de águas e esgoto, sendo que nas ruas mais centrais, onde o serviço já está concluído, iremos efetuar a pavimentação na medida dos nossos recursos”. Informou-nos, por fim, o prefeito Geraldo Athayde, que seguem em ritmo normal os serviços da barragem do rio dos Porcos e os estudos para a construção da caixa de acumulação na colina do Morrinho.

Como podemos observar, a partir das descrições realizadas até o presente momento, a cidade de Montes Claros apresentava problemas provenientes da má circulação do ar, da falta de saneamento, da sujeira, do mau cheiro, dentre outros. Nesse sentido, retomando a teoria de Foucault (1982), a cidade passou a ser controlada, sendo que nessa deveria se levantar os locais em que ocorressem epidemias e doenças.

Para Lessa (2001) o levantamento das questões urbanas apontadas acima proporcionou uma nova lógica de salubridade baseada no saneamento urbano. Aspectos esses provenientes da medicina social e dos estudos, ainda no século XVIII na Europa, sobre a circulação dos fluidos na cidade.

Sobre as doenças e a preocupação com a circulação do ar na urbe, o Jornal Gazeta do Norte, em 24 de janeiro de 1952, informou à população o procedimento adequado com os quartos dos enfermos:

Informações Úteis

Preceito do dia

O QUARTO DO DOENTE

O quarto do doente deve ser convencionalmente ventilado, o ar mobilizado, tem, sobre os enfermos, ação ainda mais nociva do que sobre os sadios. Providencie para que, no quarto em que permanece algum doente, o ar seja renovado de modo contínuo e cauteloso – SENS.

De acordo com Oliveira (2000, p. 34) a falta de infra-estrutura, energia elétrica e transporte não são explicativos suficientes para o atraso de uma determinada região. Nessa direção, o problema estaria relacionado ao processo de acumulação de capital, pois,

Enquanto em algumas partes do capitalismo, as relações assalariadas e o mercado interno se desenvolviam, noutras continuam a predominar relações de trabalho não-capitalista [...] em suma, as próprias características do desenvolvimento regional, à semelhança do Nordeste, na medida em que proporcionavam a continuidade da produção/acumulação, impediam as transformações rumo a formas capitalistas e dinâmicas. Aí estavam as bases do atraso relativo regional (OLIVEIRA, 2000, p. 38).

Convergindo para o pensamento descrito acima, Rodrigues (2000) discorre que a inclusão do Norte de Minas à macrorregião do Nordeste sucedeu em 1959, como área pertencente ao Polígono das Secas. Assim,

[...] como o desenvolvimento do capitalismo no âmbito mundial, por meio da divisão internacional do trabalho, criou centros desenvolvidos e uma periferia subdesenvolvida em sua órbita, a economia interna (pela divisão inter-regional do trabalho) cresce promovendo regiões prósperas e regiões atrasadas (RODRIGUES, 2000, p. 124).

Apesar dos esforços para o desenvolvimento, a região Norte do Estado de Minas Gerais, bem como de Montes Claros, manteve-se à margem do desenvolvimento dos anos de 1950. Assim, “os efeitos práticos da intervenção do Estado como promotor da industrialização só surgiram, na segunda metade da década de 1960, quando foi viabilizada a infra-estrutura energética e de transporte e os incentivos fiscais da SUDENE<sup>15</sup>” (PEREIRA, 2002, p. 39).

Com a criação da SUDENE, em 1959, esforços foram dispensados na busca pelo desenvolvimento do Norte de Minas, através de incentivos à industrialização e projetos agropecuários. Além disso, em 1965, a SUDENE em parceria com a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG - proporcionaram o porte energético necessário para a industrialização de forma efetiva no Norte de Minas, e, conseqüentemente, em Montes Claros (Cf. CARVALHO, 2004; OLIVEIRA, 2000; RODRIGUES, 2000).

A respeito da energia existente na cidade, observamos, a partir de Vadinho, a idéia de *atraso*:

Era um motor muito grande. Quando era 10 horas, depois passou a meia noite desligava. E depois veio a CEMIG, Força e Luz que falava, e depois veio a CEMIG. Por causa da Cemig tudo melhorou. E Montes Claros evoluiu de 1970 pra cá. Montes Claros era muito atrasado em tudo. Me parece que na copa de 70, naquela época começou a chegar televisão preta e branco aqui, ninguém tinha televisão. Tinha a cristal, vendia televisão lá na Cristal, tinha as lojas, cheia, mas se você comprava uma televisão preta e branco, não pegava nada, dava o mesmo tamanho.

---

<sup>15</sup> Ou seja, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Neste momento, cabe ressaltar que a respeito das dificuldades enfrentadas pela SUDENE para a promoção do desenvolvimento do Norte de Minas, bem como o coronelismo que predominava na região, sugiro a leitura de OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. **O processo de desenvolvimento de Montes Claros (MG), sob a orientação da SUDENE.** 1996. 199f. Dissertação (Mestrado em História Econômica – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo. PEREIRA, Laurindo Mékie. **A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX.** Montes Claros: Ed. Unimontes, 2002. 241 p.

Para Carvalho (2004), a trajetória de urbanização e desenvolvimento de Montes Claros pôde ser observada, também, pelo fato de a referida cidade ter se firmado como Pólo Regional. Entretanto, essas mudanças geraram migração do campo e elevaram o contingente populacional urbano, em conseqüência, acarretaram fenômenos citadinos tais como, desemprego, favelização e violência, que se tornaram problemas crescentes.

Além disso, segundo Pereira (2002, p. 74), na década de 1960 Montes Claros apresentava-se em situação desoladora, pois “a seca castigava, as lavouras perdiam-se, os hospitais estavam desaparelhados e epidemias diversas afetavam a população”.

No que se refere ao crescimento industrial, Oliveira (2000) aponta o período de 1960 a 1980 como épocas em que o processo de industrialização foi acirrado pela diversificação do parque industrial, bem como o aumento do número de estabelecimentos comerciais.

Na década de 1970, Montes Claros passa a participar mais efetivamente no Valor de Transformação Industrial de Minas Gerais. Esse processo foi de suma importância para o incentivo à industrialização. Além disso, houve um melhoramento nas condições de saneamento básico da cidade, resultado de “anos de trabalho e do maior grau de urbanização de Montes Claros frente à média estadual” (OLIVEIRA, 2000, p. 87).

Em 1980, Montes Claros apresenta a maior taxa de urbanização em relação às demais cidades norte - mineiras, conseqüentemente, elevaram-se as taxas de recebimento de migrantes. Esses fatores são apontados por Oliveira (2000), como possíveis motivos para a elevação na taxa de desemprego, além da crise econômica que a cidade passou naquele período. A crise, segundo o autor

supracitado, se processou devido à saída de algumas indústrias em Montes Claros. Diante das transformações descritas anteriormente, o crescimento populacional de Montes Claros pode ser analisado a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (Cf. GRAF. 1).

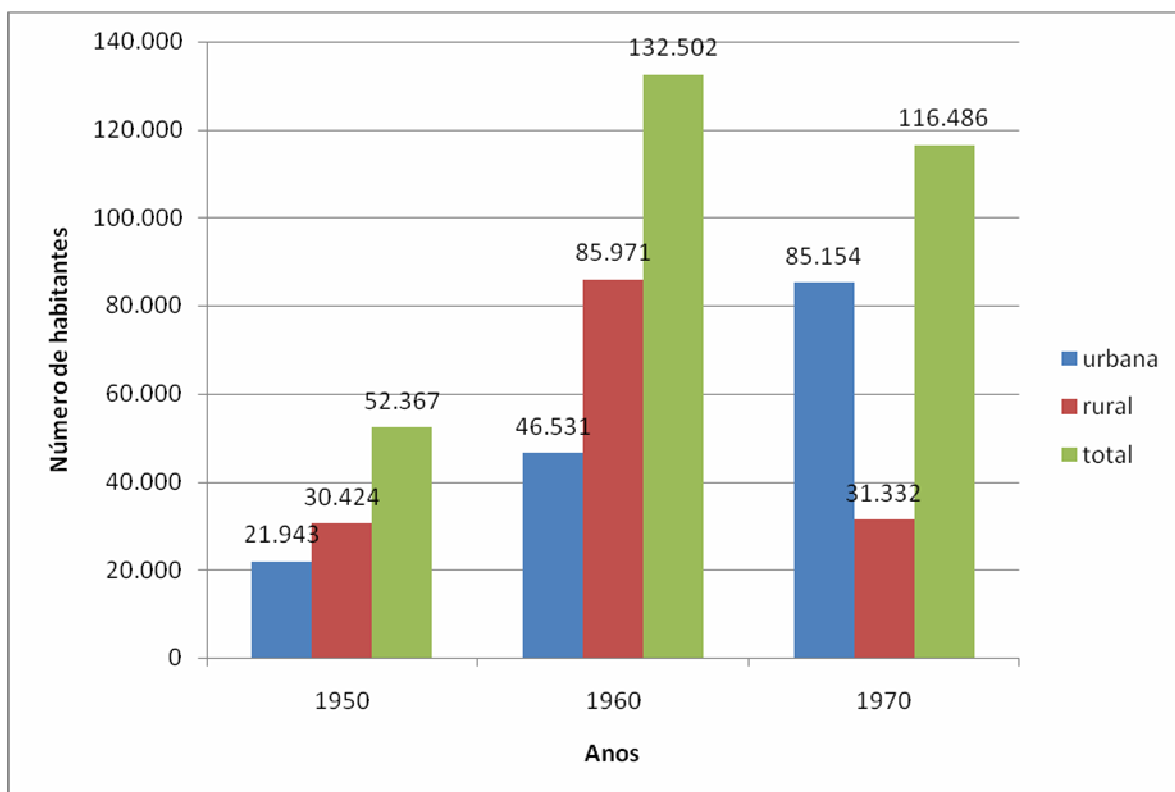


GRÁFICO 1: Crescimento da população urbana e rural de Montes Claros de 1950-1970<sup>16</sup>  
Fonte: IBGE

Podemos observar, a partir do GRAF. 1, o crescimento da população urbana e rural de Montes Claros. Assim, em 1950 a população urbana representou 50,1 % dos habitantes, ao passo que 49,9% se encontravam na zona rural. Com o processo de urbanização e os demais fenômenos descritos neste trabalho, o contingente populacional total da cidade dobrou e, conseqüentemente, seu

<sup>16</sup> De acordo com o IBGE, a redução da população total na cidade, em 1970, foi provocada pelo fato da emancipação de alguns distritos, pertencentes a Montes Claros, na década de 1960.



correlativo, a saber, o êxodo rural, de modo que, a população urbana elevou-se para 64,9%, enquanto a população rural reduziu-se a 35,1% desse mesmo contingente.

Embora alguns distritos de Montes Claros tenham se emancipado, provocando uma diminuição na população total do município, o crescimento da população urbana continuou aumentando em 1970. Porquanto, 73,1% dos moradores de Montes Claros residiam na área urbana e apenas 26,9% permaneciam na rural.

Diante do exposto, a cidade de Montes Claros sofreu diversas alterações, não somente em seus aspectos físicos e econômicos, mas, também na forma como os grupos se relacionavam e se identificavam com o espaço, quais sejam sociais e/ou simbólicos. E, se antes da linha férrea as pessoas iam à missa, às festas religiosas e/ou familiares, no início dos anos de 1930, a espera do horário de chegada do trem, e de seus passageiros, tornou-se mais um atrativo da cidade (BRITO, 2006, p. 135).

A partir da implementação da Estrada de Ferro Central do Brasil em Montes Claros o fluxo comercial da urbe expandiu-se e nesse momento se teve registro da atividade de prostituta na cidade. A zona boêmia, ou *casa do mulheril*, como eram chamadas as zonas de prostituição, encontravam-se no centro da cidade até a década de 1970, ou seja, no entorno da Igreja Matriz e Catedral.

A idéia de progresso e o incentivo desenvolvimentista, também, foram responsáveis pela (re) produção da cidade, sendo que práticas sanitaristas foram implementadas em prol desse desenvolvimento. Nesse sentido, os comportamentos dos grupos e, especificamente, as condutas dos homens e mulheres se modificaram, além disso, o espaço social e simbólico é redefinido -, assunto esse que será abordado no capítulo dois deste trabalho.

## CAPÍTULO 2

### HOMENS E MULHERES NA TRAMA DA CIDADE

O presente capítulo discorre acerca de algumas representações simbólicas no ordenamento territorial da cidade de Montes Claros. Assim, apresentaremos os conceitos de espaço social e simbólico com o intuito de compreender o processo de delimitação dos espaços da cidade.

Demonstra, ainda, como a territorialidade, os espaços, quais sejam social e/ou simbólico, são (re)produzidos e como as técnicas de controle social foram utilizadas, intervindo na vida das pessoas, com a pretensão de formar corpos saudáveis, moralizados. Posteriormente, discorreremos acerca dos espaços destinados à circulação de homens e mulheres, bem como a maneira com a qual a medicina social e as representações simbólicas (re)constroem os espaços da urbe. Finalizamos demonstrando como essas representações influenciaram na constituição do território da prostituição em Montes Claros.

É importante ressaltar a influência da medicina social nessa delimitação, porquanto, na medida em que os corpos são normatizados, os comportamentos de homens e mulheres são definidos a fim de se instituir uma cidade moralizada e salubre. Assim, a família passa a ser uma aliada das medidas sanitaristas e dos médicos higienistas. Conseqüentemente, a prostituição feminina é apontada como a forma anti-higiênica da mulher, pois o modelo normatizador dos corpos impõe limites à sexualidade da mulher.

## 2.1 Cidade e algumas representações simbólicas

O ordenamento da cidade tem sido pensado, no século XIX, e planejado enquanto lugar de circulação de mercadorias e pessoas (Cf. DAMIANI, 2005). Entretanto, existe uma lógica em que a cidade é apreendida como um território de representações e reprodutor de espaços. É nesse contexto que se (re)constrói o ordenamento da cidade, bem como a diferença entre o espaço físico e representação social de um determinado território que se institui (SANTOS, 1997; BRAGA, 2004).

O alcance das representações sociais, a forma de sociabilidade, bem como a diversidade de estratégias que sedimentam e transformam as afinidades dos grupos e indivíduos estão permeados de relações de poder. De tal modo, o poder pode ser percebido nas relações entre classes, etnias, gênero, dentre outras. Em outras palavras, as relações sociais se dão em campos de luta de natureza objetiva e simbólica, constituindo o espaço social (Cf. BOURDIEU, 1998).

Ainda sob o prisma do autor supracitado, o espaço social é constituído de maneira tal que os agentes ou grupos são nele distribuídos em função de sua posição. Melhor dizendo, são alocados, segundo as distribuições estatísticas, em decorrência do “capital econômico”<sup>17</sup> e do “capital cultural”<sup>18</sup>.

Deste modo, os agentes mantêm relações sociais uns com os outros no espaço social quanto mais, ou menos, dispuserem tanto de capital econômico

---

<sup>17</sup> Consiste na forma em que diferentes fatores de produção (terras, fábricas, trabalho) e do conjunto de bens econômicos (dinheiro, patrimônio, bens materiais) é acumulado, reproduzido e ampliado (Cf. BOURDIEU, 1996).

<sup>18</sup> Refere-se a um conjunto de regras, valores e arranjos promovidos, sobretudo, pela família, pela escola e pelos demais agentes da educação, que predis põem os indivíduos a uma atitude dócil e de reconhecimento ante as práticas educativas (Cf. BOURDIEU, 1996).

quanto capital cultural. Ademais, há uma tendência desses agentes, quando detentores de capital econômico, aproximarem-se daqueles que também o possui. Da mesma forma, os agentes que possuem capital cultural tendem a se relacionarem com outros que o tem. Em outra perspectiva, também se ratifica a tendência de que os que possuem as duas condições se aproximarem. Assim sendo,

Segue-se que os agentes têm tanto mais em comum quanto mais próximos estiverem nessas duas dimensões, e tanto menos quanto mais distantes estejam nelas [...] os agentes são distribuídos, na primeira dimensão, de acordo com o volume global de capital (desses dois tipos diferentes) que possuam e, na segunda dimensão, de acordo com a estrutura de seu capital, isto é, de acordo com o peso relativo dos diferentes tipos de capital (BOURDIEU, 2002, p. 19).

Contudo, as relações sociais se constituem em *campos de luta* em que os sujeitos se aproximam ou se distanciam através do *habitus*<sup>19</sup>. Assim, o espaço simbólico consiste em uma idéia de diferença, de separação, ou seja, num conjunto de disposições distintas e coexistentes que são exteriores umas às outras e definidas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relação de proximidade. Nele, o espaço social, os indivíduos se reconhecem naquilo em que se diferem ou se assemelham - crenças, mitos, comportamento, dentre outros - e integram os subespaços sociais. Em outras palavras, o espaço simbólico diz respeito às construções subjetivas dentro do espaço social (Cf. BOURDIEU, 1996).

Apesar de Bourdieu (1996) propor tais diferenciações, o referido autor acrescenta que essas dizem respeito a construções imaginárias. Assim, o método

---

<sup>19</sup> Sob o prisma de Bourdieu (1996), o *habitus* pode ser definido como princípios geradores de práticas distintas e distintivas. É uma propriedade tanto individual quanto coletiva. Em outras palavras, é o processo responsável pelas ações dos atores sociais. A essência da integração do *habitus* no espaço social, é que ele, na diferenciação das práticas, dos bens possuídos, das opiniões expressas e, sobretudo, das maneiras de agir, pensar e sentir constitui uma verdadeira linguagem com propriedades pragmáticas, engendrando o espaço simbólico.

bourdiano, na realidade, rompe as perspectivas de análise da sociedade cuja fundamentação se pautava nas diferenças entre classes sociais. Apresentando, portanto, as variáveis, capital social, econômico, *habitus*, dentre outras, como fatores que distanciam e/ou aproximam os grupos e indivíduos em espaços construídos social e simbolicamente.

A partir disso, para o presente estudo, apropriamos de tal conceito com o intuito de compreender essas relações simbólicas no âmbito da territorialidade da urbe. De acordo com Elias (2000), a relação entre espaços físicos, bem como a demarcação de território, pode variar dependendo das relações de poder estabelecidas pelos grupos. Nessa direção,

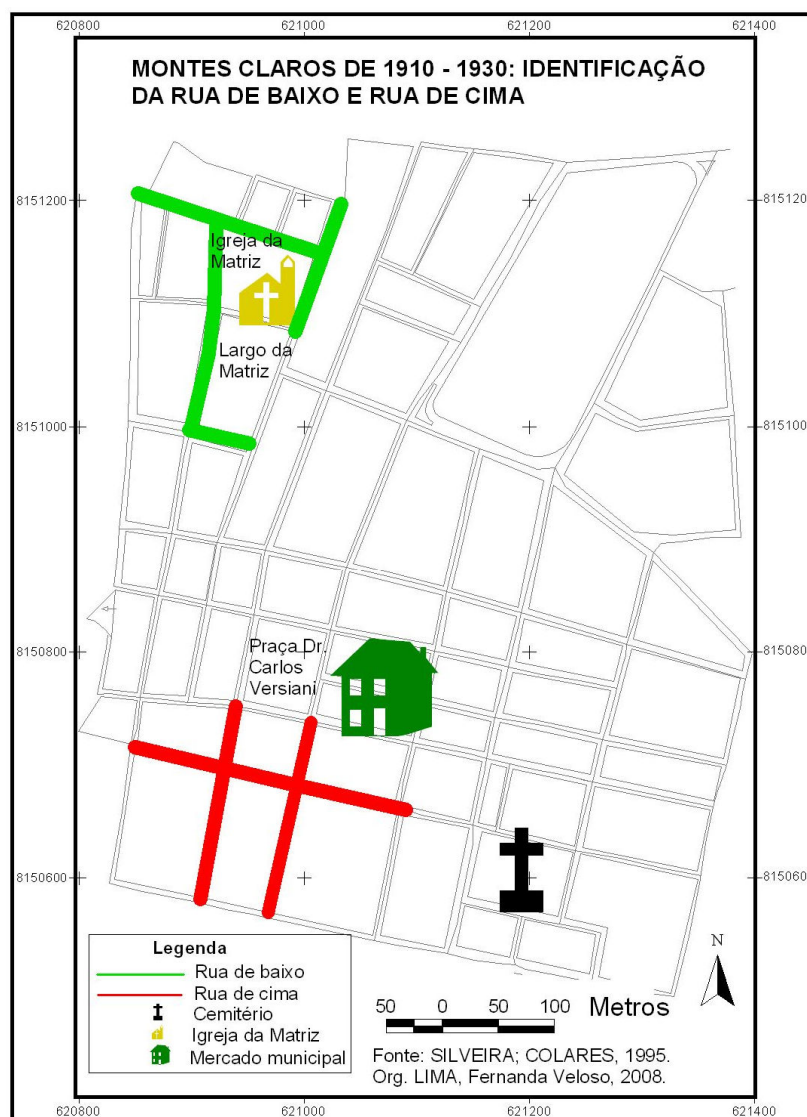
[...] o grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo outsider as características “ruins” de sua posição “pior” – de sua minoria anômica. Em contraste, a auto-imagem do grupo estabelecido tende a se moldar em seu setor exemplar, mais “nômico” ou normativo – na minoria de seus “melhores” membros. Essa distorção *pars pro toto*, em direções opostas, faculta o grupo estabelecido provar suas afirmações a si mesmo e aos outros; há sempre algum fato para provar que o próprio grupo é “bom” e que o outro é “ruim” (ELIAS, 2000, p. 22, grifos do autor).

Entretanto, essas atribuições de “bom” e “ruim” não devem ser confundidas com um estigma individual e devem ser analisadas com cautela. Pois,

[...] um grupo de estabelecidos só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído. Enquanto isso acontece, o estigma de desonra coletiva imputado aos outsiders pode fazer-se prevalecer. [...] Conseqüentemente, a capacidade de estigmatizar diminui ou até se inverte, quando um grupo deixa de estar em condições de manter seu monopólio das principais fontes de poder existentes numa sociedade e de excluir da participação nessas fontes outros grupos interdependentes [...] (ELIAS, 2000, p. 24).

Se pensarmos a cidade de Montes Claros nessa perspectiva, podemos observar, no MAPA 03, algumas características de delimitação de espaços. Isso porque, antes da chegada da linha férrea, a cidade era dividida politicamente entre

“Estrepes”<sup>20</sup> e “Pelados”<sup>21</sup>. Esses dois grupos possuíam poderes aquisitivos semelhantes, entretanto, um grupo não se “misturava com o outro”. Assim, cada “facção” possuía seus médicos, advogados, farmacêuticos e “era impossível” manter relações sociais com o grupo do qual não se fizesse parte, sendo que essa prática perpetuou até meados das décadas de 1940 (Macunaíma em entrevista gravada em 19 de dez. de 2007).



Mapa 03 – Montes Claros de 1910 – 1930: Identificação da Rua de Baixo e Rua de Cima.

Fonte: Silveira; Colares (1995). Org.: Lima, Fernanda Veloso (2008)

<sup>20</sup> Moradores da Rua de Baixo.

<sup>21</sup> Moradores da Rua de Cima.

Por outro lado, Vianna<sup>22</sup> (1995, *apud* COLARES; SILVEIRA, 1995, p. 66)

discorre que a Estrada de Ferro Central do Brasil foi um marco para cordialidade que se tornou “epidemia” em Montes Claros, sendo que:

Estrepes e Pelados quando se cruzavam nas ruas, não mais simulavam que eram pessoas desconhecidas, que jamais se tinham visto: já se cumprimentavam com franca urbanidade e até concediam ao adversário político um sorriso discreto, embora nele se notasse pronunciado ar de condescendência de parte a parte.

Deste modo, a idéia de progresso, bem como sua representação simbólica de civilização da cidade, pode ser considerada como um fator de reestruturação das relações sociais dos grupos. Dado ao exposto, a cidade deve ser analisada sob a perspectiva de produto e produtora de *espaços sociais* e de *espaços simbólicos*. E, ainda, são na *trama* da cidade que se configuram as relações sociais, os conflitos, as disputas territoriais e a reivindicação da identidade territorial.

Não obstante, a medicina social influenciou, significativamente, na construção de símbolos e normas do espaço citadino. Além disso, à medida que a família nuclear foi convocada, e porque não dizer *forçada*, a executar os conceitos sanitaristas, os comportamentos de homens e mulheres foram definidos e os espaços delimitados na constituição de uma cidade *civilizada* e *moralizada*. Aspectos esses que serão abordados na seção seguinte.

---

<sup>22</sup> Sem notas tipográficas.

## 2.2 A medicina social e a higienização dos corpos

A medicina urbana francesa, descrita anteriormente, instituiu-se nas cidades como medida de controle da circulação do ar, do fluxo das águas e esgoto. Pretendeu-se, portanto, através da modificação o espaço citadino, melhorar as condições de vida na urbe. Da mesma forma, a medicina exerceu medidas de controle nas cidades, porém, com objeto de controle diferenciado.

Desse modo, a terceira direção da medicina social concerne numa medicina de força de trabalho. O modelo inglês, inicialmente, não atribuía ao pobre o problema de insalubridade das cidades, como fazia o modelo francês, devido ao fato de ser o pobre o responsável por atividades como transportar móveis, entregar correspondências, dentre outros.

Entretanto, na Europa, a partir do segundo terço do século XIX, o pobre passa a representar perigo por três razões principais: primeiro, o pobre tornou-se capaz de se revoltar ou participar de revoltas; depois, no século XIX dispensou-se, em parte, o serviço prestado pela população de baixa renda, tirando desses a possibilidade de se manterem financeiramente e, conseqüentemente, uma série de revoltas populares foi desencadeada; por fim, a cólera que assolou toda a Europa e fez com que o Governo dividisse o espaço urbano em espaços pobres e ricos (Cf. FOUCAULT, 1982).

Segundo Beguin (1991), pesquisas foram realizadas cujos resultados apontavam ser a insalubridade das moradias -, *habitat* dos pobres - o principal disseminador de doenças e corruptor da moralidade. Para ele:



[...] estas pesquisas referem-se mais à doença e à delinqüência, à água, ao ar, à luz e aos esgotos, às formas físicas através das quais os fluídos e as práticas poderão ser canalizados e regulados, mas também o que custa tratá-los, assisti-los ou reprimi-los e o que custaria reduzir estas despesas agindo sobre a série de componentes físicos que constituem o ambiente do pobre (BEGUIN, 1991, p. 39).

A medicina social voltada para o proletariado promoveu ações de controle médico, caracterizada como *Lei dos pobres*. Essa lei consistia numa assistência médica controlada que, ao mesmo tempo, ajudava a população menos favorecida a satisfazer suas necessidades de saúde e servia de proteção às classes ricas. Para Foucault (1982, p. 95), “os pobres encontrando a possibilidade de se tratarem gratuitamente ou sem grande despesa e os ricos garantindo não serem vítimas de fenômenos epidêmicos originários da classe pobre”.

Além do mais eram realizados controles de vacinação, organização do registro das epidemias e doenças capazes de se tornarem epidêmicas. Essas regulamentações obrigavam as pessoas a declarar as doenças perigosas e a localização de lugares insalubres e, necessariamente, a destruição desses focos de insalubridade pelas autoridades.

Tais estratégias suscitaram uma série de reações violentas por parte da população pobre. Ao ponto que grupos de dissidência religiosa passaram a defender o direito do indivíduo sobre seu próprio corpo, o direito de viver, de estar doente, de se curar e morrer como “quiser”, o que representou uma luta política contra a medicalização.

No que diz respeito ao Brasil, a perspectiva normatizadora dos comportamentos sexuais, afetivos, sociais, dos indivíduos no espaço citadino, estava contida no *aburguesamento* geral da sociedade brasileira oitocentista. (Cf. COSTA, 1983; ENGEL, 2004).

Não obstante, o processo de constituição de algumas cidades brasileiras apresentou aspectos similares aos problemas sociais que assolou a Europa, como descrito anteriormente (Cf. COSTA, 1983). Todavia, no Brasil, o *caos urbano* -, que também deveria ser contido pela medicina social - dizia respeito à herança deixada pela corte portuguesa (Cf. ENGEL, 2004).

Acerca do fenômeno de urbanização do Rio de Janeiro, ente 1840 e 1890, Engel (2004, p. 47) discorre que:

[...] à medida que a cidade crescia e sua estrutura social e econômica se tornava mais complexa, as condições de higiene pública eram cada vez mais precárias [...] ruas estreitas e tortuosas, a presença de morros e elevações dificultam a renovação do ar, tornando-o pesado e insalubre. A inexistência ou precariedade de um sistema de esgoto fazia indispensável à atividade dos *tigres*, transformando as praias em depósitos de detritos. O lixo acumulado nas ruas, as condições precárias de abastecimento de água, os mangues, os pântanos, as aglomerações de pessoas em habitações que não ofereciam menores condições de salubridade [...] eram aspectos considerados essenciais na configuração de um ambiente propício ao surgimento e reprodução da doença.

Assim, a cidade é tratada como vício, e, por conseguinte doente. Ela surge como objeto de estudo médico, além de estar sob a vigilância do saber da medicina. A prática médica brasileira revelar-se-ia, portanto, marcado profundamente pela perspectiva da medicina social francesa (Cf. ENGEL, 2004).

Ainda sob a influência da medicina social, Rago (1985) aponta críticas que os médicos realizavam em seus discursos sobre a insalubridade e falta de higiene das fábricas, bem como das moradias dos trabalhadores fabris, especialmente, em São Paulo. No que concerne às fábricas pretendia-se eliminar a imagem da *fábrica satânica*, escura e fétida, detestada pelos trabalhadores “que se sentiam sugados em todas as suas energias para realizar o objetivo particular e individualista dos patrões” (RAGO, 1985, p. 38).

Por outro lado, fora das fábricas, na medida em que as indústrias construíam vilas operárias - que continham jardins públicos, clubes, escolas, quadra de tênis, piscinas, campos de futebol, água encanada, luz e esgoto - a burguesia industrial interferia na vida cotidiana do trabalhador controlando e disciplinando todos os seus hábitos.

Essa *valorização da fábrica higiênica* denota o início de um novo regime disciplinar que, além de tornar o espaço de produção um ambiente agradável, limpo e atraente, evita a eclosão de reivindicações por melhores condições de trabalho (RAGO, 1985).

Outro aspecto da higienização dos corpos dos trabalhadores refere-se ao modelo de organização familiar que passa a ser instituído. Para tanto, fazia-se necessário *desodorizar* o espaço privado do trabalhador de duplo modo:

[...] tanto pela designação da forma de moradia popular, quanto pela higienização dos papéis sociais representados no interior do espaço doméstico que se pretendia fundar. A família nuclear, reservada, voltada sobre si mesma, instalada numa habitação aconchegante deveria exercer uma sedução no espírito do trabalhador, integrando-o ao universo dos valores dominantes. A promoção de um modelo de feminilidade, a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, e uma preocupação especial com a infância [...] (RAGO, 1985, p. 62).

Além disso, há necessidade de controle e de higienização tanto das fábricas quanto dos trabalhadores. Tratava-se, portanto, de construir uma *nova fábrica* e cidadãos moralizados, uma vez que:

A transformação da aparência interna e externa da fábrica visava a transformação da *subjetividade* do trabalhador, do mesmo modo que uma casa limpa e confortável, mesmo que pequena, deveria despertar o desejo de *intimidade* do operário, reconfortado pelo aconchego do lar. Além disso, uma nova finalidade era atribuída à elevação da produtividade do trabalho: o enriquecimento da nação, a criação da abundância social e não mais o mero ideal de satisfação do interesse individualista do patrão tradicional (RAGO, 1985, p. 39).

Percebe-se, portanto, que, tanto no Brasil quanto na Europa, a medicina social constituiu-se em um instrumento de controle das cidades, independente de quais foram os modelos adotados - a medicina de Estado, medicina urbana e/ou medicina de força de trabalho.

Diferente da política adotada na Europa, em que o pobre foi o principal alvo das estratégias da medicina social, no Brasil, através da higienização do corpo da elite agrária formar-se-ia “bons cidadãos”. Propósito, esse também, das estratégias de controle e ordenamento das cidades.

De acordo com Costa (1983, p. 70), a medicina social e os médicos higienistas chegaram à conclusão que “os pais erravam por ignorância. Apesar de irresponsáveis, no fundo, eles desejavam para os filhos aquilo que a higiene previa como correto e bom”.

Desse modo, o casamento sofre alterações sociais e também passa a ser alvo das medidas higienistas. Os princípios para a união conjugal, portanto, são em função da higiene em vez de contratos de interesses familiares (Cf. COSTA, 1983). Assim, o homem colonial foi perseguido pelos higienistas porque “através do dinheiro e do poder, conseguia comprar o corpo das mulheres jovens e corromper fisicamente sua progenitura” (COSTA, 1983, p. 225).

A proibição das uniões consangüíneas, além de ligar diferentes membros da espécie humana, ressaltava a importância do “amor físico” em detrimento do “amor fraterno”. Acerca disso, Costa (1963, p.228) nos fala que:

Em primeira instância, buscava-se fixar a sexualidade masculina na relação com a esposa, livrando-a da prostituição. Com isto procurava-se debelar as doenças venéreas e prevenir o nascimento de filhos sífilíticos. Em segunda instância, tentava-se estimular a vida sexual das mulheres, cuja ausência ou debilidade comprometiam a saúde física dos filhos e a moral do casal. Nesse sentido é que se recriminou veementemente o casamento dos velhos com as moças jovens.

O amor conjugal passa a ser enaltecido e com isso a higiene visava estimular a responsabilidade do casal na conservação do casamento. Para o Estado, a família fecunda garantiria a manutenção dos filhos; eximindo-o dos encargos financeiros gastos com as crianças abandonadas (COSTA, 1983, p. 234).

*A pedagogia médica* atravessou os limites da saúde individual alterando o perfil sanitário da família e, concomitantemente, sua feição social. Desse modo, “a família nuclear e conjugal higienicamente tratada e regulada, tornou-se, no mesmo momento, sinônimo histórico da família burguesa” (COSTA, 1983, p. 13).

A vida privada dos indivíduos era orientada a partir de comportamentos de uma determinada classe social, ou seja, a burguesia. A respeito disso, Costa (1983, p. 13) afirma que:

O corpo, o sexo e os sentimentos conjugais, parentais e filiais passam a ser programadamente usados como instrumento de dominação política e sinais de diferenciação social daquela classe [...] a ética que ordenava o convívio social burguês modelou o convívio familiar, reproduzido, no interior das casas, os conflitos, os antagonismos de classe existentes na sociedade. As relações intrafamiliares se tornaram uma réplica das relações entre as classes sociais.

O corpo saudável, em oposição ao corpo relapso, é o divisor das camadas sociais o que serviu para incentivar o racismo e os preconceitos sociais daqueles que não o detinha. Assim, “a educação sexual que, segundo a higiene, deveria transformar homens e mulheres em reprodutores e guardiões da prole sã e

*raças puras*” (COSTA, 1983, p. 14). Esse fator foi determinante para a formação do tipo ideal de *pai higiênico e mãe higiênica*.

Segundo Costa (1983), o *pai higiênico* era um funcionário da *raça* e do Estado. Diferente do homem colonial, proprietário de pessoas e terras, o pai higiênico deveria, então, prover sua família, garantir a perpetuação de uma raça saudável e maximizar o patriotismo da sociedade.

Esse modelo de pai criou o “manequim do homem higiênico”, fornecendo medidas de masculinidade social e comportamento físico adequados ao adulto viril. Em outras palavras, “o modelo médico do homem higiênico do homem-pai explica, por um lado, a insistência dada à educação física, moral, sexual e intelectual dos meninos: por outro, as reiteradas condenações a libertinos, celibatárias e homossexuais” (COSTA, 1983, p. 240).

A mãe higiênica contrapunha a mulher que passava a responsabilidade de amamentação e os cuidados com os filhos para a ama de leite. A culpabilização pelo não cumprimento do papel *natural* da mulher foi uma faceta importante para a imposição das práticas higienistas. Além disso, diversas foram as proibições às mulheres que amamentavam, como por exemplo, a abolição ou restrição ao máximo das práticas sexuais. Nesse sentido, “amamentação colocou a sexualidade da mulher a serviço da família, deixando-lhe uma margem estreitíssima para o livre funcionamento” (COSTA, 1983, p. 263).

Para Costa (1983), pressupostos teóricos concebidos pelos médicos higienistas apontavam a influência do exemplo dos pais na formação dos filhos. Essas características de controle social tinham como aliados, no cerne da classe burguesa, os pais e mães de famílias, e podem ser percebidas em Montes Claros,

durante a formação do Estado Novo (1937-1945). Assim, a partir da publicação abaixo, do início do século XX, percebemos a influência das estratégias higienistas:

Informações Úteis

Preceito do dia

**CENAS MALÉFICAS**

O comportamento dos pais reflete-se, profundamente, na moral dos filhos. Assim na formação da personalidade destes, tem efeito maléfico acessos de raiva, preocupações exageradas, discussões e cenas de nervosismo que as crianças assistem em casa. Procure formar em seu filho uma personalidade normal evitando as cenas desagradáveis no lar. Tanto quanto possível, esconda-lhe até seus aborrecimentos, contrariedades e apreensões. SNES (JORNAL GAZETA DO NORTE, 1947).

Destarte, inferimos que a notícia denota a preocupação do poder público com os transtornos que assolavam a população. Isso porque, de acordo com Costa (1983), “instigados pela higiene, homens passaram a oprimir mulheres, com o machismo; mulheres a tiranizar os homens com o nervosismo; adultos a brutalizar crianças que se masturbavam; heterossexuais a reprimirem homossexuais e etc.”.

### 2.3 Movimento higienista, sexualidade e sexualização dos corpos

Os comportamentos de homens e mulheres eram delimitados em função da higienização da cidade. Igualmente, os corpos são moralizados e as regras sociais refletem, sobremaneira, na sexualidade dos indivíduos (MACHADO, 1978; ENDEL, 2004). Ao encontro dessas premissas, uma das entrevistadas descreveu sobre as regras rígidas proferidas aos comportamentos das mulheres:

O namoro era bem diferente do que é hoje, né?! (risos) Sempre teve de tudo, mas era muito rigoroso, né?! E assim rigoroso, mas que, a gente era criado... Pra nós aquilo era normal, né?! Era normal, o namoro tinha que começar com autorização dos pais! A gente não namorava rapazes que não conhecesse né! Mas não deixa de ter aquela que faziam tudo que, pra nós da época condenava achava que tava errado né?! Então tinha muito naquela época o, a figura do viajante! Viajante era aqueles que saíam pro interior vendendo é, vendia pros comerciantes a mercadoria! [...] E eles eram muitos famosos porque eram rapazes que vinham da capital, né?! E chegava jogando aquele charme todo, moça direita não namorava viajante! [...] Então, havia uma obediência mesmo porque os valores morais eram muitos, eram muito severos e obedecidos e respeitados, né?! Num tinha... Namoro era assim, essa praça, essa Rua Quinze que eu te falei era ali que namorava né?! Encontrava o namorado aí e ficava caminhando na Avenida, na Rua 15, pra lá e pra cá de mão dada, né?! O namoro era permitido pela família ali em casa levar a namorada 10 horas da noite, 9 e meia, 10 horas no máximo! [...] As festas começavam é 10 horas. Tinha esse negócio de festa começar meia noite não! 10 horas tava todo mundo pronto pra ir pra, pro clube qual fosse o clube. Mas ali ia pra dançar, pra conhecer as pessoas pra, era uma diversão muito sadia, muito é... Num tinha essa preocupação desenfreada com sexo que nem hoje, a gente não namorava por causa de sexo! [...] Então sempre era namoro sério, namoro que acabava sempre dando casamento mesmo! (Iracema em entrevista gravada aos 18 de dez. de 2007).

Observamos que a descrição acima ratifica os valores morais disseminados para controle dos corpos. Ademais, o comportamento moral estava tão arraigado que mesmo considerando o controle dos pais como “rigoroso”, a entrevistada, ainda assim, o considera normal e compara com a educação dos filhos na atualidade. Contudo, afirma, ainda, que existiam mulheres que transgrediam as



regras e tinham comportamentos julgados como *errados*. Além disso, demonstra, através do personagem do viajante, o comportamento da mulher higiênica cujo envolvimento com um desconhecido era recriminado, pois “moça direita não namorava viajante”.

De acordo com Engel (2004, p. 78), tal perspectiva converge para a própria característica fisiológica determinada às mulheres pelos médicos higienistas. Ou seja, a mulher predispõe-se de duas únicas medidas para a realização de seus instintos sexuais: “como esposa/mãe (sexualidade sadia) ou prostituta (sexualidade doente)”.

A representação construída acerca do termo *namoro* nas décadas de 1940-1960<sup>23</sup> e nos dias atuais, consistiu numa conceituação presente nos discursos dos entrevistados. De tal modo que a diferença de significados atribuídos ao *termo* ratifica a distinção entre o “namoro saudável”, descrito por Iracema, e a prática sexual de homens e mulheres no período em estudo. Essas conceituações podem ser compreendidas, também, no discurso de Vadinho:

Fernanda: Como era o namoro em sua época?

Vadinho: Veja bem... 10 horas da noite, até essa hora a gente estava namorando, porque os pais aceitava a gente namorar só até essa hora. 10 horas ia embora, então o que a gente fazia? A gente ia para a boate (zona de boêmia) Porque hoje, ficar, a gente fala é namorado. E fala: “não, fiquei com ele uma vez!” Antigamente falava ficar porque ia para a cama [...] Usava o termo: “Ah! Eu fiquei com fulana. Eu fiquei.” Era assim que falava. Hoje já fala assim: “ficar é passar a noite ali namorando, batendo papo, aí fala: “Ah! Já fiquei com fulano!” Antes era diferente, falar ficar era pra ir pra cama os dois.

Outro aspecto observado na fala dos entrevistados diz respeito às relações sociais entre homens e mulheres, bem como o aspecto higienista da

---

<sup>23</sup> Apesar de o período de 1940-1960 parecer longo em uma análise de hábitos, costumes, diversão, esses resultaram da averiguação dos discursos realizados pelos entrevistados. Ou seja, percebemos uma semelhança entre as relações sociais estabelecidas.

imagem de mulher. Assim, na primeira metade da década de 1950, esses aspectos foram relatados por Macunaíma:

Fernanda: Como eram os relacionamentos entre homens e mulheres?

Macunaíma: Eu era menino né? Mas... Era uma coisa intocável (a mulher). Não tinha esse negócio de beijo... e não tinha isso não, sabe? O namoro que existia mesmo era no cinema, sabe? Ou em festas nas casas das famílias, sabe? Mas não é a minha época, né?

Assim, Macunaíma relatou que o único contato mais próximo que se tinha com as meninas, na sua infância, acontecia nas festas de quadrilhas uma vez por ano. A preparação para a quadrilha era o momento em que meninos e meninas interagiam, sendo o *namorinho* que acontecia era desprovido de qualquer contato físico. Além disso, descreveu as relações diferenciadas para educação de meninos e meninas:

Elas estendiam esse ensaio durante um mês. Acho que pra conviver com isso, de dançar, que era uma forma de se libertar. Tinha que ter um... Os meninos eram criados na rua! Jogando bola, no mato e tal e as meninas presas em casa né! Quer dizer, eu solto meus carneiros e você prende as suas ovelhas, o negócio era... Então, as meninas eram extremamente recatadas e presas! A quadrilha era a forma de se relacionar e ter contato com os meninos. Mas no decorrer desses ensaios, começava criar certo... Afetividade, certa intimidade. Extremamente envergonhada e... Mas tinha uma coisa assim singela, sabe?. E no fim... E quando, na medida em que se ficava mais velho, sempre terminava a quadrilha, sabe? Todo mundo namorando! Não os mais novos que não tava nem aí pra isso. Mas quando já tava com 14, 15 anos... Quando já tava com 14, 15 anos... É 13, 14... Já todo mundo num namorinho! Mas é um namorinho que nem se tocava! Sabe? Aí terminava o tempo da quadrilha isso perdurava, assim, uns 15 dias (Macunaíma em entrevista aos 19 de dez. de 2007).

Quando o assunto foi o namoro de sua irmã, relatou que para tanto era necessário “fazer sala para o casal de namorados” e impossibilidade de sua irmã sair sozinha com o namorado:

Não existia a possibilidade de minha irmã, por exemplo, eu tinha que ficar na sala pra minha irmã namorar. Tudo isso era normal. Não existia a possibilidade de minha irmã ir a algum lugar... De entrar num carro de homem, não existia! (Macunaíma em entrevista gravada aos 19 de dez. de 2007).

Por outro lado, Macunaíma descreveu que, na década de setenta, o namoro, a sexualidade dos meninos processava-se da seguinte forma:

Nessa época... Mas aí quando eu comecei a namorar e tal... Setenta... Eu tinha 15 anos... Eu lembro... Não tinha esse negócio de namorar não. O negócio da gente era possibilidade de transar! Era grande coisa da questão. Mas jamais a gente pensaria em... De transar com uma pessoa de nível social da gente. Isso aí não cabia nem pensar, num trem desses entendeu? Ou era questão com domésticas, ou pessoas mais humildes, ou prostituição mesmo.

Diante disso, o corpo como um instrumento de socialização constitui um espaço social e nessa estrutura de ordem masculina, a mulher seria apenas alvo de observação do homem. Esse, por sua vez, deveria confirmar a sua *superioridade* ao desempenhar seu papel *ativo* de macho, o que reforça a sua virilidade através de uma política de dominação e violência simbólica (Cf. Bourdieu, 1995).

Para o referido autor, a dominação masculina reforça a dicotomia homem/mulher. Portanto, a dominação se processa mediante imposição de uma representação dos órgãos sexuais, ou seja, da construção social das diferenças anatômicas visíveis.

Outro aspecto da sexualidade e da higienização dos corpos pôde ser observado nos discursos dos entrevistados em que, os homens, aparentemente, não mantinham relações sexuais com suas namoradas. Tal fenômeno, segundo as entrevistas, ocorria por dois motivos: primeiro pelo fato de a mulher ser considerada como algo intocável; segundo porque não dizia respeito aos costumes da época. Por outro lado, as necessidades sexuais dos homens deveriam ser sanadas e as

mulheres de classes menos favorecidas, bem como a prostituta emergem, nesse contexto, como meio de *descarregar* tais necessidades.

No que se refere à mulher prostituta, essa passa a ser a forma anti-higiênica da mulher. Isso porque não cumpriam as tarefas familiares que lhes eram atribuídas uma vez que se entregavam aos prazeres do mundo, à vaidade do corpo e ao gozo do sexo. Ademais, as prostitutas corrompiam a moral dos homens e, igualmente, a destruição das crianças e da família:

A corrupção da moral feminina pela “mulher perdida” fazia-se, em primeiro lugar, pela exibição de seu comportamento sexualmente descontrolado. Mantendo relações sexuais por dinheiro e entregando-se à masturbação, à sodomia e as práticas “antinaturais” do gênero, a “perdida” era uma mal vivo da forma “anti-higiênica de ser mulher”. Em segundo lugar, a “mulher pública” era incorrigivelmente irresponsável para com a vida dos filhos. Costumava abortá-los; abandona-los à Roda; expô-los à imoralidade de sua vida perversa não amamentá-los, e o que é pior, quando o fazia, envenená-los com o leite corrompido por doenças venéreas. Por último, “a perdida” era acusada de amar o luxo e a ociosidade. De não exercer nenhuma profissão útil “nem pensar no futuro”. De ser imprevidente para consigo própria e de desencaminhar com o péssimo modelo de sua conduta, “as filhas de famílias de pouco teres”. De insinuar, enfim, a virtude das “meninas laboriosas e honestas” que atraídas pelo luxo, vaidade e ociosidade, “lançavam-se sem pensar no turbilhão da libertinagem”, abandonando a tranqüilidade da casa e dos bons costumes [grifos do autor] (COSTA, 1983, p. 266).

Sobre a idéia de corrupção de moças de famílias, os entrevistados relataram sobre o medo existente, entre as mulheres de Montes Claros, em manter algum diálogo com mulheres consideradas de *vida livre*, ou prostituta. Observemos, então, o discurso abaixo:

Fernanda: Por que as mulheres de família não tinham contato com as prostitutas?

Iracema: Parece que havia muito medo de, de corromper. De que elas [as prostitutas] corrompessem os outros! Ou assim a família apoiar parecia... Se apoiassem elas era como se tivesse dando carta branca pra que as filhas também pudessem fazer o que elas faziam! A única coisa que pesava muito contra elas é quando elas tinham caso com homem casado, e que destruíam uma família né?! Aí as coisas ficavam ruins, elas ficavam mal vista, o povo ficava com raiva, tomava aquela, mais!

Segundo Costa (1983), o imaginário que se tinha acerca da prostituta, forma anti-higiênica da mulher, de corruptora da população feminina nas classes menos favorecidas surge, a partir da descrição acima, como veículo de iniciação sexual dos “meninos”. Isso porque, a prostituta corrompia moralmente as mulheres honestas, além de destruírem as crianças e a família, pois aquelas eram acusadas de se entregarem aos prazeres da carne e à ociosidade.

Nesse tocante, a prostituição feminina apresenta-se como um fenômeno social que tem se tornado alvo de preconceitos e tabus. Pois atinge, em seu cerne, o ordenamento social da instituição *família* e remete à mulher um novo papel: a capacidade de *controlar* a sua própria vida sexual.

Embora o arcabouço teórico acerca da higienização dos corpos, descrito anteriormente, aponte uma regularização dos trabalhares nas fábricas, a estratégia de normatização dos corpos manifestou-se na sociedade como um todo, a partir do aburguesamento dos habitantes da cidade (COSTA, 1983). Assim, observamos como essas medidas foram disseminadas na educação de homens e mulheres em Montes Claros. Conseqüentemente, a ordenação da urbe delimita social e simbolicamente os espaço e lugares freqüentados por homens e mulheres.

## 2.4 Espaços de homem e espaços de mulher

O acesso ao espaço público pelas mulheres foi restrito, tanto no plano profissional quanto no político. Isso porque o imaginário social construído acerca do papel feminino corroborou, sobremaneira, para definir o espaço de mulher às atividades domésticas. Nessa direção, o pensamento clássico, os papéis definidos no imaginário social como de homem e de mulher têm reforçado a inferioridade desta em relação àquele.

Segundo Aristóteles (1966), a plenitude racional (o *logos*) não está intrínseca à natureza da alma feminina<sup>24</sup>. Portanto, a fraqueza da mulher se processa, não apenas na dimensão fisiológica, mas, também, investida de uma conotação ético-metafísica com as relações entre a alma e o corpo. Uma parte da alma seria provida de *razão* e a outra *desprovida*; a primeira constituindo um elemento hegemônico e a segunda, um elemento subordinado.

Portanto, por natureza, existiam várias classes de comandantes e comandados, pois de maneiras diferentes:

[...] o homem livre manda no escravo, de modo diverso daquele o marido na mulher, do pai no filho. Os elementos estão em cada um desses seres, porém em graus diversos. O escravo é inteiramente destituído da faculdade de querer; a mulher possui-a, porém fraca; a do filho não é completa (ARISTÓTELES, 1966, p. 30).

Essa construção a respeito da mulher tem corroborado com a perpetuação da submissão feminina na sociedade contemporânea cuja cultura patriarcal sempre foi imbuída no imaginário social e, conseqüentemente, voltada para o *falo*. Isso porque o espaço privado do doméstico era responsável pela

---

<sup>24</sup> O termo feminino é utilizado pelo autor para distinguir sexos, fugindo, então, às discussões sobre Gênero.

preservação da *moral e bons costumes*, os quais deveriam ser respeitados cabendo, então, ao homem buscar prazer além das fronteiras do lar. Em outras palavras, “a desigualdade entre homens e mulheres era intrínseca à família tradicional [...] e se estendia obviamente, à vida sexual” (GIDDENS, 2002, p. 64).

A tradição constitui, então, uma das formas de dominação, pois o que se percebe ao longo da história social são políticas voltadas para o patriarcado em que a mulher é submetida à tutela do pai ou do marido. Nesse contexto, [...] as mulheres eram silenciadas por não serem escutadas pela história e, ao mesmo tempo, silenciosas por estarem submetidas às relações de dominação masculina (DURÃES, 2002, p. 01).

Segundo Perrot (1998), não se deve negar a importância das restrições à sexualidade atribuída às mulheres como mecanismo de controle de seus comportamentos. Entretanto, a referida autora, ressalta a importância do trabalho assalariado como alcance da independência para as mulheres e, em longo prazo, de integração na cidade.

Nesse sentido, nas entrevistas, realizadas para o presente estudo, perguntamos sobre os lugares em que homens e mulheres circulavam e saíam para se divertir. Na oportunidade, as atividades descritas como *diversão*, consistiram em ir à missa aos domingos e, posteriormente, ir à “*matinê*” -, como eram chamadas as sessões de cinema – dentre outras atividades (o *footing*, a boate na Praça de Esportes, os Clubes Sociais e, exclusivamente para os homens, a “zona boêmia”).

De acordo com Corrêa (2001, p. 150), o espaço urbano é, ao mesmo tempo, fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social. Ainda, é:

[...] o lugar onde os diferentes grupos sociais vivem e reproduzem. Isso envolve, de um lado, o cotidiano e o futuro. De outro, envolve crenças, valores, mitos, utopias e conflitos criados no bojo da sociedade de classes e em parte protegidos nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, uma rua especial, uma favela, lugares de lazer etc. [...] o espaço urbano torna-se, assim, um campo simbólico que tem dimensões e significados variáveis segundo as diferentes classes e grupos etários, étnicos e etc.

Diante disso, observamos o ordenamento de Montes Claros a partir dessa relação simbólica do espaço. Assim, a diversão nos cinemas, o *footing*, a boate da Praça de Esportes, os Clubes Sociais foram considerados, pelos entrevistados, como lugar de lazer em que homens e mulheres freqüentavam. Ao passo que a zona boêmia e o bar chamado *Café Galo*, lugar de homem para conversar e se divertir.

A respeito das sessões de cinema, no período de 1940 a 1960<sup>25</sup>, foi relatado que:

Dona Flor: [...] a gente ia ao cinema aquele Matinê que tinha, a gente falava Matinê (riso) tinha ali na Melo Viana: o Cine Ipiranga! Tinha o Nova Lima! Ali na avenida e tinha o Coronel! A gente fazia no domingo mais ou menos era isso!

Fernanda: E as crianças?

Dona Flor: Matinê!

Fernanda: Também?

Dona Flor: Era! Quando os filho era pequeno fica lá mais os pais, num saía, tinha aquelas festinha!

Ainda, sobre a diversão de homens e mulheres, todas as entrevistas revelam que, na década de 1940 a 1960, não se saía para passear aos domingos, antes de cumprir um ritual cristão, ou seja, ir à missa. O exemplo disso, foi narrado por Macunaíma: “todo domingo a gente não saía, não ia a lugar nenhum se num

---

<sup>25</sup> Apesar de o período de 1940-1960 parecer longo em uma análise de hábitos considerados como diversão, esse resultou da averiguação dos discursos realizados pelos entrevistados. Ou seja, percebemos uma semelhança nas atividades consideradas “como diversão” em todo o período supracitado, tanto no que diz respeito aos *programas* realizados, quanto aos locais frequentados. Assim, o cinema e as matinês emergiram como uma atividade em que homens e mulheres dividiam o mesmo espaço de entretenimento.



fosse à missa primeiro!” (Macunaíma em entrevista gravada aos 18 de dez. de 2007).

Para Magnani e Torres (1996), a cidade é representada por diversos espaços construídos cujas relações se processam nas mais variadas formas e estilos de vida. A presença de grupos diferenciados constitui o espaço citadino numa trama de relações urbanas que confere normas e primazias aos deslocamentos e vivências na cidade. Assim, a vida religiosa, ou “povo-de-santo”, aparece na trama de Montes Claros, nas décadas de 1940 a 1950, cujo ritual de ir à missa emaranha-se às dinâmicas da urbe no que diz respeito aos espaços de diversão e entretenimento dos grupos.

A localização dos cinemas em Montes Claros, bem como esses espaços foi definida como de circulação de ambos os sexos e foram narrados por Iracema:

Tinha os cinema que era muito freqüentado, [...] Ali naquele Quarteirão do Povo tinha um cinema, o cine .não me lembro o nome, mas tinha um cinema ali [...] E ali onde, onde é o colégio virou colégio Biotécnico, ali era um cinema, Coronel Ribeiro e tinha o mesmo nome da praça. Cine Coronel Ribeiro!

Da mesma forma, os cinemas foram descritos por Macunaíma, sendo que, aquele localizado no Quarteirão do Povo, apontado por Iracema, recebeu o nome de Cine São Luiz. Ainda, segundo Vadinho, uma curiosidade sobre os filmes rodados nos cinemas e na Praça de Esportes, nas décadas de 1940 e 1950<sup>26</sup>, foi relatada:

---

<sup>26</sup> *Idem.*

Vadinho: Tinha o cinema mudo.

Fernanda: E a energia?

Vadinho: Era tocado tipo com uma manivela, nesse cinema você via a imagem, preto e branca, mas não tinha som, se fosse para passar... Eu ia tanto no matinê, se fosse para manivelar tudo (rs). Então na época quando não tinha energia, era esse gerador com manivela. Era gerado na manivela, eu não sei detalhar como que era não.

A respeito do Cine Coronel, esse permaneceu desativado por algum tempo, entretanto, os motivos não foram apontados. Além disso, Macunaíma descreveu que na gestão do Prefeito Mario Ribeiro (1989-1992)<sup>27</sup> o Cine Coronel foi reativado:

Importante era o seguinte! É a cidade subiu mais pra cima, o *footing*, por causa do cine Coronel e ele (o prefeito), ele fez a praça cine Coronel pra trazer o *footing* lá da rua 15, que é a rua Simeão Ribeiro lá pra cima, tá?

O *footing*, por sua vez, também foi apontado como lugar comum em que ambos os sexos circulavam livremente na Rua 15, atual Rua Simeão Ribeiro. Tal logradouro consistiu em um espaço onde os jovens, das décadas de 1940 a 1960, caminhavam de um extremo a outro da rua, com o propósito de se encontrarem para conversar e namorar. A respeito disso, descreveram-me:

Vadinho: Era lugar da gente arranjar namorada [...] no *footing*, chegava com as piadinhas, as moças também, 'pode falar com você? Pode!'. A gente se aproximava. Se falasse não, então tava descartado já!"

Iracema: [...] à noite era onde os rapazes e as moças passeavam eram onde os namorados encontravam, os namoros começava, né! Era na rua Quinze era o *footing*... Ficavam passeando pra lá e pra cá (risos), as moças e rapazes era muito engraçado! Muito movimentado!

---

<sup>27</sup> Segundo o antropólogo João Batista de Almeida Costa, em conversa informal, o Cine Coronel foi reativado por outro prefeito, a saber, Simeão Ribeiro, em data divergente à descrita por Macunaíma. Porém, não foi possível confrontar as datas em fontes documentais. Não obstante, independente da assimetria em relação à data, para este trabalho optamos por dar voz aos entrevistados uma vez levamos em consideração a representação social presente nos discursos dos mesmos.

Segundo Colares e Silveira (1995, p. 86), a Praça de Esportes de Montes Claros foi inaugurada em 1942, sendo que “os principais rapazes e moças da cidade freqüentavam a Praça para nadar, jogar vôlei, futebol de salão e danças”. Além disso, posteriormente, a data de inauguração, construiu-se uma boate onde havia a “*matinê dançante*” que funcionou nas manhãs de domingo.

Sobre a *boite* na Praça de Esportes e a “hora dançante”, Iracema apresentou os seguintes aspectos:

Tinha também a Praça de Esporte, tinha uma... Chamava *Boite* na Praça de Esporte! Era um lugarzinho... Tinha um salão que todo o domingo é, os jovens se reuniam lá na praça, na Praça de Esporte! Tinha sempre um conjunto tocando e a gente ficava lá dançando era a manhã toda, né! Começava de nove da manhã ia até uma hora da tarde e se acabar, acabou! Aí a gente ia pra casa ia reunir com família, com as amigas conversar que tinha os rapazes geralmente ia procurar futebol.

Podemos perceber, a partir da narrativa acima, que a “*Boite* na Praça de Esportes” configurou-se em um lugar em que homens e mulheres transitavam se encontravam e se divertiam. Entretanto, ao término da hora dançante, as atividades se dividiam de acordo com as atribuições construídas socialmente como sendo de homens e mulheres.

Ainda, a respeito da *Boite* na Praça de Esportes, relataram-me que os jovens freqüentavam o local somente depois da missa. Vejamos, portanto, através das próprias palavras de Macunaíma: “E tinha uma hora... Tinha uma *boite* em Montes Claros, na Praça de Esporte, mas era de 10 horas da manhã depois da igreja. Eu lembro algumas poucas vezes que... eu indo pra lá”.

Outra atividade de lazer desenvolvida na Praça de Esportes consistiu na natação (Cf. COLARES; SILVEIRA, 1995). Em tal atividade, os horários em que homens e mulheres podiam realizar eram diferenciados:

Tinha horário de homem e mulher, na praça pra nadar. Eu lembro que eu... as meninas nadavam... era um negócio mais ou menos assim... até as três. E os homens nadavam depois: de três as seis, sabe? Homem e mulher não nadavam juntos... menino, né? Eu não lembro de senhores nadando! Eu lembro de menino e rapaz. Mas tinha horário! Horário pra nadar! (Macunaíma em entrevista gravada aos 19 de dez. de 2007).

Outra atividade de lazer foi apontada, além dos cinemas, do *footing* e a Praça de Esportes, ou seja, as festas nos clubes sociais da cidade:

Tinha a missa da Matriz, tinha missa na Catedral! Depois da missa é que a gente saía pra gente passear, geralmente ia pra Praça de Esporte! E quando tinha os eventos sociais, né! Tinha nos clubes os bailes aí já era uma coisa mais formal, já ia era um traje mais sofisticado, mas tudo muito, não tinha escravidão! Ninguém era escravo da roupa, é a gente gostava era da festa, era de ir, era de dançar, era de namorar, era era essa, isso que era o prazer! A roupa era um complemento, né! (Iracema em entrevista gravada aos 18 de dez. de 2007).

Diante do exposto, os lugares de livre circulação de homens e de mulheres, no período em estudo, consistiram nos cinemas, a *boite* da Praça de Esporte, o *footing*, e as missas aos domingos. Entretanto, outro aspecto dos espaços e comportamentos na urbe foi destacado por Macunaíma:

Domingo de manhã! A missa era assim por nove horas da manhã, oito e meia, nove horas! Tinha a missa e depois ia pro cinema umas dez e meia da manhã! Tinha, tinha os cinemas, né! Pra mim eu, a gente ficava em casa só saía pra ir pra igreja ou pro cinema! A vida dos meninos era, né! Igreja, cinema e... jogar bola! E nadar no rio! [...] Tinha, o bar que eu lembro era a Cristal, né! Que a gente ia tomar sorvete [...] Tinha o Café Galo era onde, era onde, era onde é o Ponto Frio na rua Simeão Ribeiro que era outro ponto político de encontro e tal... *Encontro que eu falo de homens!* [grifos nossos].

De acordo com Rago (2004), as mulheres foram, por muito tempo, recolhidas ao espaço privado, sendo que esse espaço era definido como um lugar natural das mulheres. Ao passo que o espaço público seria um lugar onde somente os homens tinham acesso. Portanto, o depoimento acima ratifica a perspectiva de Rago (2004) no que diz respeito às restrições da presença de mulheres no espaço

público, bem como a demarcação das relações de poder na territorialidade do espaço citadino (BRAGA, 2004). Assim,

As mulheres não tinham direito à vida pública, o que significava a impossibilidade não apenas do acesso aos negócios, aos cargos públicos e de direção, à cultura e a educação, como também a do desfrute da sociabilidade dos bares, restaurantes, cafés e de determinados espaços de lazer ou prazer, pelo menos nas mesmas condições que os homens (RAGO, 2004, p. 34).

Pudemos observar, no discurso de um dos entrevistados, que o “namoro saudável” aconteceu sem preocupação com sexo. Contudo, na medida em que avançamos com as perguntas, a *ausência* de sexo demonstrou-se restrita somente às mulheres. Tal aspecto denota a construção diferenciada da sexualidade dos corpos, pois os homens, nas décadas de 1940 a 1960, exerciam sua sexualidade com as prostitutas. Portanto, a zona boêmia era o lugar destinado à prática sexual dos homens, tanto solteiros quanto casados. Nas próprias palavras de Iracema podemos perceber os argumentos para essa prática:

Também era uma coisa engraçada! Porque os casados, todo mundo sabia que eles iam, menos a família, menos a mulher, né?! Se a mulher soubesse! E assim, quando os outros sabiam num falavam também com a mulher pra não acabar o casamento. Mas muitos, a gente sabia que freqüentavam os casados, né?! Agora os solteiros, eles não falavam que iam, mas todo mundo sabia que eles iam porque naquele tempo tinha, tinha aquela crença de que homem precisava ter sexo se não subia pra cabeça! (risos) Tinha umas crendices assim, né! Então assim, era como se fosse obrigação os homens solteiros irem! Só que ninguém cogitava. Ninguém queria saber se foi ou se não foi, porque isso era problema deles! (risos) Mas iam, assim, iam lá como, como se fosse ao, ao banheiro a um vaso sanitário dá descarga, né?! (Iracema em entrevista gravada aos 18 de dez. de 2007).

Ao questionarmos a existência de lugares onde as mulheres não poderiam freqüentar, obtivemos a seguinte informação:

Dona Flor: Tinha... Muito lugar que elas não podia ir, zonas! Assim, a gente passava tinha que passar correndo com medo. E também esse povo era assim, a gente passava de lá e fala: “ali é a zona!” [...] Ah os rapazes davam tudo (risos), os rapazes era... A pessoa pra procurar o rapaz, pra procurar mulher era muito sigiloso. Ninguém podia saber porque se a mulher [esposa, namorada], soubesse, se as moça soubesse, se fosse namorada largava na hora!

Fernanda: Então quer dizer que os rapazes procuravam as mulheres de vidas livre?

Dona Flor: Mas muito sigiloso!

Fernanda: O que acontecia? Caso a família soubesse?

Dona Flor: Não tinha casamento mais!

A partir dos discursos dos entrevistados, observamos que a zona boêmia era um lugar onde *mulher de família* sequer passava pelas ruas compreendidas nos espaços de prostituição. Entretanto, as mulheres que se prostituíam transitavam “normalmente” pelas ruas de Montes Claros. O exemplo disso pôde ser observado na seguinte transcrição:

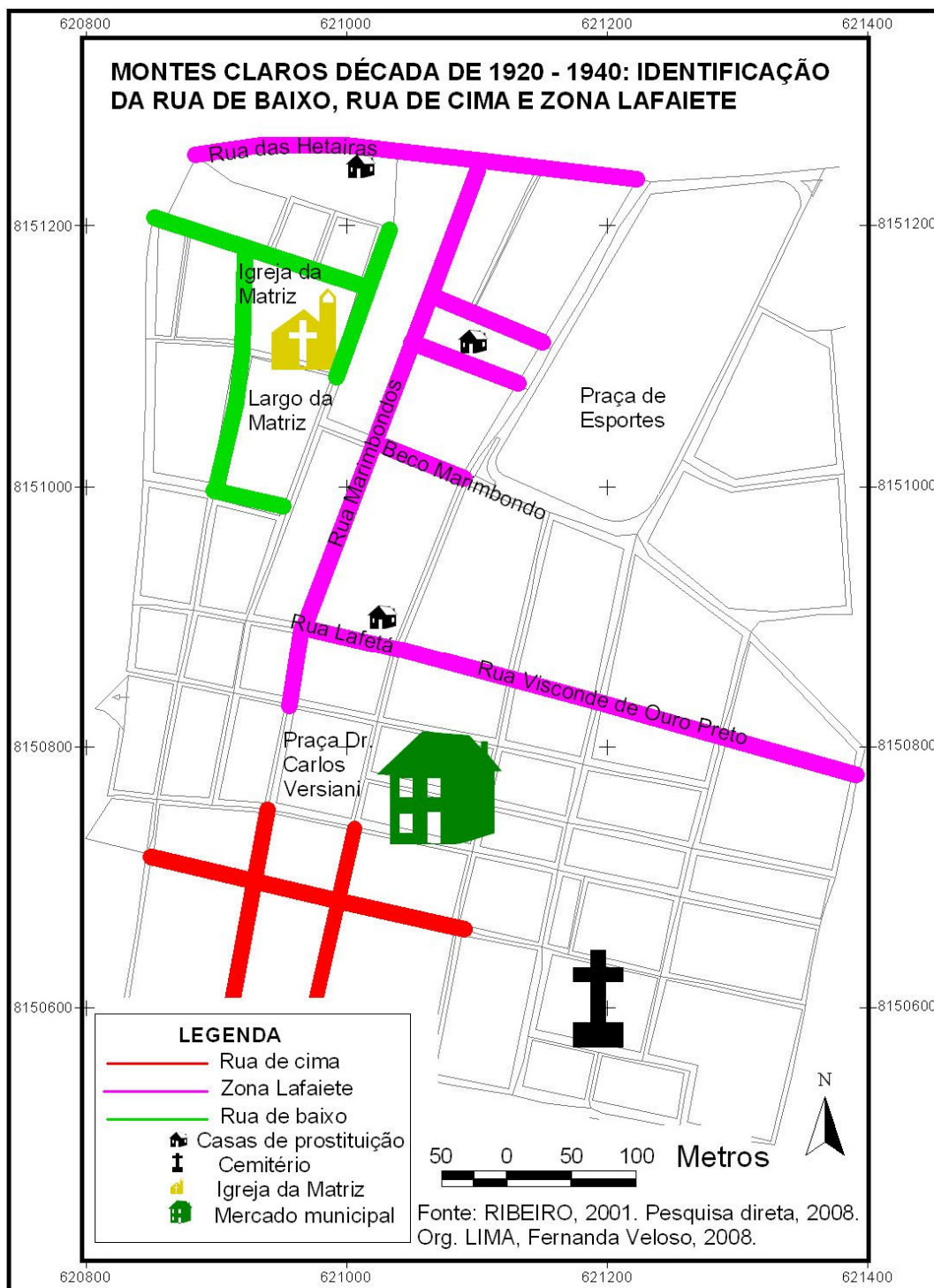
Elas [as prostitutas] tinham... Era delimitado o lugar onde elas moravam. Elas podiam... Elas transitavam na rua normalmente, né! Mas o lugar delas morar, onde elas recebiam os clientes delas era delimitado. Inclusive as moças não passavam, mas não era nem tanto porque era proibido, elas tinham até medo e não sabia o quê que era aquele lugar, né! (Iracema em entrevista gravada aos 18 de dez. de 2007).

O argumento em torno dessa proibição pautou-se no *medo*, na proibição dos pais. Isso porque as mães alertavam as moças sobre a circulação nas ruas de Montes Claros e, especialmente, transitar no centro da cidade passando pela Rua Lafaiete (Cf. MAPA 04). A obediência às normas familiares era tamanha que não se questionava o porquê das restrições, *simplesmente* as obedeciam:

Iracema: Essa rua aqui era a Rua Lafaiete! Ela e as adjacentes aqui na região do mercado era zona de prostituição! A gente, num, num passava nessas ruas, a gente desviava porque falavam que não era bom! Moça séria não passava ali, mas num era por causa delas era por causa do que podia ver, né? Porque a gente não podia ver nada, né! Então era assim, essa era a Rua Lafaiete que eu me lembre aqui descia pela Praça Esporte, onde tinha outra região de prostituição também, na Praça Esporte! Aqui a gente não pode nem descrever como era pelo fato que a gente nem passava lá, né!

Fernanda: As moças não passavam, como assim?

Iracema: Na rua! Na rua onde era considerada zona de... A zona boêmia. Chamavam zona boêmia, né?! Porque tinha as casas dela, mas tinha também os barzinhos, os lugares aonde os homens iam pra beber e conhecer! Elas eram, eram limitadas ali! Não como uma prisão, mas era o mundo delas ali! Ali elas, elas eram livres ali, elas saíam, elas naquela rua, naquelas ruas geralmente era algumas ruas que formavam!



Mapa 4 – Montes Claros de 1920 – 1940: Identificação da Rua de Baixo, da Rua de Cima e Zona Lafaiete.

Fonte: Ribeiro (2001); Pesquisa direta (2008). Org. Lima, Fernanda Veloso (2008).



O Mapa 4 representa, além da divisão política da cidade de Montes Claros entre Esterpes e Pelados, a Zona Lafaiete. Essa consistiu na territorialidade da prostituição uma vez que a diferenciação, bem como o reconhecimento do território e/ou os “lugares frequentados” por moças de família e de *mulheres de vida livre* eram bem definidos. Assim, a representação do imaginário social acerca da territorialidade da prostituição feminina constituiu em um tema recorrente nos discursos dos entrevistados. Dentre esses, eis o esclarecimento de Vadinho acerca do assunto:

Mas só que era o seguinte [...] porque esse movimento era à noite, mas só que mesmo na rua as famílias não passavam [na Zona Lafaiete]. Aquelas ruas eram evitadas das famílias passar, não passava. Aquela rua, que falava, as ruas das mulher, aquela era a rua delas, então não passava, se passasse lá também. Assim como tem a alta *society* tinha a baixa também. Por aí você tira. Então as mulher pirraçava as famílias! Acontecia o seguinte, se passasse uma mulher de família lá, mas elas não passava, o que elas faziam tiravam a roupa [...] Essas mulheres saiam pouco na rua, só se saia assim para comprar e voltava. Porque ninguém via, se uma mulher de família via uma mulher daquela corria, era como se fosse o diabo. A situação era pior do que você imagina.

Diferente da educação das moças, os rapazes circulavam livremente nas zonas boêmias de Montes Claros. Assim, a mesma restrição descrita acima pôde ser observada nos relatos de Macunaíma:

As mulheres, assim... Minha mãe, outras mulheres assim, não passavam lá. Desviavam né? E... Agora eu voltava do Colégio São José passando lá só pra ficar vendo, sabe? É... Mas eu não saia à noite não, só via de dia, sabe? As mulheres, assim, muito despudoradas, sabe? De anágua ali nos passeio, olhava assim nos corredores aquele tanto de quarto assim, agente olhava da rua, não tinha muro na época né? Então cê via, as moças, as mulheres cantando, sabe? É... Com a blusa meio aberta, ou sentada ali lixando o pé, sabe? Porque na época se você visse o joelho de uma mulher você enlouquecia, né? Então, nesses lugares que eu lembro. Agora eu fui em Edna, já rapazinho, mas aí em depois é em 63...

A zona boêmia configurou-se, portanto, em um espaço de homens. A presença de mulheres nesse espaço era restringida às *mulheres de família*.

Entretanto, as pessoas tinham conhecimento da existência desses lugares, mesmo porque, até final da década de 1970, a maior parte das casas de prostituição estava localizada no centro da cidade. Além disso, parecia existir um pacto de silêncio na sociedade, aspectos esses que puderam ser observados nas narrativas de Dona Flora e Iracema.

Para Corrêa (2001, p. 150), essa fragmentação e articulação do espaço, seu caráter de reflexo e condição social são “vivenciados e valorados das mais diferentes maneiras pelas pessoas”. Desse modo, a cidade se constitui em “formas espaciais em relação às quais o homem desenvolve sentimentos, cria laços de afeição ou delas se desgosta, atribui-lhes a propriedade de proporcionar felicidade ou *status*, ou as associa à dor ou à pobreza”.

Nessa conjuntura, o ordenamento territorial de Montes Claros, também, delimitou-se a partir das relações espaciais simbólicas e sociais. Os lugares de lazer, as ruas da zona boêmia, as Praças, os cinemas constituíram-se em um campo simbólico cujas dimensões e significados variaram segundo a representatividade que a população atribuiu a esses lugares.

### CAPÍTULO 3

#### A PROSTITUIÇÃO, A MEDICINA SOCIAL E A (RE)PRODUÇÃO DA CIDADE

Como discorremos, anteriormente, a prostituição feminina é um fenômeno que se faz presente em nossa sociedade. Assim, a prostituição tem sido *tolerada* por contribuir para manter *casta* a instituição *família*, mesmo através da sujeição de outrem. Ao ser considerado um *mal necessário* engendra classificações binárias tais quais: certo X errado, santa X pecadora, senhora X puta, pura X impura; dentre outras.

Nesse sentido, primeiramente, analisaremos algumas perspectivas teóricas em torno do fenômeno prostituição, bem como a atividade de prostituta foi percebida em seus aspectos sociais e simbólicos. Por conseguinte, o fato de a prostituição ser *necessária* à manutenção da estabilidade das famílias e diante da impossibilidade de abolir-se o fenômeno. Ademais, a prostituta também passou a ser incorporada nos procedimentos que buscaram normatizar o cotidiano, não apenas das cidades, mas também dos corpos (SOARES 1992, ENGEL, 2004; DONZELOT 1980; COSTA, 1983).

A problemática em questão diz respeito não somente à (re)ordenação da cidade na relação centro/periferia, mas à uma modificação do espaço urbano em que as mulheres prostitutas foram *arremessadas* para fora da cidade. Diante disso, *estar na periferia* consiste em uma perspectiva de *estar à margem da sociedade*, ou seja, (re)produz-se uma relação hierarquizada em que se tem *estabelecidos* e *outsiders*.

Portanto, terminamos a exposição analisando algumas características de ordenação da cidade de Montes Claros no período de 1940-1970. Nesse sentido, percebemos que a distribuição espacial da prostituição feminina, na referida cidade, sofreu uma reordenação no sentido de deslocamento dessas mulheres prostitutas do centro para periferia.

### **3.1 Considerações acerca da prostituição**

As discussões engendradas até o presente momento apontaram ser a cidade um espaço de diferentes representações que perpassam desde a definição do espaço, território e territorialidade, bem como as relações de conflito vivenciadas pelos indivíduos dentro destes. Assim sendo, a prostituição feminina configura-se em um fenômeno integrante das relações sociais no processo de (re)produção das cidades.

Segundo Richards (1993, p. 121, grifo do autor), na Idade Média, “quase não existia uma cidade que não houvesse uma ‘boa casa’, como às vezes era conhecido o bordel”. Também, a prática da prostituição era realizada em tavernas, praças, casas de banho e até mesmo em igrejas. Desse modo, a prostituição feminina funcionava como um meio dos homens *aliviarem* suas necessidades sexuais.

Portanto, na Idade Média, os jovens de todas as classes passam a fazer uso da prostituição como um meio prático de afirmarem sua masculinidade. Ademais, evitava que se aproximassem de esposas e filhas respeitáveis,

descorçoando-os dos estupros em gangues, ao mesmo tempo, que a prática homossexual era desestimulada. A esse respeito, Richards (1993, p. 122) discorre que:

[...] os aprendizes, jornaleiros e estudantes universitários desejavam completar seu treinamento ou firmar suas carreiras; outros jovens eram desincentivados pelos custos dos dotes e das recepções do casamento. Assim, permitia-se que os jovens usassem os bordéis a partir dos dezesseis-dezoito anos. A necessidade dos serviços fornecidos pelos bordéis para os jovens do sexo masculino foi reconhecida explicitamente pelo rei Carlos VII da França, quando ele autorizou a presença de um bordel em Castelnaudary, em 1445. Agiu, disse, por causa da existência na cidade de tantos jovens não-casados (RICHARDS, 1993, p. 122).

De acordo com Jerônimo<sup>28</sup> (SID *apud* RICHARDS, 1993, p. 122), a acepção hegemônica de *prostituta*, segundo a Igreja, recaia sobre aquelas mulheres que estavam disponíveis para satisfazer os “desejos de muitos homens”. Não obstante de qualquer juízo da Igreja, acerca do sexo, havia um consentimento social tácito difundido em relação à atividade sexual masculina pré-nupcial e extraconjugal no mundo medieval. Ainda que existisse uma tendência à condenação por parte da Igreja, a prostituição passou a ser tolerada a fim de atender aos impulsos sexuais dos homens.

Assim, a prostituição era denunciada pelos canonistas, porém, esse fenômeno foi considerado como um “mal necessário; algo cuja existência tornava possível manter os padrões sexuais e sociais estáveis para o resto da sociedade”. Em outras palavras, “se as prostitutas forem expulsas tudo estará desorganizado em função dos desejos” (RICHARDS, 1993, p. 122).

O fenômeno da prostituição proporcionou, portanto, uma nova classe sócio-econômica distinta na sociedade medieval. Ainda sob o prisma do autor supracitado, na Idade Média, as mulheres que se prostituíssem eram consideradas

---

<sup>28</sup> Sem notas tipográficas.

como *trabalhadoras assalariadas*, pois alugavam seus corpos e forneciam mão-de-obra. Caso houvesse algum arrependimento, essas poderiam reservar os lucros para fins de caridade. Porém, se a prática do sexo em troca de dinheiro fosse realizada apenas por fornicação, o trabalho não era reconhecido e o salário proveniente dele seria tão indigno quanto o ato.

No período medieval, as mulheres que se prostituíam eram obrigadas a fazer exames de saúde regularmente e, assim como os leprosos e os judeus, deveriam ser diferenciadas pela imposição de uma marca de infâmia. As prostitutas eram segregadas por suas vestimentas ou por qualquer outro adorno que pudesse identificá-las (Cf. RICHARDS, 1993).

Embora pareça paradoxal a relação da Igreja com o fenômeno da prostituição, percebe-se que esse fato social mantém a sociedade coesa à medida que reforça o papel da *mulher pura*, da masculinidade do homem, bem como dos padrões sociais estabelecidos para a instituição família. Ou seja, como todo fato social, a prostituição exerce uma coercitividade nas consciências coletivas; é exterior e geral às sociedades.

Não obstante, a construção do imaginário social, acerca da prostituição apresentadas por Richards (1993), perpetuaram-se por vários séculos que sucederam a Idade Média. Deste modo, no Brasil, segundo Freyre (2002), os portugueses, quando desembarcaram, depararam-se com mulheres nuas esfregando-se em suas pernas pensando que aqueles eram *deuses*. Logo, o clima em que se iniciou a vida brasileira foi quase de uma *intoxicação sexual* e, a partir daí, nasce uma sociedade híbrida composta de três raças: índios, negros e brancos.

Ainda, de acordo com Freyre (2002), a casa-grande de engenho e sua extensão, a senzala, reproduziam o sistema da família patriarcal européia. À menina

era ensinado, desde pequena, a se manter pura e casta, submissa, primeiramente, às ordens do pai e depois às do marido. Destarte, conforme relatamos no capítulo anterior, percebemos que essa atitude, em relação aos comportamentos, de homens e mulheres e a submissão feminina, estavam arraigadas, também, na sociedade montesclareense no período de estudo deste trabalho.

De acordo com Freyre (2002, p. 502), no período escravocrata os casamentos, no Brasil, eram arranjados pelos pais e não se permitia o namoro. Além disso, para as mulheres saírem em público era necessário que estivessem acompanhadas por uma escrava. Nesse sentido, o autor afirma ainda que [...] muita dessa castidade e dessa pureza manteve-se à custa da prostituição da escrava negra; à custa da tão caluniada mulata; à custa da promiscuidade e da lassidão estimulada nas senzalas pelos próprios senhores brancos (FREYRE, 2002, p. 502).

Embora Freyre (2002), mencione que esses fatos sucediam no período escravocrata, foi possível identificar, em Montes Claros, depoimentos que narravam situações semelhantes presentes nas décadas de 1940-1950. Ou seja, as mulheres somente saíam de casa na companhia de uma pessoa, aspectos esses que podem ser observados na transcrição do depoimento de Macunaíma:

Mulher não andava sozinha. Muito difícil esse negócio de mulher andar sozinha. Tem até uma frase “mulher não convivia com homem, mulher convivia com mulher”. [Além disso], mulher casada não podia andar nem com mulher solteira, nem com desquitada porque já tinha outros interesses. [Ou seja], não existia essa possibilidade de uma mulher conversar com outro homem, a não ser com o marido mesmo. Nenhum homem se atreveria em entrar dentro de uma casa que tivesse uma mulher e ficaria conversando com ela. Se o marido não tivesse saído, não existia isso!

Outro aspecto apontado por Freyre (2002) sobre a prostituição, refere-se ao negro africano. Esse foi considerado como um indivíduo com tendências ao erotismo, à luxúria e à depravação sexual. Isso porque para exercitar sua

sexualidade necessitava de danças afrodisíacas, culto fálico e orgias. Enquanto que o branco se exercita sem grandes provocações. A mulher negra, então, acabava se tornando alvo de desejos sexuais dos homens brancos, não só por seus exercícios sexuais, mas também por seus atributos físicos. O exemplo disso, são os casos relatados, em *Casa Grande e Senzala*, sobre homens brancos que só tinham prazer sexual com mulheres negras:

[...] rapaz de importante família rural de Pernambuco conta a tradição que foi impossível aos pais promoverem-lhe o casamento com primas ou outras moças brancas de famílias igualmente ilustres. Só queria saber de molecas. Outro caso, referiu-nos Raul Dunlop de um jovem de conhecida família escravocrata do sul: este para excitar-se diante a noiva branca precisou, nas primeiras noites de casado, de levar para a alcova a camisa úmida de suor, impregnada de bumbum, da escrava negra amante (FREYRE, 2002, p. 344).

Percebemos, ainda, que a sociedade constrói papéis sociais femininos diferenciados entre as mulheres *brancas* e *negras*. Do mesmo modo, dependendo dos atributos que lhes são reservados, distinguem-nas entre mulheres *santas* e *profanas*. Assim, o espaço doméstico era reservado as primeiras, sendo que suas representações sociais consistiam na imagem de um ser puro e casto. Consequentemente acreditava-se que a mulher negra era responsável por corromper a vida sexual brasileira, “iniciando precocemente o amor físico-família”.

Além disso, o senhor proprietário de terras, dono de escravos, tendia a deitar-se com as negras, prostituí-las, ainda *molecas* de doze e treze anos e contaminavam-nas com sífilis. Contudo, a mulher branca, mesmo sendo reconhecida como *mãe de família* e possuindo uma posição social privilegiada, em relação à negra, ainda assim, permanecia sob a dominação masculina. Porém, Freyre (2002, p. 372) acrescenta que essa “corrupção” não foi realizada pela mulher negra, em si, mas pela própria condição de *mulher-escrava*, ou seja, antes mesmo



da prostituição da *mulher-escrava- africana* o fenômeno iniciou-se com a *mulher-escrava-índia*.

Embora tenha ocorrido um intercâmbio cultural entre os povos que originaram a família brasileira, ao mesmo tempo sua formação foi constituída à luz dos valores europeus, na época da colonização. Isso significa que as mulheres permaneceriam afastadas como autoras e protagonistas da História social. Outra vez, a dominação de um sexo pelo outro reforçou a construção binária homem/mulher e ratificou outra: *mulher de família X mulher prostituta*..

Desse modo, pois, é dúbia a função simbólica e social que é atribuída ao corpo feminino – e tudo que a sociedade produz é também dúbio, antagônico, incoerente. De um lado a preservação da moral e dos costumes, de outro, a prostituição. Analisando, portanto, a prostituição feminina sob viés de Bourdieu (1996), essas mulheres se encontram *num espaço social marginal* -, que rompe com a ordem vigente - ao sofrerem com a estrutura social formada pela lógica da dominação masculina. Em outras palavras, de acordo com Bourdieu (1995, p. 167):

[...] o habitus masculino não se constrói e não se realiza senão em relação com o espaço reservado onde se jogam, entre homens, os jogos sérios da competição, quer se trate dos jogos de hora, cujo limite é a guerra, ou dos jogos que, nas sociedades diferenciadas, oferecem à libido dominandi, sob todas as suas formas [...] estando excluídas de direito ou de fato desses jogos, as mulheres ficam limitadas ao papel de expectadoras ou, como diz Virginia Woolf, de espelhos aduladores, que devolvem ao homem a figura engrandecida de si mesmo à qual ele deve e quer se igualar, e reforçam, assim, seu investimento narcísico numa imagem idealizada de sua identidade [...] e é provável que o processo de virilização para o qual toda a ordem social conspira, só possa se realizar totalmente com a cumplicidade das mulheres, isto é, na e pela submissão oblativa, atestada pela oferenda do corpo (dizemos “se dar”) que constitui, sem dúvida, a forma suprema de reconhecimento dado à dominação masculina no que ela tem de mais específico [grifos do autor].

No entanto, ao se pensar sobre o espaço social adquirido pelas prostitutas – embora marginal -, de certa forma, elas usurpam a condição de dominada nas relações feminino/masculino, pois passam a ter o controle de suas atividades sexuais, determinando, em alguns casos, o preço do programa e jornada de trabalho - salvo quando agenciadas.

[...] a prostituta desfruta de um enorme poder. Exceção feita de situações, extremas, com prevalência de violência, a profissional do sexo negocia os preços, qualidade e duração dos programas e é, efetivamente, na maioria das vezes, a senhora do espaço em que ocorre o encontro. Via de regra, escolhe o cliente. Seu *savoir faire* também lhe confere grande poder (SAFFIOTI, 1988, p. 37).

Na verdade, o trânsito da prostituta entre os espaços sociais, se dá de forma pragmática, visto que, ela recebe o cliente e tem que se adaptar ao *habitus* deste, a fim de prestar um serviço de *qualidade*, não só no âmbito sexual.

As mulheres que se prostituem não têm acesso ao espaço social do cliente, a não ser mediado pela presença do mesmo, ao passo que esse; transita à luz em seu próprio espaço social e às *sombras* no espaço social das trocas sexo/dinheiro. Ademais, há uma cobrança de distanciamento entre as mulheres consideradas *honestas* e as prostitutas, talvez por receio que as primeiras venham a perceber a dominação masculina como socialmente aprendida e não natural.

Por isso, retomando a discussão do capítulo anterior, a delimitação espacial dos lugares em que homens e mulheres freqüentaram, na cidade de Montes Claros, denota a relação simbólica da territorialidade da prostituição. De tal modo, que a percepção dos grupos que coabitam o espaço citadino reformula essa territorialidade apreendida na cidade. Além disso, segregam-se os espaços de convivência; aproximam-se ou distanciam-se uns dos outros; e mantêm, na relação com o espaço, uma noção de pertencimento/não pertencimento, os *estabelecidos* e os *outsiders* (Cf. ELIAS, 2000).

### 3.2 A medicina social e a prostituição

O processo de reestruturação das cidades, sobretudo com o surgimento da medicina social, contribuiu significativamente para a continuidade do controle da prostituição. Assim, no bojo da implementação dos procedimentos de salubridade, no século XIX, a família aparece como instrumento privilegiado na operacionalização do controle pretendido, além de constituírem numa estratégia corretiva sobre a esfera privada da vida familiar.

Nessa direção, a prostituição tem sido tendencialmente configurada como uma prática *desviante* do modelo *ideal* de mulher e que necessita de *correção*, sendo que diante da impossibilidade de um (re) direcionamento comportamental, as mulheres tendem a ser excluídas do convívio social. Assim, o que era imaginado ou dito, pelos médicos higienistas, sobre a prostituição estava imbuído da perspectiva de normatizar, de acordo com padrões pré-estabelecidos, os comportamentos sexuais, afetivos, sociais dos indivíduos que habitavam as cidades.

Enquanto na Europa o alvo das medidas de controle para garantir a modernização das cidades foi à população de baixa renda, no Brasil, a elite agrária seria a responsável pela produção de cidadãos patriotas para fins semelhantes, a saber, a formação de *cidadãos moralizados*. Caberia, portanto, à medicina social, na figura do médico higienista, o papel de reestruturar o caos urbano, legado do período colonial.

Para Costa (1983), a higienização da família ocorreu concomitantemente ao processo de urbanização. O papel do médico era converter os sujeitos à *nova ordem urbana*, sendo que seria necessária a utilização de um poder normatizador

para o adestramento da população que crescia. Os instrumentos utilizados consistiram em técnicas de controle corporal - ou seja, abolição de comportamentos inaceitáveis - regulamentos administrativos de controle do tempo dos indivíduos ou instituições; técnicas de organização de espaços; técnicas de criação de necessidades físicas e mentais.

Em outras palavras, a medida disciplinar das cidades consistiu em campanhas de moralização e higiene da coletividade. “A filantropia, a assistência social e a medicina concentraram-se para manobrar os laços de solidariedade familiar e usá-los, quando preciso, na represália aos indivíduos insubordinados e insatisfeitos”, como exemplo os loucos, as prostitutas e os alcoólatras (COSTA, 1983, p. 52).

Diante disso, as relações sociais das camadas menos abastadas foram consideradas como veículo dessa insubordinação, uma vez que estiveram entregues à vagabundagem, aos vícios e à prostituição. Portanto, através da medicina doméstica estimulou-se a política populacionista cujo alvo consistiu na reorganização das famílias para a conservação e educação das crianças. De tal modo, para combater a insalubridade das cidades e moralizar as famílias, o espaço físico das casas foi reestruturado; os genitores deveriam dormir em quartos separados de sua linhagem e os quartos dos filhos passam a ser separados pelo sexo, logo a promiscuidade seria evitada (Cf. DONZELOT, 1980).

Engel (2004), da mesma forma, discorreu acerca das condições de sobrevivência dos segmentos sociais pobres, considerando-as *precárias* por assim dizer. Por conseguinte, a situação do contingente populacional feminino, das classes menos favorecidas, era ainda mais delicada. Isso porque os preconceitos existentes

na sociedade restringiam às atividades remuneradas exercidas por mulheres, portanto,

[...] não restavam à mulher livre e pobre, ou mesmo a escrava, muitas alternativas, além do serviço doméstico, do pequeno comércio – quitandeiras, vendedoras de quitutes etc. -, artesanato – costureiras, por exemplo – e outras atividades como lavadeiras, cartomantes, feitiçeras, coristas, dançarinas, cantoras, atrizes e prostitutas (ENGEL, 2004, p. 25).

Embora, a autora acima citada, faça referência à sociedade oitocentista, aspectos pertinentes à restrição das atividades remuneradas exercidas por mulheres nas décadas de 1940-1970 foram apontadas nas entrevistas realizadas para o presente estudo. Como exemplo, os discursos de Iracema e Vadinho nos quais apontaram a falta de *oportunidades*, como aspectos motivacionais para que algumas mulheres procurassem a prostituição:

Fernanda: Por que as mulheres se prostituíam?

Iracema: Geralmente elas se prostituíam porque era o único jeito de sobrevivência! Porque mulher não trabalhava naquele tempo, mesmo porque não tinha nem opção de trabalho, né?! Até mesmo estudar depois do primeiro grau não era pra todo mundo! Era uma casta pra quem continuasse os estudos! A maioria que era de classe média baixa ou até mesmo já chegando na classe mais alta ia trabalhar em loja de tecido, de perfumaria, de farmácia porque elas não tinham como estudar custeando os estudos e não tinha emprego, o que parecia pra elas era esses, né!

Vadinho: Não tinha emprego pra mulher não! Não tinha função, sabe? As meninas não... Também muitas vezes nem estudavam direito, né? O quê restava pra elas?

Diferente da perspectiva apontada por Engel (2004), outros motivos foram apresentados como aspecto favorável para a inserção da mulher na prostituição em Montes Claros. Assim, as jovens que engravidassem antes do casamento eram expulsas de casa e acabavam se prostituindo. Ainda que esse aspecto indique uma forte presença dos preceitos morais da higienização das famílias, o que nos chamou a atenção para o fenômeno foi o fato de a expulsão ser realizada independente da classe social. Vejamos, então, a partir da própria fala dos entrevistados:

Fernanda: O que acontecia com as mulheres que engravidavam antes do casamento?

Iracema: Então, se o pai punha pra fora de casa e o namorado não assumia, geralmente não assumia porque eles também não tinham como manter e, às vezes, num tavam nem interessado! Aí elas viviam na rua aí e, as prostitutas aí convidava, ou às vezes algum homem mesmo chamava pra ir morar, e ia morar por falta de opção, né! A família era muito rigorosa, não só com a moça que engravidava como com as casadas que, que cometiam adultério também! Às vezes era expulsas de casa assim, a família dela ficava do lado do marido e contra ela porque aquilo era um absurdo, né! Então, elas sofriam muito, não tinha outra opção não! A opção delas era mesmo a, a prostituição.

Vadinho: Era uma coisa terrível! Era completamente, totalmente afastado da sociedade! Quem tinha família fora, os pais mandavam, quem não tinha ia pra rua. Iam pra rua! Quem ia pra rua, ficava afastada de tudo! Às vezes os pais, muitos colocavam elas depois, mas era muito triste. Muito difícil. Os pais eram de uma ignorância que não aceitava mesmo.

Ainda sobre o fato de as mulheres serem expulsas de casa e ingressaram na prostituição, os entrevistados narraram-me:

Macunaíma: Agora, o motivo de Montes Claros agregar a prostituição, é porque uma pessoa... Imagina Juramento, Brasília de Minas não sei o que. Era uma cidade mínima! Ela era expulsa de lá. Ela não tinha como viver naquela cidade. Todo mundo a conhecia. Ela vinha pra cá! Entendeu? E aqui, uma coisa característica de Montes Claros, é a cidade, isso é bom você frisar, é que cidade grande aqui ou ta a mil quilômetros, que é Salvador, ou... não tinha nem Brasília, né? Ou é Belo Horizonte, quatrocentos e tanto. E só tinha o trem, entendeu? Então, a forma da pessoa, também, é... Sair, pra vir parar aqui em Montes Claros... Pra sair do sertão! Da Bahia que vai até Goiás, não sei aonde. Pra embarcar pros grandes centros, tinha que vir até aqui a cavalo, ou a pé, ou de alguma forma. Pra daqui pegar um trem em Montes Claros e pros grandes centros. E muitas vezes ficava por aqui mesmo. Já chegava aqui sem dinheiro, sem nada, não sei o que. Caia na zona! [...] E o que não quer dizer que a pessoa tinha que engravidar pra ser mandada pra fora da casa, não. Independia de classe social. Se o pai sonhasse que teve, que efetivou alguma coisa. Ou a coisa mais simples possível, sabe? Nem a questão de penetração, nem nada não, qualquer coisa assim. Era, pronto, acabou a família! Acabou a honra da família e tinha que mandar embora. O sofrimento da mulher era brutal.

Capitu: Da época mesmo que eu fui namorar, nós éramos diferentes do namoro de hoje. Que vai para a casa da moça, lá na casa da moça já dorme mais ele, não, está namorando. Naquele tempo, se uma moça saísse para dormir com um rapaz, para ficar fora com um rapaz, chegava em casa o pai expulsava, expulsava e tinha que

sumir se não quisesse morrer. Tinha que sumir. Mas também era muita ignorância que tinha também. E hoje minha filha é tudo tão natural. [...] Se descobrisse que tava grávida, na hora que descobrisse, mandava sumir de casa! Sumia com criança com tudo. E ia fazer vida na rua! O pai não aceitava e hoje os pais é tão bonzinho, põe dentro de casa, cria tudo isso.

Diante do exposto, em Montes Claros, a prostituição emergiu como meio de sobrevivência das mulheres independente do segmento social que pertenciam; por não terem possibilidade de qualificarem-se para o mercado de trabalho; e pelo fato de serem expulsas de casa. Na realidade, todos esses fatores convergem para o modelo de comportamento e os valores morais estabelecidos para a moralização da sociedade em que a prostituta exerce um papel desviante desses preceitos.

De acordo com Machado (1978), o saber médico sanitaria percebia a prostituição como um perigo físico e moral para a sociedade. No que diz respeito ao perigo físico, a prostituição foi apontada como veículo transmissor de doenças, no caso em evidência, a sífilis. Assim, os homens que transitavam do repouso com as esposas ao leito das prostitutas, logo se contagiariam e comprometeriam a concepção de uma prole saudável.

Como perigo moral, o saber médico considerava a prática da prostituição como um exemplo nocivo para as moças de família, uma vez que o vício, o sexo e o ócio são características contrárias à acepção do indivíduo moralizado (Cf. MACHADO, 1978).

Retomemos, então, à prostituição em Montes Claros a partir de Paula (1982). Para esse autor, diferente dos aspectos apontados nas entrevistas, o fator que contribuiu para a existência da prostituição na referida cidade, equivale-se à construção da estrada de ferro uma vez que essa trouxe consigo pessoas de todas as partes do norte de minas, inclusive, *mulheres da vida*. Não obstante, Paula (1982) associa a propagação de moléstias venéreas à promiscuidade desse contingente

populacional que se deslocou para Montes Claros. Ademais, os valores existentes na cidade, que eram passados de geração a geração, postulavam que o homem somente se reconhecia como tal após ter contraído alguma doença venérea:

O norte de Minas se esvaziou em Montes Claros. Gente de toda parte. Aventureiros, principalmente, à procura de oportunidades. Homens e mulheres. Mulheres da vida. Jovens inexperientes e amadoras. Vinham, na maioria, com destino de Belo Horizonte, São Paulo e Rio. Aqui faziam parada de aprendizado profissional, um banho de civilização, como se dizia. A promiscuidade e a falta de higiene facilitavam a propagação de doenças venéreas. Outro fator se juntava a este, era a filosofia dos jovens, que não tinham medo nem se envergonhavam de ser portadores de tais doenças. Diziam os mais velhos: Homem só é **HOMEM** mesmo depois de um cancro ou uma gonorréia [grifos do autor] (PAULA, 1983, p. 303).

A idéia de que a sífilis consistia em uma doença proveniente da prostituição perpetuou-se por muitas décadas após a construção da Central do Brasil. Tal premissa foi mencionada por Iracema da seguinte forma:

Tinha muita preocupação, era muito divulgado a Sífilis, né! Que até que os rapazes... As moças que namoravam tinham muito receio da aproximação porque falava assim, fulano é muito raparigueiro, já queria dizer é... Que não é recomendável, né! Fulana tá namorando fulano! “Ó fulano é muito raparigueiro!” Quer dizer ele vivia mais na zona boêmia mexia mais, tinha mais relações lá com as raparigas, né! Já era uma pessoa que corria o risco porque podia ter sífilis! E tinha muito, a gente sabia muito que tinha! Era muito de baixo do pano muito no cochicho, mas de vez em quando falava “Ó diz que fulano tá com, com sífilis, tá com doença”, doença de rua que falava! “Tá com doença de rua!” (risos) Aí, eu mesmo nem entendia o que era, mas tinha pavor porque minha mãe falava muito! Eu tinha um irmão, meu irmão mais velho, e ele era muito raparigueiro, ele num dançava, num cantava, mas gostava muito de festa, ele ia. Mais ele num sabia dançar, num sabia cantar e a tendência... Ele levava a gente nas festas, deixava no clube porque só ia se fosse com ele e, ele ia pra, lá pra zona! Aí ele só vinha nas tantas, na hora de pegar a gente pra levar pra casa, né! Então ele era muito raparigueiro mesmo. Algumas vezes mãe chamou a gente pra ter cuidado que ele tava com doença venérea, né! Então... Era doença de rua!

Segundo Iracema, a sífilis era muito divulgada através do *cochicho* e das informações por *baixo do pano*. Diante disso, acrescentando às informações do Jornal Gazeta do Norte de 1946, 1952 e 1959 a respeito da sífilis podemos inferir



que, embora a população tivesse conhecimento da existência da doença, a divulgação da profilaxia foi realizada de uma maneira muito *sutil*. Consideramos, assim, devido ao fato de existirem, também, propagandas de outros medicamentos, por exemplo, para cansaço, tuberculose, malária, febre amarela, doenças comuns nos períodos citados acima.

Além disso, percebemos que a imprensa local muito freqüentemente realizava publicações a respeito de doenças venéreas, especialmente ao detalhamento nas descrições dos sintomas da sífilis. A princípio, os anúncios dos remédios tratavam a moléstia de uma maneira geral, mesmo porque existe outro fator de aquisição da doença, a saber, a herança genética (Cf. Paula, 1982). Posteriormente, os anúncios diziam que era uma “dor, grande inimiga do homem” e relatavam como o medicamento era eficaz para o tratamento da sífilis. Por fim, alertavam: “Cuidado! O maior flagelo do homem é a sífilis” (JORNAL GAZETA DO NORTE, 1946; 1952; 1959).

Congruindo para a relação prostituta-doença, Engel (2004) acrescenta que tal associação serviu como argumento principal para ampliação dos estudos e pesquisas do fenômeno da prostituição e sua correlação na transmissão de doenças venéreas. Além disso, as medidas de atuação sanitarista passaram a ser legitimadas a partir da *santa missão* médica de dar profilaxias para a epidemia que se propagava na sociedade, ou seja, a sífilis.

No que concerne à Montes Claros, como descrito anteriormente, existiu uma delegacia higiênica que cuidava não somente dos registros de doentes e profilaxia de suas doenças mas também, do sanitarismo da cidade. A referida instituição possuía uma política sanitária de fiscalização de bares, barbearias, hotéis, pensões, e outros espaços; era mantida pelo Estado de Minas Gerais e “os guardas

eram fardados [...] e suas multas eram respeitadas, pois o pagamento era na Categoria Estadual, que não tinha permissão de perdoar; a função era receber” (PAULA, 1982, p. 258).

Além disso, realizavam-se vacinações e outros trabalhos em caso de epidemias. Porém, no governo de Milton Campos (1947-1951) o serviço foi extinto ficando a cargo das prefeituras, se quisessem fazê-lo. Talvez, por esse motivo, os entrevistados declararam que não existia uma política efetiva no combate da sífilis, mas sim informações que eram passadas *boca a boca* pela população. Outra hipótese consiste na associação dessa doença com a prostituição. Se por um lado a moral vigente permitiu aos homens livre circulação nas zonas de prostituição, por outro, e, também sobre os mesmos preceitos morais, não se discutia sobre as relações sexuais. Fenômeno esse observado a partir dos relatos de Iracema que discorreu sobre as doenças venéreas argumentando que “tinha medo, mas, não sabia do quê”.

A respeito da divulgação, por parte do poder público, como medida de erradicação da sífilis, Iracema acrescenta:

Fernanda: E por parte do Poder Público? Existiu um trabalho de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis?

Iracema: Eu acho que não tinha nenhum movimento não! Eu não me lembro em nenhum movimento! Eu sabia que havia a divulgação, o risco, o perigo, mas é, o boca a boca. Mas assim uma campanha, nunca vi, não me lembro! Pode até que ser que tenha acontecido [uma campanha], mas se foi, se foi uma coisa muito sem expressão, não chamou muito atenção! Que a gente via as campanhas que tinha naquela época contra as doenças transmissíveis de outra forma é, é tinha vacina!

Fernanda: Como as pessoas faziam para tratarem-se quando estavam sífilis?

Vadinho: Em vez de você procurar o médico, você procurava era a farmácia. E a pessoa quando adoecia tanto o homem quanto a mulher, tomava uma injeção de benzetacil! Benzetacil não matava ninguém, hoje toma, morre! Que ali cortava de vez. Era assim.

Fernanda: E resolvia?

Vadinho: Resolvia! Com certeza, sarava! Na época que tinha muita doença de rua e que se ouvia falar e tinha muito. E também não tinha... Todo mundo era leigo nesse assunto. E mais a mais, rapaz

novos, nem quer nem saber de nada! E existia muito. Num tinha assim, igual hoje o tratamento.

Divergindo dos depoimentos acima, e levando em consideração as proposições da Delegacia Distrital de Higiene descritas no primeiro capítulo, a divulgação de medidas de higiene foi efetuada pelo Jornal Gazeta do Norte nas seções *Educação Sanitária e Informações Úteis*. Portanto, nos questionamos sobre o acesso a esse meio de comunicação, especialmente porque alguns dos entrevistados afirmaram não haver medidas, por parte do poder público, para o combate da sífilis. Contudo, ratificamos que os valores morais impediam uma discussão mais profunda acerca do tema entre as pessoas. Assim, acreditamos que esses valores podem ter influenciado nas respostas dos entrevistados, afinal trabalhamos com a memória dos sujeitos e por vezes percebemos alguns gestos de desconforto em relação ao tema abordado, a saber, sexualidade.

Por outro lado, quando questionamos às donas de casa de prostituição, Dona Flor e Jacira, sobre a informação do contágio de doenças sexualmente transmissíveis, aquelas descreveram serem elas mesmas as *educadoras* dos cuidados com a higiene. E, da mesma forma como descrito por Engel (2004), Costa (1983) e Richards (1993), as mulheres eram submetidas a fazerem exames regulares a cada seis meses:

Fernanda: Quem orientava as meninas sobre os cuidados com a higiene do corpo?

Dona Flor: A dona da casa! A dona da casa que tem que orientar a mulher e falar com ela, “se você notar qualquer coisa, você fala comigo, porque se tiver doente você vai se tratar, só vai para o salão depois que tratar”.

Fernanda: Notar qualquer coisa, como assim?

Dona Flor: De doença. E dizia “Se notar que tem alguma doença, não fica não”. Ah Gonorréia, tem tanta doença! Tinha o cancro mole, tinha galo de crista, tudo tinha lá, sífilis. Corrimento, a gonorréia dava corrimento que fede, a mula fede. O galo de crista fica na vagina igual uma crista de galo, esse aí é difícil para cuidar, tem que queimar, tem que tratar mesmo, senão vai para o chão.

Fernanda: Vai para o chão?

Dona Flor: Vai! (risos). Mas eu tenho uma sorte muito grande que não tinha muito isso! Eu orientava elas, na hora que ia tomar o banhozinho, na hora que terminasse o serviço tomasse um banhozinho, lavasse lá dentro e enxugasse bem enxuto. Porque a doença é pegada mais é da sujeira. Fazia exame quando adoecia. E de seis em seis meses. Comprava o remédio, fazia tudo que fosse preciso. Se quisesse ter uma casa com movimento, tinha que tratar, senão a casa ficava... Porque passava para outro, depois para outro e pronto.

Fernanda: Como assim?

Dona Flor: Porque a doença já assim... De Mulher, que o povo fala doença da rua (risos). Na hora que ia ficar com a pessoa, era batata, pegava naquela pessoa. Na hora que sentia assim, a gente tratava logo, quando tinha uma mulher assim, já tinha medo, tinha que tratar logo.

Fernanda: E como tratavam?

Eu mandava no médico, comprava remédio com o meu dinheiro e tudo que fosse preciso. Mas só ia fazer salão, depois que sarasse.

Observamos que as orientações sobre as doenças eram realizadas pela própria *dona da casa*. Da mesma forma Jacira narrou:

Fernanda: Como que as meninas eram orientadas pra cuidar da saúde delas?

Jacira: Eu sabia. Todo sábado, de manhã, sete horas da manhã até doze horas, minha casa, os portões eram fechados, ninguém entrava! Ficava assim homem e mulher querendo entrar. As outras meninas saiam falava e assim “Ó, não pode entrar, Dona Jacira. está dando aula pra as mulheres agora”. Aula que elas falam é ensinando como que elas trata o freguês e dando remédio para elas para evitar as doenças que estavam dando demais.

Fernanda: Que doença?

Jacira: Aquela doença que estava dando, uma tal de mula, que o povo chamava. Outra hora era gonorréia, outra hora era outra. Como é que fala... Sífilis! E tudo quanto é tipo de doença de rua e eu comprava remédio e dava cada uma na mão assim ó. “Toma!” Eu comprava com meu dinheiro e dava elas todos os sábados, remédio para evitar doenças. Todas elas sadias, nunca ninguém reclamou nada.

Fernanda: E elas iam ao médico?

Jacira: Quando elas sentiam qualquer coisa elas iam. Mas não sentia nada. Comia muito bem, dormiam muito bem. Era muito difícil elas irem ao médico, não ia não!

Entretanto, um aspecto diferenciado no cuidado com o corpo pôde ser observado nos discursos de Dona Flor e Jacira. Isso porque Dona Flor afirma que as mulheres faziam exames periodicamente. Ao passo que Jacira discorreu que a visita

ao médico era protelada, portanto, as prostitutas somente iam ao médico quando realmente ficavam doentes. Ou seja, a dona da casa exercia *bem* a sua função de *educadora* da higiene uma vez que Jacira argumentou que dificilmente as mulheres adoeciam, pois eram “muito bem cuidadas” pela dona da casa. Assim, questionamos: se, realmente, as mulheres não ficavam doentes, então, por que tomavam remédios todo final de semana? Jacira acreditava que o ato de medicar as meninas era uma forma *de prevenir as doenças de rua*.

De acordo com Gaspar (1984), as mulheres que se prostituem têm uma “noção particular de higiene”. Assim, é comum, nos discursos daquelas, a afirmação de que praticam, detidamente, a higienização de seus corpos. A pretensão de tal atitude seria a tentativa de desagregar a *sujeira* que foi social e simbolicamente atribuída às prostitutas.

Portanto, temos por hipótese que a associação doença-prostituta levou a dona da casa de prostituição a criar estratégias de tornar público à higiene, não somente de sua casa, mas também das mulheres que lá trabalhavam. Pois, o expediente era fechado aos sábados de manhã e, ainda que pessoas batessem à porta querendo entrar, posteriormente, uma das *meninas* anunciava o que estava acontecendo no interior da casa.

Diante do exposto, a prostituição configurou-se em um fenômeno social tanto necessário como passível de normatização. Necessário porque evitaria que *moças de família* fossem *perturbadas* pela *(in)satisfação* dos desejos sexuais masculinos. Por outro lado, deveria ser controlada, pois, contraria os princípios hegemônicos da instituição família e o preceito moralizador das medidas higienistas (Cf. MACHADO, 1978; ENGEL, 2004; DONZELOT, 1980). De tal modo, o ordenamento das cidades se transformava em função das práticas sanitaristas e a

territorialidade da prostituição se (re)construía, assunto esse que será abordado na seção seguinte.

### **3.3 O território e a territorialidade prostituição em Montes Claros**

A constituição de um território é marcada por lutas e conflitos que (re)constrói o espaço citadino e os territórios são demarcados de diversas formas, quais sejam, uma praça, uma rua, dentre outras. Desse modo, procuramos compreender a cidade como um espaço em que grupos e indivíduos mantêm relações entre si, sendo que essas relações podem delimitar e demarcar os territórios na cidade (Cf. SANTOS, 1997; BRAGA, 2004; ELIAS, 2000).

A cidade de Montes Claros, como descrito anteriormente, sofreu diversas alterações no que diz respeito à constituição de seu território; suas características rurais foram, paulatinamente, abandonadas na medida em que o “progresso” e o incentivo desenvolvimentista chegaram à cidade. A esse fenômeno foi associado à vinda de mulheres prostitutas à cidade e uma ampliação da zona boêmia da referida cidade. Ao definirmos a zona boêmia como um espaço em que várias casas de prostituição funcionam, a utilização desse território pela prostituição deu-se de maneira ostensiva, dado ao fato da repercussão que a prostituição atingiu na literatura e romances sobre o sertão montesclarence.

Ribeiro (1997) denominou a zona boêmia como *puteiros* e descreveu sobre as *putas* o seguinte:

Montes Claros é que exportava puta. Aquelas putas espanholas, polacas de Belo Horizonte eram todas de Montes Claros, aprendiam a falar a língua complicada, enrolavam os cabelos. Porque Montes Claros, por mais de 30 anos, ponta de linha, o pessoal levava o gado todo para embarcar lá. Então, toda mercadoria era levada para lá e, por isso, a cidade virou um empório. Como era um empório, os vaqueiros que iam levar o rebanho tinham que procurar puta, para descansar, e os outros também. Então, tinha uma putaria de duas mil putas numa cidade que era pequenininha (RIBEIRO, 1997, p. 30).

De acordo com Figueiredo (2008), Montes Claros possuiu três grandes áreas de prostituição: *Zona Lafaiete* que funcionou nas décadas de 1930 até início da década de 1960; *Zona Zé Coco*<sup>29</sup> (meados da década de 1960 e final da década de 1970); e *Zona da Bonfim*, ou *A Bonfim* (início da década de 1970-1980). Assim, a *Zona Lafaiete*, foi descrita por Iracema, Macunaíma e Vadinho da seguinte forma:

Iracema: Essa Rua Lafaiete... Num sei onde ela começava! Só sei que a parte que era da prostituição era em frente da Catedral. Ali onde tem aquele pátio grande tinha um pedacinho de casas ali! Lembro que tinha umas casas antigas, velhas e entre, entre a praça e a Igreja. E a parte onde é loja hoje era uma rua que descia na direção do mercado! Aqui é a Catedral... Aqui é a Pastoral, depois vem a Luminarte... Então aqui tinha uma rua, aqui é a Dom Pedro II, mais aqui, né a Catedral! E aqui essa rua aqui é que era, essa aqui descendo pro mercado, aqui! Era tudo casa de prostituição.

Macunaíma: Aquela rua, abaixo da Catedral, que tem a Cemig, aquilo era tudo casa... Aquilo tudo era zona, certo? E aquelas ruas pra baixo ali, tudo era zona.

Vadinho: Ficava no centro... Que era a Rua Coronel Joaquim Costa que era a Rua Lafaiete e a Praça de Esporte, era do lado da Praça de Esporte (perto da Matriz), é uma coisa gozada, ali mudou tudo, ali tinha a rua Carlos Chagas, chama a Rua do Maribondo que era tipo um inferninho mesmo, era ao lado da Praça de Esportes, e tem uns bequinhos... Então, aquela rua chamava Rua do Maribondo.

Segundo Ribeiro (2001), as prostitutas chegaram a representar mais de 10% da população do Município, ou seja, cerca de 3 mil mulheres, num contingente de 26 mil habitantes. As casas de prostituição concentravam-se nas seguintes

<sup>29</sup> A zona recebeu o mesmo nome de seu proprietário que foi conhecido pelo cognome Zé Coco. Existia outra pessoa com o mesmo cognome, entretanto, esse era músico e instrumentista em Montes Claros (Cf. FIGUEIRA, 2008).

localidades (Cf. MAPA 5):.na atual Rua Padre Teixeira, também conhecida por *rua das hetairas*<sup>30</sup>; Coronel Altino de Freitas (*rua dos marimbondos*); mediações entre a Rua Coronel Altino de Freitas e Praça de Esportes (*Maribondo*); na Rua Lafetá (nos quarteirões entre as ruas Coronel Altino de Freitas e Carlos Gomes); na esquina das ruas Lafetá e Carlos Gomes (casa *Alhambra*), uma das mais famosas da cidade; na Rua Visconde de Ouro Preto (continuação da Lafetá).

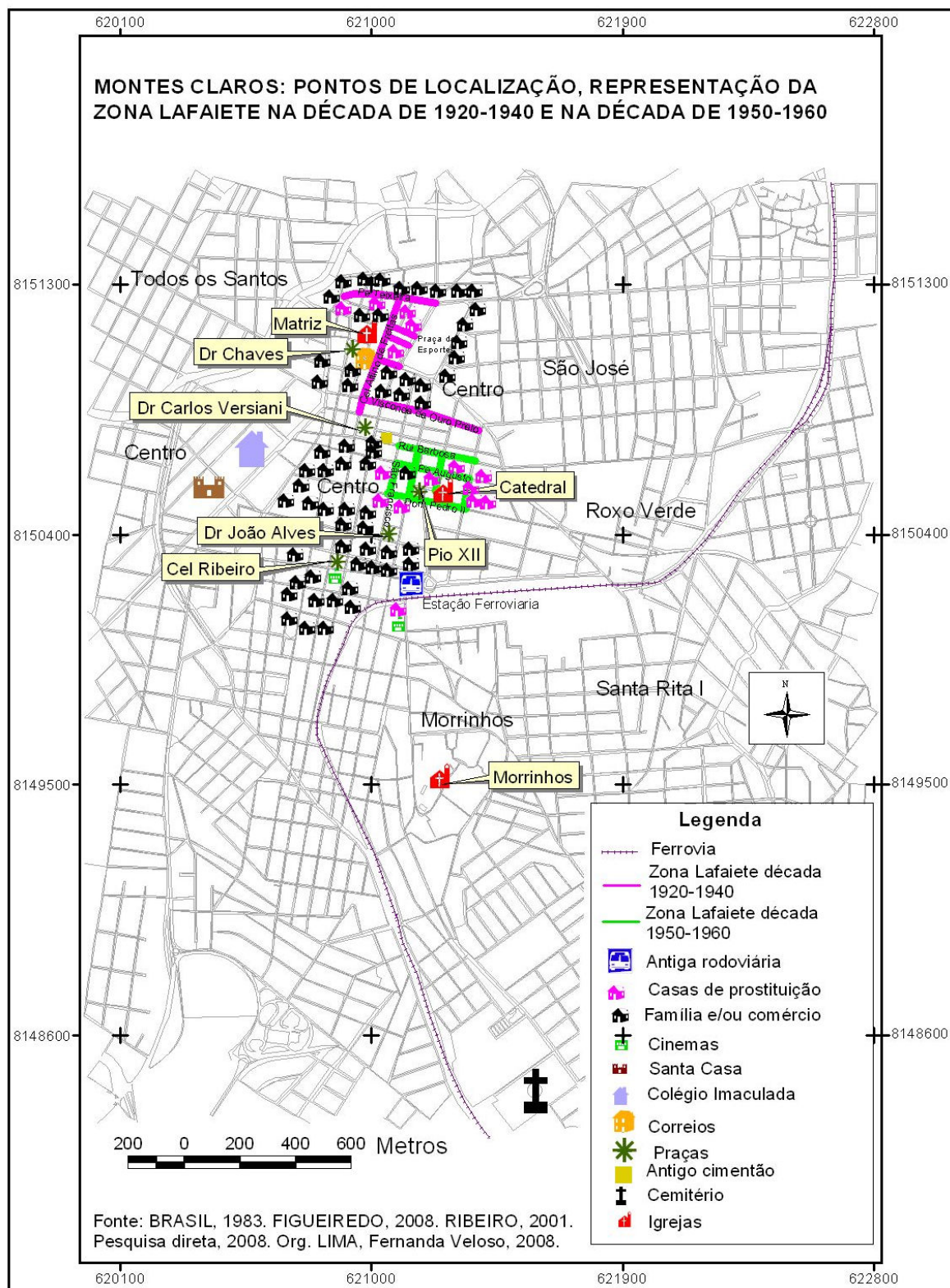
Na década de 1960, a *Zona Lafaiete* abrigou, também, inúmeras *casas de encontro* independentes que chegavam a ocupar cerca de:

[...] 30%(trinta por cento) do centro da cidade: rua Padre Augusto entre Pires de Albuquerque e São Francisco; rua Rui Barbosa entre Grão Mogol e São Francisco; rua Grão Mogol entre Rui Barbosa e Catedral; rua Coronel Joaquim Costa entre Rui Barbosa e Praça Pio XII; rua Dom Pedro II entre Praça Pio XII e rua São Francisco; rua São Francisco entre Padre Augusto e Dom Pedro II; toda a região adjacente à Praça Pio XII. Alguns destes trechos eram constituídos somente de casas de prostituição, outros eram entremeados de casas de família. As famílias residentes nas mediações trancavam-se em casa no horário noturno para evitar contatos com os freqüentadores do meretrício (PARRELA, 1996, p. 10).

---

<sup>30</sup> “A denominação foi uma herança adquirida da Grécia antiga, onde a palavra *hetaira* era a mesma coisa que prostituta” (RIBEIRO, 2001, p. 131).





Mapa 5 – Montes Claros: Pontos de localização, representação da Zona Lafaiete na década de 1920-1940 e na década de 1950-1960.

Fonte: Brasil (1983); Figueiredo (2008); Ribeiro (2001); Pesquisa direta, 2008. Org. Lima, Fernanda Veloso, 2008.

O território da *Zona de Zé Coco*, de acordo com Figueira (2008) começou com uma boate situada na Rua Correa Machado entre o Beco Carijós e a Rua São Paulo (atual rua Rizério Leite). “Posteriormente, foram se instalando casas de prostituição na Rua Correa Machado entre as ruas Melo Viana e Bahia; Beco Carijós e Rua São Paulo em toda extensão; e rua Ceará entre as ruas Melo Viana e Santa Efigênia” (FIGUEIRA, 2008, P. 01). O território de *Zé Coco*, como podemos observar no MAPA 06, também foi descrito pelos entrevistados:

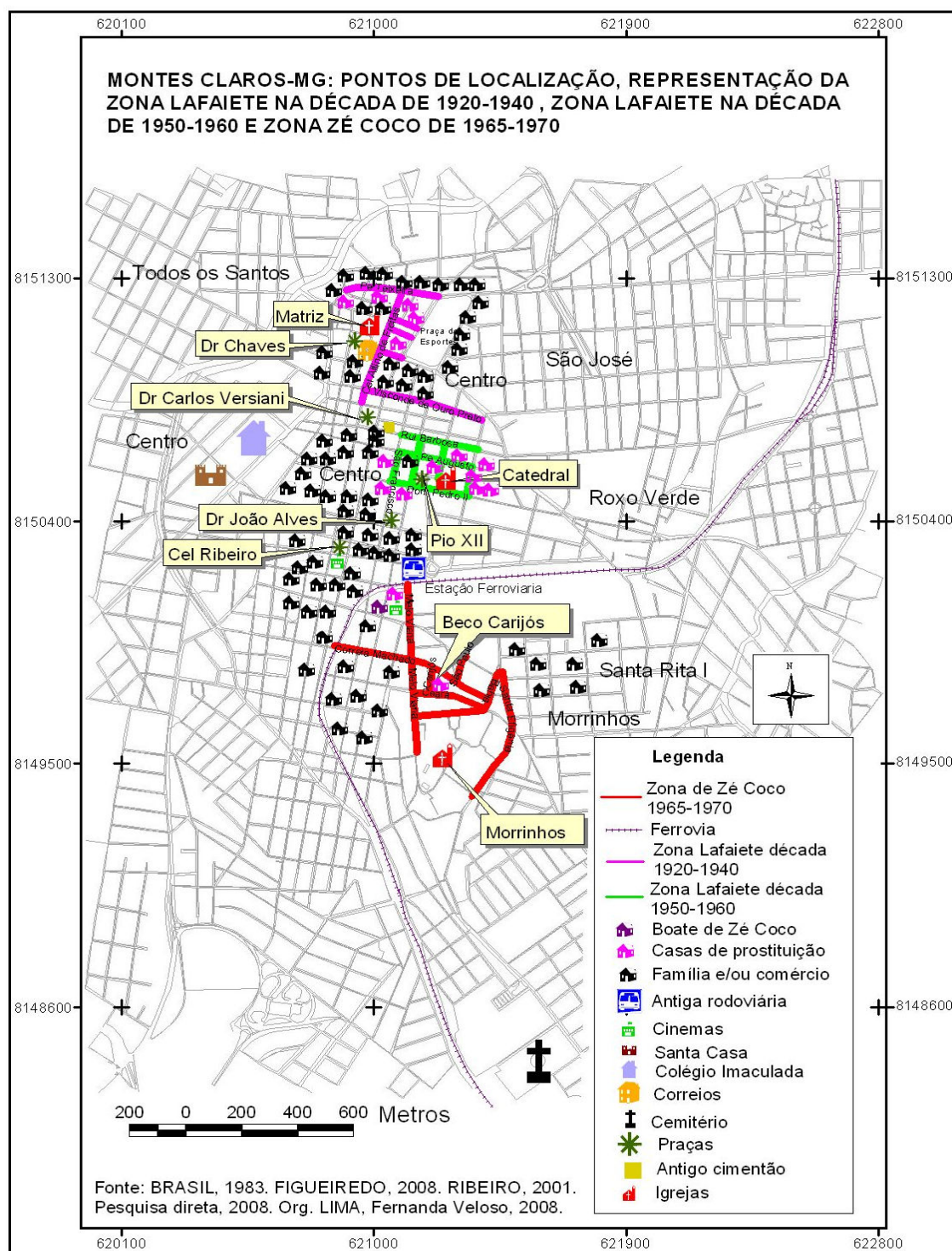
Macunaíma: E tinha *Zé Coco*! Que era é... Atrás do Cine Ipiranga... Sabe, acho que é Melo Viana que lá chama. Tem aquele viaduto que sobe pra ir pra... TV Montes Claros lá em cima? Aquela subida da TV Montes Claros, à esquerda, ali era *Zé Coco*! Mas eu nunca frequentei *Zé Coco* não. Já era uma... Prostituição mais... Mais barata, sabe?

Vadinho: Na Rua Correa Machado, na Correa Machado, era *Zé Coco*! Comentava que na época de *Zé Coco*, a barra lá era pesada, não era um ambiente limpo sabe?!

Fernanda: Não era um ambiente limpo?

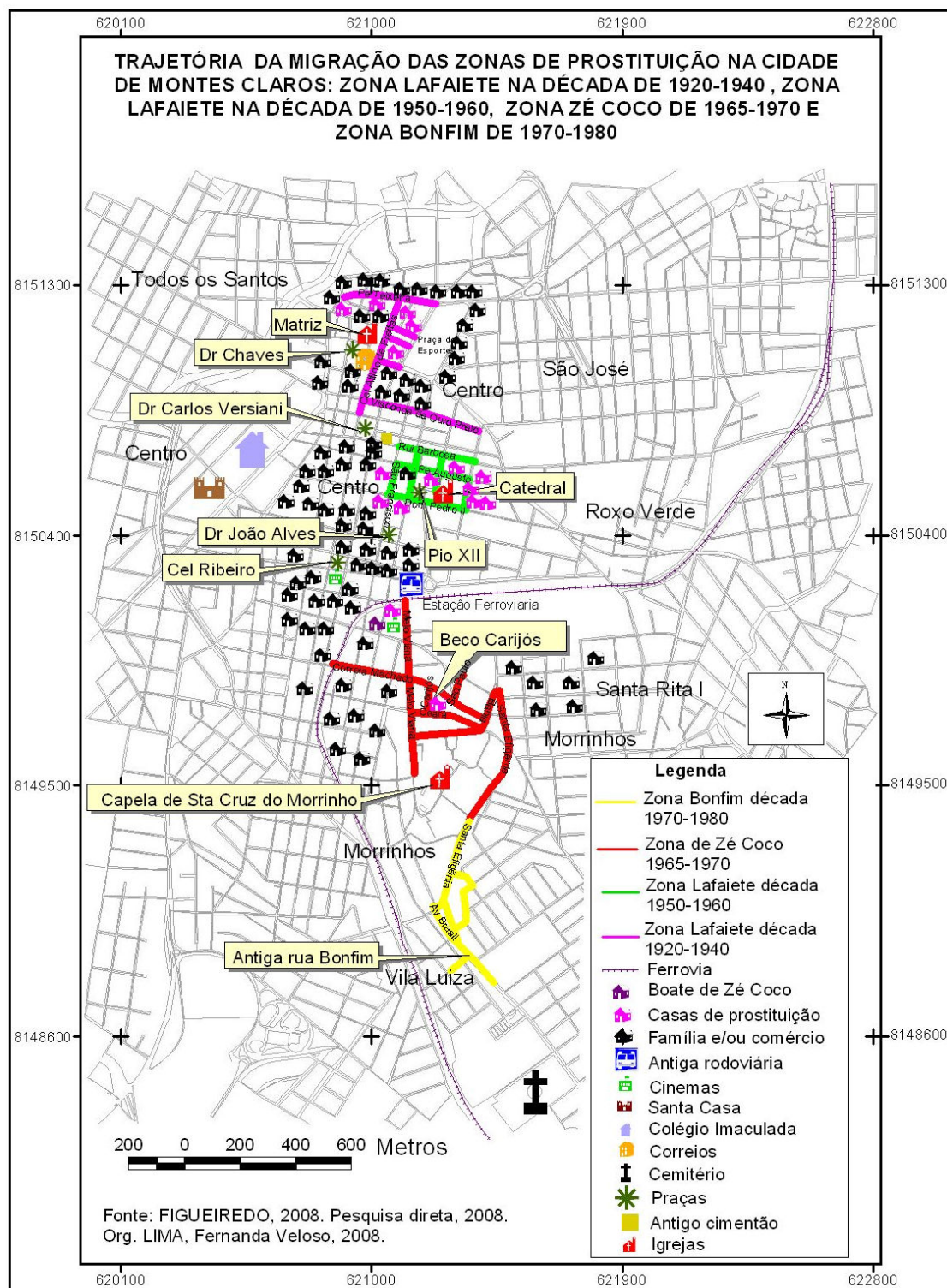
Não, não. Era um ambiente que dava muita confusão, dava muito trabalho para polícia, está entendendo? *Zé coco* era essa espécie! A Melo Viana tinha muito movimento, mas o movimento que tinha na Melo Viana era justamente o povo que ia para *Zé Coco* e saia ali na Rodoviária velha. E aí a rua era muito movimentada por isso.

A *Zona Bonfim*, esteve compreendida no *Bar do Baiano*, algumas casas de prostituição localizadas na convergência das ruas Bonfim (atual Av. Brasil) e Santa Efigênia, no bairro Morrinhos; nas afluições das ruas Antônio Sobrinho e Engenheiro Oswaldo (Cf. Figueira, 2008; MAPA 6). Embora o referido autor descreva que existiram três grandes zonas de prostituição em Montes Claros, acrescenta, ainda, que algumas casas de encontro surgiram, concomitantemente, à *Zé Coco* e *Bonfim*.



Mapa 6 – Montes Claros: Pontos de localização, representação da Zona Lafaiete na década de 1920-1940, Zona Lafaiete na década de 1950-1960 e Zona de Zé Coco de 1965-1970..

Fonte: Brasil (1983); Figueiredo (2008); Ribeiro (2001); Pesquisa direta, 2008. Org. Lima, Fernanda Veloso, 2008.



Mapa 7 – Trajetória da migração das Zonas de Prostituição na cidade de Montes Claros: Zona Lafaiete na década de 1920-1940, Zona Lafaiete na década de 1950-1960, Zona de Zé Coco de 1965-1970 e Zona Bonfim 1970-1980.

Fonte: Figueiredo (2008); Pesquisa direta, 2008. Org. Lima, Fernanda Veloso, 2008.

Desse modo, podemos observar nos Mapas 6 e 7, a demarcação territorial da prostituição feminina em Montes Claros/MG, sendo que os aspectos pertinentes ao fechamento desses estabelecimentos, bem como o traslado da prostituição do centro para a periferia serão abordados na seção seguinte.

### **3.4 Do centro à periferia: alguns aspectos do traslado da prostituição**

A localidade do *centro* constitui-se em um espaço em que as relações comerciais se concentram. Além disso, as modificações e o aumento da produção para o desenvolvimento são fundamentais para a definição de localidades centrais (CORRÊA, 2001). Nessa direção, as relações sociais dos grupos, bem como a territorialidade do espaço citadino, são modificadas na medida em que tais transformações vão se consolidando.

Nesse sentido, a localidade central de Montes Claros delimitou-se, nas décadas de 1940-1950, na Rua 15, entorno da praça Dr. Carlos Versiani, e Mercado Central. Igualmente, o território da prostituição esteve localizado em uma localidade central da cidade. Entretanto, o território era considerado de uso restrito às mulheres de família.

Segundo Feldman (2007, p. 88), o processo de formação do território da prostituição é marcado por uma “complexa trama de mecanismos que envolvem tanto interesses econômicos como fatores culturais que transformam o seu significado social, além de articulações com processos mais gerais de produção da cidade”.

Até a década de 1950, Montes Claros possuía comércio e indústria ainda incipientes. Por esse motivo, o território da prostituição manteve a sua localização na área central da cidade. Além disso, o território foi preservado no centro, pois havia um consentimento moral e simbólico do espaço da prostituta, em função da restrição de uso das ruas onde as *zonas* estavam localizadas. O que não significou que a presença das prostitutas deixava de ser um incômodo para as famílias, como podemos observar nas falas abaixo:

Fernanda: As mulheres (prostitutas) circulavam nas outras ruas?

Dona Flor: Só saía mulher acompanhada com motorista e pra fazer compras! Acompanhada por motorista porque se não fosse ela não ia. Quando chegava entrava pra dentro. A dona da casa não deixava as meninas ficarem na rua. Porque ali tinha muita família, por isso, [a dona da casa] não deixava as mulheres ficarem na porta. Não deixava de jeito nenhum! Se ficassem na rua as pessoas reclamavam.

Fernanda: Então as pessoas reclamavam se as mulheres ficassem na rua?

Dona Flor: Se as mulheres ficassem na rua, reclamava! As famílias reclamavam mesmo! Elas tinham até abaixo-assinado se as meninas ficassem na rua!

Fernanda: Por que as pessoas reclamavam que as casas de prostituição estavam no centro?

Vadinho: Ali não era legal para as famílias, porque, Ave Maria! Tinha umas mulher daquela de boate chegasse em uma casa de família, era tocada de lá. Essas mulheres [prostitutas], não era nada. Não vale nada, era como se fosse um animal, no conceito da sociedade. A mulher não podia, se ela fosse ao cinema, chega lá, todo mundo de olho na mulher porque ela entrou no cinema, ela não ia, dificilmente você via uma mulher dessas indo assistir um filme.

Os argumentos descritos acima denotam uma *inquietação*, por parte das famílias, com a presença das casas de prostituição. Isso porque, em meados do final da década de 1960, existiram no centro de Montes Claros várias *casas de prostituição* no entorno das *casas de famílias*. Sendo que muitas vezes as pessoas afixaram *plaquetas* para diferenciar suas residências das casas de prostituição (FIGUEIRA, 2008). Diante disso, o poder público tentou efetivar medidas para

minimizar as reclamações. Assim, a polícia passou a verificar se havia presença de mulheres com menos de 18 anos, aspecto esse narrado por Dona Flor:

Dona Flor: Geralmente... É difícil quando a moça caía numa situação dessas [prostituição]. Não é igual hoje não! O pai punha pra fora (silêncio) se fosse menor punha pra fora ia bater com a cabeça e aquele tempo tinha muito... Tinha a polícia pra olhar as crianças num deixava as mulher e nem as crianças assim não! Na rua... Naquele tempo era difícil menino ficar na rua, o policial corria atrás e prendia. Corria atrás não deixava mesmo!

Fernanda: Prendia e levava pra onde?

Dona Flor: Primeiro ficava preso e soltava outra vez né, era assim! E pedia pra gente não aceitar nas casas!

Fernanda: Na casa de vocês?

Dona Flor: É! E elas iam caçando um serviçozinho! Trabalhava ficava trabalhando de empregada porque tinha que trabalhar até interasse o tempo dela até interar 18 anos!

Fernanda: Elas ficavam trabalhando de empregada! E o que mais?

Dona Flor: Ficava procurando emprego e trabalhava até precisar do dinheiro. No dia que elas completavam 18 anos num ficava como empregada não! Aqui eu tive uma menina mesmo que era muito bonitinha Aí ela chegou lá em casa e eu disse “o menina quantos anos você tem?” Ela me disse que tinha feito 18 anos. Aí disse: “Mas aqui em casa você num pode ficar não porque eu num tenho certeza que você tem 18 anos”. Aí ela pegou e trouxe um policial pra confirmar que ela tinha 18 anos mesmo. E o policial falou comigo: “Não, pode deixar ela aí. Ela tem 18 anos mesmo” Aí ela ficou. Tinha outra que chegou lá em casa que tinha 15, 16 anos. Eu disse pra ela: “Você tá doida! Eu vou querer menina de 16 anos?” Ela me disse então: “Mas eu fui casada larguei o marido” Eu fui lá perguntei o policial e ele disse: “Sim, se ela casou acabou! Ela pode ficar então” Era assim!

O processo de urbanização, a idéia de progresso e o incentivo desenvolvimentista também se constituíram em fatores fundamentais para o processo de (re)produção do território da prostituição em Montes Claros. Desse modo, em 1960, o contingente populacional de Montes Claros quase triplicou em relação às décadas anteriores. Além disso, o comércio e a indústria foram ampliados na cidade em prol desse desenvolvimento (Cf. OLIVEIRA, 1992). Conseqüentemente, o setor imobiliário foi incrementado para atingir as demandas,

não somente do mercado, mas também o incremento do contingente populacional e novos loteamentos de moradia foram criados (Cf. BRASIL, 1982).

Outra hipótese acerca do deslocamento centro-periferia, além daqueles descritos acima, versa no aumento da circulação de pessoas no centro de Montes Claros. Portanto, mediante a movimentação da cidade, os homens que freqüentavam as casas de prostituição deixaram de ter a *discrição* necessária para satisfazer suas necessidades sexuais. Nesse sentido, observemos essa hipótese através da narrativa de Capitu:

Capitu: Naquela época, também, as pessoas faziam as coisas com muita cautela. Para o nome deles não aparecer, não?! E eram pessoas também que respeitavam. Pessoas que eram muito respeitadas! E o povo respeitava também! E aquelas pessoas [que freqüentavam zona] naquela época, o ambiente que eles iam filho não ia. Não ia mesmo por respeito, não ia. E se fosse era escondido. Nem horário também que o pai estivesse, eles não iam, muito diferente de hoje.

Fernanda: E as esposas? Desses homens que freqüentavam casas?

Capitu: Ah! Mas eu tenho a impressão que elas não tomavam conhecimento de nada não. As mulheres [as esposas] também eram muito discretas. Tomava conhecimento não. E os homens não faziam nada também para deixar transparecer em casa não. Os homens eram muito discretos!

Fernanda: Os homens eram discretos?

Capitu: Era. Muito diferente de hoje.

Fernanda: Por que a senhora considera diferente?

Capitu: Mas é diferente porque aquelas pessoas daquela época eles se davam mais o respeito.

Fernanda: E o que a senhora entende por “se dar mais o respeito”?

Não deixavam... Não faziam as coisas pra deixar a família nem a sociedade tomar conhecimento daquilo. E hoje não! Hoje já aparece gente que faz as coisas... Naquele tempo tinha as casas, vinham nas casas, pra não constranger as famílias. Hoje vão para os bares. Se expõem na avenida, que antigamente não tinha nada disso. E isso que eu quero dizer com respeito. Já pensou, um homem desses parar na Avenida Sanitária, em um bar com uma garota de programa e chega uma filha dele, um filho, não! Naquele tempo tinha respeito. Hoje é que não tem!

Desse modo, percebemos como se processou a circulação dos homens nas zonas de prostituição. De acordo com os relatos acima, os homens eram “discretos” e não deixavam transparecer para a família e sociedade o seu trânsito



naquele território. Ademais, tomando como análise os espaços sociais, os homens percorrem à luz nos territórios, construídos socialmente, de *mulheres de família* e à sobra no território de prostituta.

Observamos, ainda, uma *autorização* tácita na circulação dos homens dentro desses espaços. Aparentemente, tal *autorização* era consentida desde que as regras sociais não fossem rompidas, ou seja, o cuidado em manter o trânsito nas casas de prostituição sob *o mais absoluto sigilo*. Esse aspecto é apontado por Capitu quando relata sobre o fato de “ambiente freqüentado pelos homens os filhos não iam” e quando o faziam eram em horários diferentes. Assim, temos por hipótese que se os filhos ao freqüentarem as casas de prostituição o faziam em horários diferentes era porque, de alguma forma, tinham conhecimento do trânsito dos pais no território da prostituição.

Nesse sentido, entendemos que o aumento da circulação de pessoas, no centro da cidade, passou a inibir aqueles homens a circularem pelos espaços de prostituição localizados no centro. Isso porque o centro de Montes Claros, além de ter abrigado diversas *casas de família*, passou a constituir-se em referência comercial. Em outras palavras, no final da década de 1960, diversas lojas foram abertas próximas ao território da prostituição, a saber, no entorno da *Zona Lafaiete*. Assim, a movimentação dos homens nas casas de prostituição “poderia ser vista”.

Ao encontro desses argumentos, podemos observar, no discurso de Jacira, a hipótese de que o crescimento da cidade e “das lojas” [comércio] proporcionou uma maior circulação de pessoas, o que poderia, portanto, romper com o contrato velado entre os homens que freqüentavam os espaços de prostituição e a sociedade. Vejamos nas próprias palavras de Jacira:

Jacira: Quando eu comecei, eu morava lá no centro... Só tinha a casa que eu morava e outra casa de outra dona. Depois que apareceu as outras casas lá.

Fernanda: E a senhora saiu do centro por quê?

Jacira: É porque nos bairros era melhor, não tinha lojas... Lá no centro tinha muita casa de encontro, o movimento [dos homens nas casas] estava pouco e tinha muita casa [tanto de prostituição quanto de família].

Fernanda: O movimento de gente estava pouco?

Jacira: É! Movimento de gente na casa... Porque esses lugares assim tinham gente demais, não dava muito cliente. E lá na Melo Viana [proximidades da Zona de Zé Coco] tava melhor... Teve, também, uma outra dona que tinha casa perto da Praça de Esporte que também mudou... A casa era alugada, assim como a minha, aí ela foi e vendeu a boate, depois fechou e foi lá para Santos Reis. E lá nos Santos Reis ela achou que o movimento era mais e mudou para lá

No final da década de 1960, as casas de prostituição remanescentes, no centro da cidade, foram obrigadas a possuir alvará de licença para que o estabelecimento continuasse aberto. Isso porque nessas casas serviam-se bebidas e “tira-gosto”. De tal modo que a falta do alvará configurou em outro aspecto do fechamento das casas. Conseqüentemente, outros territórios de prostituição emergiram em Montes Claros, porém longe do comércio e das *casas de família*, ou seja, na então periferia da cidade, conforme relatou Jacira:

Jacira: Fechou as casas do centro, porque elas não tinham alvará. Elas não tinham alvará, não pagava nada, e eu pagava tudo direitinho. Os que tinham [alvará], que era tudo regularizado, não tinha problema! A casa muito asseada, toda limpinha, as camas todas limpinhas, tudo asseadinho... Todo mundo gostava da minha casa.

Fernanda: Como foi o fechamento dessas casas?

Jacira: Foi muito rápido! A polícia chegou lá e falou assim: “cadê seu alvará?”. Perguntava para a Dona da Casa, “cadê seu alvará?”, “Não tem não, nunca tirei não”. “Pois então se a senhora não tirar o alvará tal dia, a senhora tem um prazo. Se a senhora não tirar a gente vem fechar sua boate”. E elas [as donas das casas] ficavam enrolando e não tiravam, chegava lá perguntava de novo: “cadê? Deixa eu ver!” “Não tem não, tirei não, ainda vou tirar”, “Então sua boate está fechada!”. Aí as mulheres começavam a arrumar tudo, a sair da casa. A casa que era alugada entregava a casa o dono. E era desse jeito, a minha lá em casa tudo era legal.

Fernanda: E como que conseguia esse alvará?

Jacira: Na prefeitura.

Fernanda: E no alvará constava o quê?

Jacira: No meu alvará constava casa de boate. Agora, as outras mulheres eu não sei. Sabe aquela que mudou pros Santos Reis? Foi porque não tinha alvará!

Com as casas fechadas, as mulheres que trabalhavam e residiam na *Zona Lafaiete* tiveram duas alternativas, de acordo com Vadinho, para angariar recursos financeiros: ou foram embora para tentar *fazer vida* em outra cidade; ou foram abrigadas na *Zona de Zé Coco*. Assim,

Vadinho: Elas vieram para a Rua Correa Machado, para Zé Coco, e daí foram desaparecendo porque não teve campo para elas. Ai foi quando a cidade evoluiu muito rápido, a cidade cresceu, com loteamentos, construções e terminou isso [a Zona Lafaiete e Zé Coco].

Fernanda: Então, está dizendo que as casas de prostituição foram mudando de lugar à medida que a cidade foi crescendo?

Vadinho: Sim. Muitos aconteceu assim. Mas a maioria delas [prostitutas] foi embora de Montes Claros.

Fernanda: O Senhor falou, não tinha campo, não tinha campo como?

Vadinho: Não tinha lugares para elas ficarem, assim o ambiente era, vamos dizer assim, não era um ambiente... Era o pior, o ambiente que restou era muito ruim para elas! Porque essas mulheres, apesar de ser divulgada dessa forma de nome de prostituta, mas eram de bons costumes. Eram muito educadas, mulheres bonitas. Era uma coisa mais linda, essas mulheres. Me parece, eu lembro na época que Montes Claros, tirou em primeiro lugar do Estado de Minas de mulheres bonitas.

Segundo Figueira (2008), a extinção de um espaço destinado à prostituição ocasionou a transferência para outra área, ou seja,

A *Zé Coco* iniciou-se com a transferência de prostitutas, cáftens, comerciantes do ramo e frequentadores da “Lafaiete”; a “Bonfim” iniciou-se com remanescentes da “Zé Coco”. O fim do ciclo desse fenômeno deu-se com a “Bonfim”; esse prostíbulo enfrentaria a concorrência de casas de prostituição independentes, pertencentes a cafetinas famosas localizadas no centro da cidade, nas proximidades do atual Montes Claros Tênis Clube, Alto São João, Esplanada, Santos Reis, Monte Alegre, Major Prates e outros bairros. Cai a frequência, primeiro no grande prostíbulo e depois nas casas de prostituição independentes (FIGUEIRA, 2008, p. 02).

Dado o exposto percebemos que o traslado do território da prostituição do centro para periferia processou-se por três motivos principais: o controle do Estado

às casas de prostituição; as transformações dos aspectos econômicos da cidade; e os valores morais vigentes. O primeiro versou na fiscalização zona de prostituição mediante alvará de licença para seu funcionamento; a inspeção da presença de menores; e verificação do uso de drogas.

As transformações dos aspectos econômicos da cidade, o segundo motivo, configuraram-se em estratégias de ocupação do território face às necessidades de defesa e penetração do desenvolvimento de Montes Claros. Consideramos, ainda, a variável independente que constitui o conceito de localidade central, nesse caso destacou-se a *densidade da população*. Primeiramente pelo fato de, na década de 1960, Montes Claros ter apresentado o maior percentual de crescimento da população, em relação às outras cidades norte mineiras (OLIVEIRA, 2000).

Por conseguinte, na medida em que a movimentação de pessoas no centro foi incrementada tem-se a terceira razão da transferência do território da prostituição para periferia da cidade, a saber, os valores morais. Isso porque o livre acesso dos homens às casas de prostituição ficou comprometido, reduzindo-se, portanto, o número de clientes na *Zona Lafaité e Zé Coco*. Em outras palavras, os valores morais vigentes, as reclamações das famílias, agregaram-se à intervenção do Estado e as transformações econômicas como fatores de migração do centro para a periferia. Desse modo, no final da década de 1970, as remanescentes do território da prostituição que estiveram localizadas no centro migraram para Zona Bonfim, o que na época era considerada como a periferia da cidade (Cf. MAPA 7).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de (re)produção das cidades, bem como o de urbanização forma imbricados por transformações, não somente econômicas, mas também dos grupos e indivíduos que ocupam os espaços na cidade (SANTOS, 1997; CORRÊA, 2005). A partir de um diálogo estabelecido entre a definição de território e seu desdobramento em espaço social e espaço simbólico percebemos que a cidade de Montes Claros passou por um processo de (re) construção de seu ordenamento territorial. Assim, entendemos que a referida cidade é produto e produtora desses espaços em que homens e mulheres coabitavam.

Além disso, através do conceito de localidades centrais percebemos a ordenação dos espaços, bem como a fragmentação desses. Isso porque, de acordo com Corrêa (2001), o conceito de localidades centrais proporciona uma compreensão dos arranjos sociais desenvolvidos e apreendidos na cidade. Nessa direção, a territorialidade do espaço citadino constitui-se de identidades individuais e coletivas que despertam sensações de pertencimento, ou não por determinado espaço. Nessa direção, a própria percepção do que é centro e periferia se reproduz na medida em que Montes Claros desenvolve-se economicamente, aspecto esse que foi observado não somente pela literatura disponível (OLIVEIRA 2000, RODRIGUES, 2000; PEREIRA, 2002; CARVALHO 2004), mas, também nos discursos dos entrevistados.

Como intuito de compreender essas relações que ocorreram em Montes Claros, discorreremos sobre alguns aspectos que foram problematizados ainda, nas primeiras décadas do século XX. Assim, os problemas relacionados à falta de água

potável e esgoto emergiram como um dos principais fatores de entrave ao *progresso* da cidade. Não obstante, a medicina social francesa emergiu como estratégia para obtenção desse progresso em Montes Claros.

Posteriormente, na segunda metade do século XX, agregada à *Ideia de progresso*, os incentivos desenvolvimentistas ratificam os problemas de infraestrutura de Montes Claros, sendo que essa passou a ser inserida no projeto nacional de desenvolvimento (OLIVEIRA, 2000; CARVALHO; 2004).

Diferente da política adotada na Europa, em que o pobre foi o principal alvo das estratégias da medicina social, no Brasil, através da higienização do corpo da elite agrária formar-se-iam “bons cidadãos”. Propósito, esse também, das medidas de controle da higiene das cidades. Diante disso, apontamos, ainda, algumas das medidas adotadas, pelos médicos sanitaristas, para o controle social da cidade de Montes Claros diante o “caos urbano”.

Através das pesquisas realizadas sobre a cidade de Montes Claros e devido às limitações que o campo proporcionou, não foi possível observar se a cidade em estudo vivenciou revolta contra o controle do Estado sobre a higienização dos corpos, tal como ocorreu na Europa e em outras regiões do Brasil. Embora, foi possível detectar a preocupação da empresa e políticos sobre os problemas que a cidade enfrentou no que diz respeito às suas condições de salubridade.

A medicina social constituiu, porquanto, o principal instrumento desse controle. Em momento algum se pretendeu confundir medidas sanitaristas com higienistas, mas discutir o desdobramento da medicina social em estratégias higienistas cujo objetivo foi formar cidadãos patriotas brasileiros.

De tal modo que, a família torna-se *rainha e prisioneira* do corpo social moderno, pois,

A famosa crise da família, sua crise de liberação, aparecia não tanto intrinsecamente contra a ordem social atual, mas sim, como uma condição de possibilidade de sua emergência. Nem destruída nem piedosamente conservada: a família é uma instância cuja heterogeneidade face às exigências sociais pode ser reduzida ou funcionalizada através do processo de flutuação das normas sociais e de valores familiares. Assim como se estabelece, ao mesmo tempo, uma circularidade funcional entre o social e o econômico (DONZELOT, 1980, p. 13).

Os higienistas difundiram o preconceito entre as atividades de homens e mulheres, sendo os primeiros capacitados para as profissões intelectuais, ao passo que as segundas, somente lhes eram permitidas as atividades domésticas. E na medida em que os papéis foram redefinidos, homens e mulheres assumiam responsabilidades e retirava do Estado às obrigações com as crianças, idosos, os homens libertinos, celibatários e homossexuais, assim como as mulheres perdidas.

Especificamente, como maior aliada do processo e desenvolvimento supracitados surge a mulher mãe higiênica sendo que “o médico, graças à mãe, derrota a hegemonia tenaz da medicina popular das comadres e, em compensação, concede à mulher burguesa, através da importância maior das funções maternas, um novo poder na esfera doméstica” (DONZELOT, 1980, p. 25).

A prostituição, combatida mesmo antes da formação das cidades, através da reestruturação dos papéis sociais passa a ser entendida como a forma anti-higiênica da mulher, pois as mulheres que se prostituem estão entregues aos prazeres e vícios do mundo.

Um aspecto sexualidade e da higienização dos corpos pôde ser observado nos discursos dos entrevistados em que, os homens, aparentemente, não mantinham relações sexuais com suas namoradas. Primeiro porque não dizia respeito aos costumes da época. Segundo, pelo fato de a mulher ser considerada como algo intocável. Por outro lado, as necessidades sexuais dos homens deveriam

ser sanadas e as mulheres de classes menos favorecidas, bem como a prostituta emergem, nesse contexto, como meio de “descarregar” tais necessidades.

Não obstante, o espaço destinado à circulação de homens e mulheres em Montes Claros representou a distinção, propostas pelos médicos sanitaristas, do modelo de mãe-higiênica, uma vez que tal diferenciação pautou-se, segundo os entrevistados, a partir da antinomia *mulheres de família X mulheres de vida livre*. Além disso, a condição de *mulher* -, lutando num espaço regido pela lógica da dominação masculina -, o uso que a mesma faz do corpo como instrumento para a aquisição do capital econômico e o poder simbólico atribuído a ela enquanto prostituta, são os principais fatores que as remetem à categoria de um espaço social marginal.

Outro aspecto relacionado aos espaços socialmente construídos foi observado através do acesso à *zona boêmia* em Montes Claros, ou seja, a territorialidade da prostituição. Isso porque esse território revelou-se em um espaço que as *mulheres de vida livre* residiam e foi considerado, pelos entrevistados, como o “lugar somente delas”; onde elas recebiam os clientes e mantiveram relações com esse espaço. Além disso, a zona boêmia de Montes Claros, ou o território da prostituição, constituiu em um espaço de livre circulação do homem mediante a relação/sexo dinheiro.

Portanto, ocorreu em Montes Claros um consentimento social da prostituição. Isso porque, de acordo com um dos entrevistados neste estudo, as moças de família foram consideradas como um ser “intocável”, ao passo que a satisfação sexual dos homens era sanada, ou com mulheres de classe menos favorecida ou com prostitutas, conforme analisado no capítulo dois.



As relações sociais e sexuais mantidas no território da prostituição foram consideradas como “discretas”, pelos entrevistados, pois, os homens respeitavam as esposas e a sociedade. Em outras palavras, os homens que freqüentavam o território da prostituição não torva público a sua presença naquele espaço. Entretanto, com o crescimento populacional da cidade, no período em estudo, essa *livre* circulação dos homens no território da prostituição foi comprometida.

Portanto, as *ex-donas* de casas de prostituição entrevistadas, discorreram acerca dessa dificuldade de acesso à *zona boêmia*, seja engendrada pelo controle do Estado aos estabelecimentos (casas de prostituição), seja pelo crescimento econômico do comércio no centro, ou, ainda, por uma restrição regida pelos valores morais vigentes no período de 1940 a 1970. Diante disso, podemos inferir que a dificuldade de acesso, mediada pelas três hipóteses apontadas acima, constituiu-se em dos fatores do deslocamento das casas de prostituição do centro para a periferia.

No que diz respeito às medidas sanitaristas, observamos, ainda, que, nas décadas de 1940 a 1970, o território da prostituição foi alvo de controle do Estado. Esse controle processou-se mediante a solicitação de alvará para o funcionamento das casas, as quais eram registradas como bar; restaurante; ou *boite*. Diante disso, as casas de prostituição remanescentes, no centro de Montes Claros, foram fechadas e as mulheres que se prostituíam, segundo os entrevistados, migraram para outros bairros da cidade.

Ademias, ainda que Figueira (2008) não aponte os motivos desse deslocamento, o referido autor anuncia que o ciclo da territorialidade da prostituição é perceptível na medida em que um território se extinguiu e outro era criado em uma localidade que não fosse central.

Diante do exposto, consideramos que o território da prostituição foi (re)produzido, concomitantemente, por três motivos principais: o desenvolvimento econômico de Montes Claros; o controle do Estado; e os valores morais vigentes no período em estudo. Assim, os espaços sociais e simbólicos tornaram-se um fator para a demarcação e delimitação de fronteiras entre os territórios das *famílias* e da *zona de prostituição*. Portanto, as mulheres que se prostituíam foram *arremessadas* para a periferia da cidade, sendo que a construção social de “estar na periferia” tem por desígnio “estar à margem da sociedade estabelecida”. Em outras palavras, a territorialidade da prostituição, bem como as mulheres que se prostituíam, foi alocada em uma posição hierarquizada de não pertencimento a uma determinada localidade, qual seja, *a central*.

## REFERÊNCIAS

ARGAN, Guilio Carlo. **Clássico e antclássico**: o renascimento de Brunelleschi a Bruegel. Tradutor: Lorenzo Mammi. São Paulo: Companhia das Letras. s/d.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Hemus. 1966, 275 p.

BEGUIN, François. A maquinaria inglesa do conforto. In: **Espaço de Debates: Cidade e História**. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Ano XI, 1991, p. 39-54.

BOURDIEU, Pierre. Espaço Social e Espaço Simbólico. In: \_\_\_\_\_. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996, p. 13-33.

BOURDIEU, Pierre. Dominação Masculina. In: \_\_\_\_\_. **Educação e Realidade**. 1995, p. 133-206.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 2002.

BOURDIEU, Pierre . **O Poder Simbólico**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRAGA, Christiano et. al. Território e territorialidade. In: \_\_\_\_\_. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: SEBRAE, 2004. p. 25-69.

BRASIL, Henrique de Oliveira. **História e desenvolvimento de Montes Claros**. Montes Claros: s/Ed. 1983.

BRITO, Gy. **Montes Claros: Da construção ao progresso (1917-1926)**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2006.

COLARES Zezé; SILVEIRA, Yvonne. **Montes Claros de ontem e de hoje**. v. 1. Belo Horizonte: Mazza. 1995.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Cidade: uma perspectiva histórica**. In.: \_\_ A cidade. 2ed. São Paulo: Contexto, 1994, p. 56-66.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço Urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática. 2005.

CARVALHO, Flávio de Oliveira. **Violência Urbana de Montes Claros/MG: uma abordagem dos crimes violentos (2000-2003)**. 58 f. Monografia (Graduação em

Ciências Sociais) Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Montes Claros, 2004.

COSTA, Jurandir Freire. **A Ordem Médica e Norma Familiar**. 2ed, Rio de Janeiro: Graal. 1983.

COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e Baianos: Englobamento, Exclusão e Resistência**, (Doutorado em Antropologia). Universidade de Brasília - UNB, Brasil, 2003.

DAMIANI, Amélia Luiza. **A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica**. Disponível em: <<http://www.cibergeo.org>> Acesso em 27 de jul. 2005.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das famílias**. Tradução de J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das famílias**. Tradução de J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

DURÃES, Sarah Jane Alves. **Escolarização das diferenças: qualificação do trabalho docente e gênero em Minas Gerais (1860-1906)**. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC, 2002.

EGLER, Tamara Tânia Cohen. Ciberespaço: novas formas de interação social. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 13, n. 1, p. 71-87, jan., 1998.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. Wolfgang Sachs (org.). **Dicionário do desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder**. Tradutores Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis, Vozes, 2000. p. 59-116.

FELDMAN, Sarah. Territórios da noite. In.:\_\_\_ **São Paulo Centro XXI: entre história e projeto**. 2007. Disponível em: < <http://www.vivaocentro.org.br> > Acesso em: 10 de dez. de 2007.

FIGUEIREDO, João. **A HISTÓRIA DOS PROSTÍBULOS DE MONTES CLAROS**. 2008. Disponível em: <<http://joaofigueiredo02.uniblog.com.br/283640/a-historia-dos-prostibulos-de-montes-claros.html>> Acesso em: 10 de dez. de 2007.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da Medicina Social. In.:\_\_\_ **Microfísica do Poder**. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 79-98.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: introdução à história da sociedade patriarcal n Brasil 1. 46 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002, 665 p.

GASPAR, Maria D. **Garotas de programa**: prostituição em Copacabana e identidade social. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.

GAZETA DO NORTE. **A Visita do Ministro**. Montes Claros. 1924.

GAZETA DO NORTE. **Foram acessentados os primeiros trilhos de Bocayuva a Montes Claros**. Montes Claros, 28 de nov. 1925.

GAZETA DO NORTE. **Delegacia Districtal de Hygiene**. Montes Claros, 13 de jun. 1929.

GAZETA DO NORTE. **O problema da água potável**. 04 de abril de 1930.

GAZETA DO NORTE. **Agua e Exgotto**. Montes Claros, 12 de set. 1931.

GAZETA DO NORTE. **Ar parado e saúde**. Montes Claros, 27 de jun. de 1946.

GAZETA DO NORTE. **Agua, veiculo de doenças**. Montes Claros, 10 de jan. 1947.

GAZETA DO NORTE. **Cenas maléficas**. Montes Claros, 10 de jan. 1947.

GAZETA DO NORTE. **1952 é o ano da execução vitoriosa do binomio energia e transporte**. Montes Claros, 22 de maio de 1952.

GAZETA DO NORTE. **Medicamentos**. Montes Claros. 1947, 1952, 1959.

GEOMINAS: Geoprocessamento em Minas Gerais – BR. Dados sobre Minas. Sedes 1996. Disponível em: < <http://www.geominas.mg.gov.br/>> Acesso em: 10 de dez. de 2007.

GIDDENS, Anthony. Família. In:\_\_\_\_. **O Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 61-75.

GRAÇA, Ruth Tupinabá. **Montes Claros era assim...** Belo Horizonte: Cultura. 1986.

HERRERA, Rodrigo. **Cuatro miradas sobre los espacios de La ciudad**: en torno a los supuesto de la planificación urbana. Universidad de Concepción. 2005.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 9 ed. Petrópolis:Vozes, 2003, 224 p.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina. **Metodologia Científica**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LESSA. Simone Narciso. **Trem-de-ferro**: do cosmopolitismo ao sertão. 243 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 1993.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. Por um antropologia da territorialidade. In:\_\_\_ **Anuário antropológico 2002/2003**. Rio de Janeiro: 2004, p. 251-209.

MACHADO, Roberto et al. **Danação da norma, medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MAGNANI , José Guilherme. Torres, Lillian de Lucca (org.). **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo, EDUSP/FAPESP,1996, 319p.

NISBET, Robert. La idea del progreso. In:\_\_\_ História de la idea del progreso. Tradução: Henrique Hegewicz, Barcelona, Gedisa, 1998.

OLIVEIRA, Marcos Fábio de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da área Mineira da SUDENE. In:\_\_\_ OLIVEIRA, Marcos Fábio de. et. al **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

PARRELA, Charles Edvar. **Os prostíbulos de Montes Claros**. 30 f. Monografia (Graduação em História) Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Montes Claros, 1996.

PASINI, Elisiane. Prostituição e Diferenças Sociais. In:\_\_\_\_. **Gênero em Matrizes**. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2002, p. 81-144.

PAULA, Hermes de. **A medicina dos médicos & a outra...** Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1982.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **A cidade do favor**: Montes Claros em meados do século XX. Montes Claros: Ed. Unimontes. 2002.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930). 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930). 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2004.

RIBEIRO, Luiz. **Corpos à venda**: um relato sobre a prostituição infanto-juvenil e suas causas. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2001.

RIBEIRO, Darcy. **Mestiço é que é bom!** Rio de Janeiro: Revan, 1997.

RICHARDS, Jeffery. Prostitutas. In:\_\_\_\_. **Sexo, Desvio e Danação**. Minorias na Idade Média. Trad. Marco Antônio Esteves da Rocha e Renato Agiar. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, p. 121-135.

RIST, Gilbert. **The history of Development**. From Western Origin to Global Faith. London and New York, 1997.

RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período presente. SUDENE. In:\_\_\_ OLIVEIRA, Marcos Fábio de. et. al **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero e Patriarcado**. Texto disponível na Internet: <http://www.mur.com.br>. Acesso em dezembro de 2002.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHORSKE, Carl, E.. **A cidade segundo o pensamento europeu – de Voltaire a Splengler**. Espaço e Debates. São Paulo, ano IX, n. 27, p. 47-57, 1989.

SILVA, Regina Helena Alves da; GONZAGA, Milene Migliano. **Redes Culturais em territórios Urbanos**. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.teia2007.org.br/plenaria/download/22yh7kba7h>.> Acesso: em 29 de dez. de 2007.

SINGER, Paul. À guisa de introdução: urbanização e classes sociais. In:\_\_\_ **Economia política da urbanização**. São Paulo: contexto, 1998, p. 7-27.

SOARES, Luiz Carlos. Regulamentação ou não da Prostituição? Um debate entre médicos, autoridades políticas e juristas. In:\_\_\_\_. **Rameiras, Ihoas, Polacas: a prostituição do Rio de Janeiro do século XIX**. São Paulo: Ática. 1982. p. 83-93.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIANNA, Urbino. **Montes Claros: breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1916.

WEBER, Max. Conceito e categoria de cidade. Trad. Antônio Carlos Pinto Peixoto. In:\_\_\_ VELHO, O. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 68-89. Título original: Die Stadt.

## **ANEXO**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**1** – Em que ano você nasceu? Você poderia me relatar como eram as casas, as ruas de Montes Claros na época de infância?

**2** – Havia praças? Quais?

**3** - Aonde as pessoas compravam seus alimentos, suas roupas?

**4** – Como as pessoas se vestiam?

**5** – O que as moças de sua época fazia para se divertir? E os rapazes?

**6** - Como era o namoro na sua época?

**7** - Como a família e a sociedade reagiam quando uma moça engravidava antes do casamento?

**8** - O que acontecia as moças que engravidavam antes do casamento?

**9** - Lembrando ainda de sua infância, quais eram as festas que as moças, as jovens e as mulheres podiam ir?

**10** – E os rapazes, homens?

**11** – Existia algum lugar aonde as moças não podiam freqüentar? (caso existisse perguntar a questão **12, 13, 14, 15 e 16**)

**12** – Por que elas não podiam freqüentar?

**13**- As pessoas comentavam como poderia ser esse lugar?

**14** – Naquela época, você já ouviu algum comentário sobre a “Rua Vai quem quer”, “Inferninho”, “Casa de Zinha”, “Casa de Leobina”, “Zé Coco”, “Bonfim”? Ou alguma outra zona de prostituição? Caso afirmativo, você pode me dizer a época que essas existiram e descrevê-las (a rua aonde se localizava, seus aspectos físicos, etc.)?

**15**- Como eram chamadas as mulheres que freqüentavam essas casas de encontro?

**16** – Você tem conhecimento de qual dessas casas de encontro era considerada como de “elite” ou “chique”?

**17** – Dizem que ocorreu na cidade um abaixo assinado para retirar as casas de prostituição do centro. Você tem conhecimento disso? Quem organizou o abaixo assinado?

**18** – Na sua opinião, por que as casas de prostituição deixaram de ser no centro?